



**UNIFACS**  
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

**DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**JOSIAS ALVES DE JESUS**

**A TRAJETÓRIA DO TRABALHO NO RECÔNCAVO: ENTRE AVANÇOS E  
RETROCESSOS**

Salvador  
2017

**JOSIAS ALVES DE JESUS**

**A TRAJETÓRIA DO TRABALHO NO RECÔNCAVO: ENTRE AVANÇOS E  
RETROCESSOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola.

Salvador  
2017

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities.

Jesus, Josias Alves de

A trajetória do trabalho no Recôncavo: entre avanços e retrocessos. / Josias Alves de Jesus.- Salvador, 2017.

152 f. : il.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Noelio Dantaslé Spinola.

1. Desenvolvimento regional. 2. Divisão do trabalho.3. Qualificação. I. Spinola, Noelio Dantaslé, orient. I. Título.

CDD: 338.98

## TERMO DE APROVAÇÃO

JOSIAS ALVES DE JESUS

### A TRAJETÓRIA DO TRABALHO NO RECÔNCAVO: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Noelio Dantaslé Spinola – Orientador \_\_\_\_\_

Doutor em Geografia pela Universidade de Barcelona (UB) - Espanha  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Carolina Andrade Spinola \_\_\_\_\_

Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona (UB) - Espanha  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Laumar Neves de Souza \_\_\_\_\_

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Aliger dos Santos Pereira \_\_\_\_\_

Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS Universidade Salvador,  
Laureate International Universities  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Helcio Medeiros Júnior \_\_\_\_\_

Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(UFRJ)  
Instituto Pereira Passos (RJ)

Salvador, 29 de setembro de 2017.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero deixar aqui registrado meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para essa jornada. À Fapesb pela disponibilização da bolsa de doutorado, sem a qual esse trabalho não seria possível. Aos meus filhos Gabriel e Marcel pelo carinho e pela compreensão das ausências necessárias e pelo apoio na digitação de algumas tabelas (pois é, filho também trabalha). À minha companheira Marcela Marly que me ajudou, apoiou e serviu de cobaia lendo todo o material (risos). À minha irmã Gal e ao meu cunhado Jorge Belmonte que me receberam em sua casa durante todo o período da pesquisa e foram fundamentais para elaboração desse trabalho. Quero agradecer, também, aos amigos Marlon e Lucas Spinola que me ajudaram na elaboração e tabulação dos dados empíricos. Aos colegas Isabel Marinho (Beloka), Socorro (Help), Débora (Deby), Paulo Patrício (PP), Bruno Motta, Rosângela (Rô), Vaner do Prado, Lucas, Tati, e Carla que tornaram essa caminhada mais leve e suave com suas companhias, viagens a Portugal (risos) sugestões e leituras do material. Meus sinceros agradecimentos ao Professor Noélio Spinola que, mais do que orientador, foi um verdadeiro pai para mim, abrindo as portas de sua casa juntamente com Dona Denise e me permitiu participar de sua família. À professora Carolina Spinola por suas sugestões e ajuda, principalmente na qualificação. Ao Professor Laumar Neves pela ajuda e disponibilidade. Ao Professor Helcio Medeiros. À professora Aliger por fazer parte da banca de avaliação e suas sugestões na qualificação. Ao professor Costa Gomes por sua ajuda nas aulas de metodologia e sua amizade. Ao grande professor Edivaldo Boaventura por seu companheirismo, amizade, paciência e exemplo de Mestre. Aos colegas da UESB e a todos que contribuíram direta e indiretamente para esse trabalho.

## RESUMO

A presente investigação buscou discutir as trajetórias porque passou o trabalho no Recôncavo com seus avanços e retrocessos. O Recôncavo foi uma das regiões mais ricas tanto sob o ponto de vista econômico como social do Brasil, mas que, ao longo de sua história foi perdendo importância relativa. A indústria do açúcar ajudou a produzir uma sociedade múltipla e complexa. A produção de açúcar foi montado sobre o tripé escravidão, latifúndio e exportação. Gerou muitas riquezas, mas, também, gerou pobreza. Nesse contexto, o trabalho também mudou muito. Passou de escravo para livre e assalariado. Passou de desqualificado para qualificado. Assim, investigação teve como objetivo geral discutir a trajetória do trabalho no Recôncavo com os seus movimentos de avanços e retrocessos. Esses avanços e retrocessos se referem aos movimentos cíclicos porque passaram as culturas agrícolas e a indústria no Recôncavo e, por conseguinte, tiveram rebatimento sobre o trabalho. Como problema de pesquisa, tem-se: Levando-se em consideração as mudanças ocorridas nos diversos processos de trabalho porque passou o Recôncavo desde o período da escravidão, quais são as características do trabalho formal no Recôncavo em 2010? As hipóteses que orientaram o trabalho foram: os trabalhadores no Recôncavo têm baixa qualificação; os salários pagos pelas empresas localizadas no Recôncavo são baixos; a divisão social do trabalho no Recôncavo produziu espaços diferenciados e desiguais. A metodologia utilizada foi a dialética e história com dados secundários do IBGE, PNAD e Censos. As principais conclusões da pesquisa foram: o trabalho no Recôncavo possui ocupações qualificadas, a exemplo dos professores, mas existem ainda muito trabalho desqualificado. Os salários pagos aos trabalhadores no Recôncavo são mais baixos que a média nacional, regional e estadual. A divisão territorial do trabalho no Recôncavo produziu três espaços diferenciados (três recôncavos). Contudo, o setor educacional destaca-se no território do Recôncavo com aumento do pessoal ocupado, o que pode representar uma melhoria estrutural do território.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional. Divisão do Trabalho. Qualificação.

## ABSTRACT

The present research sought to discuss the trajectories because the work in the Recôncavo passed with its advances and setbacks. The Recôncavo was one of the richest regions both from the economic and social point of view of Brazil, but which, throughout its history, has been losing relative importance. The sugar cane industry has helped to produce a complex and multiple society. The production of sugar was mounted on the tripod slavery, land property and export. It generated many riches, but it also generated poverty. In this context, the work has also changed a lot. He went from slave to free and wage-earner. Moved from disqualified to qualified. Thus, research had as general objective to discuss the trajectory of the work in the Recôncavo with its movements of advances and setbacks. These advances and setbacks refer to the cyclical movements because the agricultural crops and the industry in the Recôncavo passed and, consequently, they had bounced on the work. As a research problem, we have: Taking into account the changes that occurred in the various work processes because the Recôncavo has passed since the period of slavery, what are the characteristics of the formal work in the Recôncavo in 2010? The hypotheses that guided the work were: workers in the Recôncavo have low qualification; the salaries paid by companies located in the Recôncavo are low. the social division of labor in the Recôncavo produced differentiated and unequal spaces. The methodology used was the dialectic and history with secondary data of IBGE, PNAD and Censuses. The main conclusions of the research were: the work in the Recôncavo has qualified occupations, like the teachers, but there is still a lot of disqualified work. The salaries paid to workers in the Recôncavo are lower than the national, regional and state average. The territorial division of labor in the Recôncavo produced three distinct spaces (three recôncavo). However, the educational sector stands out in the Recôncavo territory with an increase in the number of employed persons, which can represent a structural improvement of the territory.

**Key-words:** Regional Development. Division Work. Qualifying.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Territórios de Identidade do estado da Bahia em 2017 .....	17
Figura 2 - Mapa do Território de Identidade do Recôncavo e os municípios que o compõem	18
Figura 3 - Mapa das Capitânicas Hereditárias e seus respectivos donatários .....	39
Figura 4 - Conjunto arquitetônico de um engenho .....	42
Figura 5 - Vista do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho em 2011 .....	43
Figura 6 - Pintura “Engenho” de Frans Post 1651.....	44
Figura 7 - Colheita manual de cana feita por escravos no século XVII .....	50
Figura 8 - Etapas no processo de trabalho na produção do açúcar.....	53
Figura 9 - Organograma de um engenho .....	55
Figura 10 - Plantação de Fumo no Recôncavo em 2015 .....	69
Figura 11 - Regiões produtoras de fumo na Bahia no século XX .....	70
Figura 12 - Charuteiras em Maragogipe na década de 1960 .....	75
Figura 13 - Imagem da Fábrica de Charutos Suerdieck em Maragogipe na década de 1950 ..	76
Figura 14 - Trabalhadores em uma casa de farinha raspando mandioca em uma casa de farinha .....	83
Figura 15 - Pirâmide Etária do Recôncavo em 2010.....	111
Figura 16 - Distribuição absoluta da população em idade de trabalhar, por sexo e segundo a classe de renda - Território de Identidade Recôncavo - 2010 .....	138



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos Donatários das Capitâneas hereditárias e data de doação .....	38
Quadro 2 - Propriedades produtoras de fumo no Recôncavo de acordo com o tamanho.....	73
Quadro 3 - Firms Manufatureiras de Fumo na Província da Bahia: 1819-1889.....	74
Quadro 4 - Evolução do Emprego em 30 anos na Suerdieck no século XX .....	77
Quadro 5 - Evolução das exportações de açúcar pelo Estado da Bahia (1851-1878) .....	89
Quadro 6 - Renda familiar média dos indivíduos segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República .....	118

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativas de escravos desembarcados na Bahia entre 1582-1851 .....	60
Tabela 2 - Empregados por gênero da Suerdieck S.A em 30.06.1954 .....	77
Tabela 3 - Número empregados por gênero na Suerdieck entre 1906 e 1950.....	78
Tabela 4 - População Urbana e Rural do Recôncavo período 1991 a 2010 .....	109
Tabela 5 - PIB, PIB per capita e produtividade do trabalho para os municípios do Recôncavo para o ano de 2010.....	112
Tabela 6 - População, PIB per capita e IDHM do Território de Identidade Recôncavo e seus municípios no período 2010 a 2014 .....	116
Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano, segundo suas componentes para os Municípios do Território de Identidade Recôncavo (1991, 2000 e 2010).....	117
Tabela 8 - População residente, participação e variação percentual, por classe social para o Território de Identidade Recôncavo período 2000/2010.....	119
Tabela 9 - Pessoas ocupadas, desocupadas e pessoas na força de trabalho – Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do território de Identidade Recôncavo – 2000/2010.....	123
Tabela 10 - Taxa de Ocupação do Brasil, Nordeste, Bahia e Recôncavo .....	125
Tabela 11 - Taxa de Atividade Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo - 2000/2010 .....	127
Tabela 12 - Pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação – Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo – 2000/2010 .....	128
Tabela 13 - Estoque de emprego formal, segundo as dez maiores ocupações - Território de Identidade Recôncavo - 2000, 2005, 2010, 2015 .....	130
Tabela 14 - Pessoas ocupadas, segundo o setor de atividade econômica – Municípios do Território de Identidade Recôncavo – 2010 .....	132
Tabela 15 - Taxa de analfabetismo da população com 15 anos de idade ou mais - Municípios do Território de Identidade Recôncavo - 1991, 2000 e 2010 .....	135
Tabela 16 - Estoque de emprego formal, segundo o grau de instrução do trabalhador – Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo – 2000, 2005, 2010,2015 .....	137
Tabela 17 - Rendimento médio das pessoas ocupadas, segundo o grau de instrução – Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo – 2000/2010.....	139
Tabela 18 - Rendimento <sup>1</sup> médio das pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação - Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo - 2000/2010..	141

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 O RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA .....	14
1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA .....	18
<b>2 A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL PARA A COMPREENSÃO DOS FENÔMENOS ECONÔMICOS.....</b>	<b>22</b>
2.1 DO BULIONISMO AO <i>LAISSEZ-FAIRE</i> : A IMPORTÂNCIA DA DIVISÃO DO TRABALHO SEGUNDO ADAM SMITH.....	23
2.2 DE HEGEL A MARX: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA O HOMEM.....	25
2.3 MARX E A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NO CAPITALISMO.....	29
2.4 A DIVISÃO DO TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE REGIONAL E A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO .....	31
<b>3 A CONTRIBUIÇÃO DO AÇÚCAR NA FORMAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA DO RECÔNCAVO ENTRE O SÉCULO XVI AO XIX.....</b>	<b>35</b>
3.1 O SURGIMENTO DO RECÔNCAVO NO CONTEXTO DAS TRAMAS DA EXPANSÃO DA ECONOMIA COLONIAL .....	36
3.2 ENTRE O DOCE DO AÇÚCAR E O AMARGO DA ESCRAVIDÃO: TRABALHO E ESCRAVIDÃO NA GRANDE INDÚSTRIA AÇUCAREIRA .....	41
<b>3.2.1 Os trabalhadores do açúcar.....</b>	<b>44</b>
<b>3.2.1.1 Os senhores de engenho: donos de homens e de cana .....</b>	<b>45</b>
<b>3.2.1.2 Os lavradores de cana .....</b>	<b>47</b>
<b>3.2.1.3 Os trabalhadores do campo.....</b>	<b>49</b>
<b>3.2.1.4 A contradição em processo: trabalhadores assalariados em uma economia escravista .....</b>	<b>54</b>
<b>3.2.1.5 Crise da lavoura açucareira, a Abolição da Escravidão e o reordenamento do trabalho no Recôncavo.....</b>	<b>59</b>
<b>4 O CONTRAPONTO BAIANO: O TRABALHO NAS LAVOURAS DE FUMO E MANDIOCA .....</b>	<b>66</b>
4.1 LAVOURA DE POBRE, NEGÓCIO DE RICO: AS CONTRADIÇÕES DO TRABALHO NA CULTURA FUMAGEIRA .....	66
4.2 O RECÔNCAVO FUMAGEIRO: UM PÉLAGO VERDE.....	68
4.3 AS CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES NAS ROÇAS DE FUMO .....	71
<b>4.3.1 O trabalho nas manufaturas de fumo.....</b>	<b>74</b>
4.4 A PRODUÇÃO DO “PÃO DA TERRA”: O TRABALHO NAS ROÇAS DE MANDIOCA E O ABASTECIMENTO COLONIAL.....	79
<b>4.4.1 “Carne sem osso, farinha sem caroço”: o mercado local de farinha .....</b>	<b>81</b>
<b>4.4.2 Os trabalhadores nas roças de mandioca: assalariados, agregados e domésticos ...</b>	<b>82</b>

<b>5 ENTRE TRILHAS PERDIDAS E ENIGMAS BAIANOS: ENCONTROS E DESENCONTROS DA ECONOMIA DO RECÔNCAVO NO SÉCULO XX.....</b>	<b>85</b>
5.1 A ECONOMIA DO RECÔNCAVO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX .....	86
5.2 ENTRE INVOLUÇÕES ECONÔMICAS E ENIGMAS BAIANOS: A ECONOMIA DO RECÔNCAVO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	90
5.3 A ECONOMIA DO RECÔNCAVO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E A INDUSTRIALIZAÇÃO LIDERADA PELO ESTADO.....	95
<b>6 O TRABALHO NO RECÔNCAVO: NATUREZA E CARACTERÍSTICAS DE UMA SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO .....</b>	<b>102</b>
6.1 O PERÍODO 1930-1980: UM BREVE RELATO SOBRE AS MUDANÇAS NA ECONOMIA BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO .....	102
6.2 A CRISE DOS ANOS 1980 E OS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO 1980-2000 .....	104
6.3 O TRABALHO NO RECÔNCAVO: NATUREZA, CARACTERÍSTICAS E TRAJETÓRIA RECENTE (2000/2010) .....	108
<b>6.3.1 Os indicadores demográficos, econômicos e sociais do Recôncavo.....</b>	<b>109</b>
<b>6.3.2 As pessoas ocupadas e a estrutura das ocupações no Recôncavo .....</b>	<b>120</b>
<b>6.3.3 Rendimento e grau de instrução dos trabalhadores no recôncavo .....</b>	<b>134</b>
<b>7 CONCLUSÕES.....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>147</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A palavra “Recôncavo” significa terra ao redor de uma baía. É uma região que circunda a Baía de Todos os Santos, formando o grande anfiteatro no qual, há quase cinco séculos, vem se desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil (COSTA PINTO, 1998). Durante quase três séculos foi a região mais importante do país. No Recôncavo, desenvolveu-se uma importante indústria açucareira. Os engenhos de cana ajudaram a moldar a paisagem, a economia e a sociedade do lugar com sua produção extensiva, latifundiária e mão-de-obra escrava, primeiramente indígena e, depois, negra.

É possível identificar pelo menos três grandes atividades agrícolas no Recôncavo: a produção de açúcar (para exportação), o fumo (utilizado primeiramente para troca de escravos e depois para exportação) e a farinha de mandioca (para alimentação). Na historiografia brasileira, autores como Prado Jr. (1987), Furtado (1969), Freire (1986) e Holanda (1995) afirmam em seus trabalhos que a produção agrícola brasileira voltada para exportação foi uma grande *plantation* e que as atividades acessórias não tiveram nenhum peso na constituição do mercado interno. A visão desses autores é o que se convencionou chamar de visão *plantacionista* para usar a linguagem empregada por Linhares (1990).

Contudo, há outros autores que defendem uma visão diferente da *plantacionista*; chamada de *multilateral*. Esta defende que as atividades acessórias, a exemplo da produção de fumo e farinha, tiveram papel importante na complementação dos rendimentos da agricultura de exportação e foram fundamentais na constituição do mercado interno da colônia. Os trabalhos de Linhares (1990), Gorender (1978), Barickman (2003) e Schwartz (2011) fazem parte desta segunda linha de análise.

Para o referencial teórico defendido pela presente investigação, as discussões acerca da força de trabalho no Recôncavo encontram-se em consonância com a segunda linha teórica acima apresentada. Voltando-se à discussão sobre o trabalho no Recôncavo, este foi basicamente negro e escravo. Nas primeiras roças de cana, utilizou-se a força de trabalho indígena até meados de 1570 quando esta foi sendo substituída pelo trabalho escravo, por força de um decreto régio proibindo a escravização do indígena. A mão-de-obra escrava era empregada nos canaviais, nos serviços domésticos e nos trabalhos no Engenho. O Padre Antonil (1711, p.31) relatou muito bem a importância dos escravos na economia açucareira. Para Ele, “os escravos são as mãos, e os pés do senhor de engenho”.

Da lavoura da cana passando pela lavoura do fumo e de mandioca, a força de trabalho no Recôncavo alterou-se em natureza e em essência. O trabalho deixou de ser essencialmente manual e passou a ter características de especialização. O processo de industrialização, implantado no Recôncavo a partir da segunda metade do século XX, principalmente com a indústria petroquímica, contribuiu para alterações no perfil do trabalhador no Recôncavo.

Entende-se que, em todas as culturas agrícolas (açúcar, farinha e fumo), além do período de industrialização, o fio condutor que perpassa por todos esses processos é o **trabalho**. Dessa forma, a presente investigação tem como objetivo geral discutir a trajetória do trabalho no Recôncavo com os seus movimentos de avanços e retrocessos. Esses avanços e retrocessos se referem aos movimentos cíclicos porque passaram as culturas agrícolas e a indústria no Recôncavo e, por conseguinte, tiveram rebatimento sobre o trabalho.

Dentro dessa perspectiva, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Levando-se em consideração as mudanças ocorridas nos diversos processos de trabalho porque passou o Recôncavo desde o período da escravidão, quais são as características do trabalho formal no Recôncavo em 2010?

As hipóteses que orientarão o trabalho são:

- 1) Os trabalhadores no Recôncavo têm baixa qualificação;
- 2) Os salários pagos pelas empresas localizadas no Recôncavo são baixos;
- 3) A divisão social do trabalho no Recôncavo produziu espaços diferenciados e desiguais.

Os objetivos específicos são:

- a) Apresentar como se deu o processo da formação social e econômica do Recôncavo;
- b) Discutir as mudanças do trabalho ao longo da história do Recôncavo;
- c) Apresentar e discutir as características do trabalho no Recôncavo no ano de 2010.

Além desta introdução, que compõe o primeiro capítulo, e das conclusões (o último), o presente trabalho é composto de mais cinco capítulos. No segundo capítulo, é apresentado o conceito de divisão social do trabalho e sua importância como instrumento de análise regional. O capítulo terceiro discute como se deu a formação social e econômica do território do Recôncavo no contexto do processo de descobrimento do Brasil e, também, a contribuição e o papel do açúcar nesse processo, tendo sempre como enfoque o papel desempenhado pelo trabalho. O capítulo quarto, apresenta o fumo e a mandioca como contrapontos na formação do Recôncavo. Além disso, o capítulo discute a importância do trabalho nas culturas de fumo e mandioca e a importância destas na geração de emprego e renda no território. O quinto capítulo faz uma retrospectiva acerca do processo de industrialização do Recôncavo no século

XX e a contribuição da indústria de petróleo, tendo como recorte os impactos destes sobre o trabalho. Finalmente, o sexto capítulo discute o mercado de trabalho no Recôncavo com suas particularidades, mudanças de natureza e características.

Todavia, antes de iniciar as discussões sobre a divisão do trabalho, objeto do segundo capítulo, é necessário que se faça o recorte espacial da pesquisa, objeto da seção seguinte.

### 1.1 O RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA

Para a realização da investigação sobre o Território do Recôncavo, tornou-se necessário realizar um recorte espacial do mesmo estabelecendo limites territoriais e a composição dos municípios a serem estudados. Todavia, as definições e limites do Recôncavo mudaram muito ao longo dos anos. Assim, a presente seção resgata e discute como foi o processo de delimitação espacial da pesquisa de acordo com diversos autores

Ao analisar a rede urbana do Recôncavo no final da década de 1950, Milton Santos (1958) amplia a noção dos seus limites, rompendo com classificação oficial do próprio IBGE. Para Milton Santos (1958), como a rede urbana é um fenômeno dinâmico, o Recôncavo tradicional não serve para esse tipo de estudo. Assim, a rede urbana do Recôncavo possui 28 municípios, a saber: Alagoinhas, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Castro Alves, Catu, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Coração de Maria, Cruz das Almas, Feira de Santana, Iará, Itaparica, Jaguaripe, Maragogipe, Mata de São João, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Santo Antonio de Jesus, Santo Amaro, Santo Estevão, São Félix, São Felipe, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé e Salvador.

Já Costa Pinto (1998), também escrevendo no início da década de 1950, analisa o Recôncavo a partir da sedimentação das suas atividades econômicas. Segundo ele existem seis sub-áreas no Recôncavo, de acordo com o abaixo:

- a) **Zona da pesca e do saveiro** – na orla marítima e nas ilhas;
- b) **Zona do açúcar** – nas terras do massapê;
- c) **Zona do fumo** – mais recuada do litoral;
- d) **Zona da agricultura de subsistência** – área descontínua, conjunto de manchas, roças de mandioca, milho, feijão, hortaliças, frutas, associadas ao pequeno criatório, que se espalham por todo o Recôncavo, completam outras culturas principais (principalmente a do fumo), concentrando-se mais na direção das fronteiras do Sul e do Sudoeste;
- e) **Zona do petróleo** – ainda crescente, definido agora os seus limites geográficos pelo processo geológico de invasão de outras zonas,

originada e concentrada, entretanto, nas mesmas terras do massapê açucareiro, nas ilhas e na orla marítima;

- f) **Zona urbana de Salvador** – de características metropolitanas, ou quase, cuja existência, crescimento e função – como centro de consumo, de comércio, de redistribuição, de serviços, de influência política, de controle administrativo, de vida intelectual, de contactos com o mundo – representa um dos principais fatores, simultaneamente, de unidade e de diversidade do conjunto. (COSTA PINTO, 1998, p.108-109).

Nesses aspectos levantados por Costa Pinto (1998), a delimitação de Recôncavo considerado por ele tem 23 municípios: Alagoinhas, Aratuípe, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Cachoeira, Catu, Cruz das Almas, Feira de Santana, Jaguaripe, Mata de São João, Maragogipe, Madre de Deus, Muritiba, Nazaré, Poujuca, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, São Felipe, São Félix, Santo Antonio de Jesus, São Gonçalo dos Campos, Santo Amaro e Salvador.

Além da delimitação consagrada nos livros clássicos sobre o Recôncavo, uma outra dificuldade se apresenta quando os governos em nível estadual e federal cria as suas próprias delimitações regionais para fins de políticas públicas. Para Spinola (2003), as primeiras tentativas de promover a regionalização no Brasil datam de 1946 quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criou as Zonas Fisiográficas utilizando-se de critérios físicos e naturais. Em 1967 o mesmo IBGE utilizou-se do conceito de Microrregião Homogênea para dividir a Bahia em 26 microrregiões a partir do conceito de Localidades Centrais de Christaller.

A reforma administrativa promovida através da Lei nº 2321, de 1996, dividiu o estado da Bahia em 21 Regiões Administrativas. De acordo com Campos (2000 *apud* DI LAURO *et al* 2009) o conceito de região administrativa se refere a um espaço contínuo a ser definido de acordo com a função e a cobertura do governo sobre o território tendo sempre uma sede urbana que possa concentrar as agências e os órgãos governamentais para atendimento às áreas de interesse do governo, a exemplo de saúde, educação e segurança pública.

Desde os anos 2000, a regionalização da Bahia se dá através do conceito de Território de Identidade, conforme pode ser observado na Figura 1. Para Serpa e Monteiro (2011), os Territórios de Identidade são fruto de um processo que começou em 2003 e culminou em 2007 com a nova divisão regional do Estado. O objetivo é a articulação das políticas estaduais no âmbito das diversas secretarias, a partir de uma mesma regionalização. Conforme a Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN):



Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. **Definição:** O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por **critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos**, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (SEPLAN, 2017 *online* grifos nossos).

Ainda segundo Serpa e Monteiro (2011), o conceito de Território de Identidade como base para o processo de regionalização carrega um caráter inovador, em termos de políticas públicas a partir de um processo de diálogo com a sociedade e com a realidade baiana. Contudo, mesmo assim é um conceito de passível de críticas, de acordo com abaixo:

O território de identidade como base para o processo de regionalização carrega um caráter inovador, em termos de políticas públicas. Essa regionalização foi “adaptada” a partir do modelo dos “Territórios Rurais”, adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), passando por um processo de reajuste e diálogo com a realidade baiana. Porém, sobrepondo os mapas das antigas regionalizações, em Regiões Administrativas ou Regiões Econômicas, percebemos, em alguns casos, que os limites dos territórios de identidade são muito próximos dos limites anteriores, estabelecidos através destas regionalizações, principalmente em relação às regiões econômicas. Em alguns territórios os limites são praticamente os mesmos, como nos casos dos territórios de Irecê, Extremo Sul (que permanece com o mesmo nome) e Velho Chico; outras regiões foram apenas divididas, como no caso da região Oeste, que na nova regionalização passa a ser Oeste Baiano e Médio Rio de Contas. Isso nos leva a um questionamento inicial se o critério da identidade foi realmente a chave desta nova regionalização, ou se se trata apenas de um discurso. Outro questionamento advém do fato de alguns territórios de identidade adotarem o nome do município pólo, ou seja, a identidade de uma região definida a partir do papel de centralidade que exerce certos municípios no contexto regional, algo que consideramos estranho no contexto das políticas propostas e também criticado por alguns de nossos entrevistados como veremos mais adiante. (SERPA; MONTEIRO, 2011, p.4)

Figura 1 – Territórios de Identidade do estado da Bahia em 2017



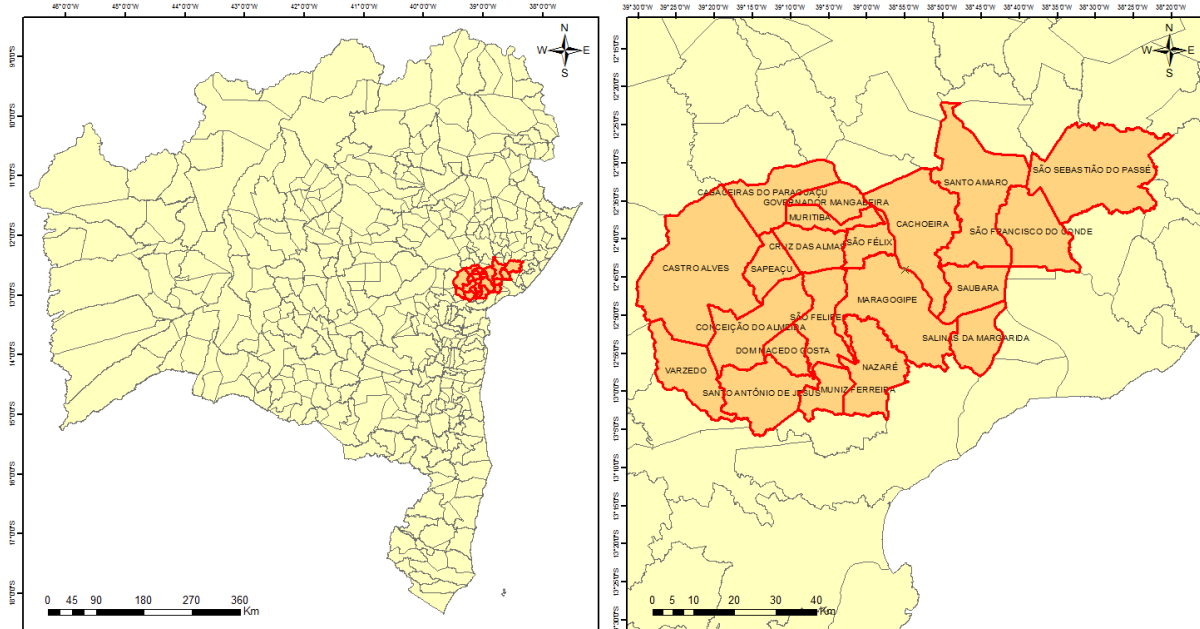
Fonte: SEPLAN (2017).

Porém, a nova regionalização promovida pelo governo do estado da Bahia alterou novamente a composição dos Territórios de Identidade. Em 2013 havia 26 territórios e em 2015 foi criado mais um totalizando 27. Todavia, nessa nova classificação o Território de Identidade do Recôncavo “perdeu” os municípios de São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé. Mas, quando a presente pesquisa foi iniciada em 2013 esses municípios ainda pertenciam ao Território do Recôncavo e, portanto, não fazia sentido analisar esse território sem esses dois municípios, pois entendemos que ambos fazem parte do núcleo do Recôncavo antigo que vem passando por um processo de mudanças em suas respectivas economias. Além disso, ambos os municípios foram importantes na instalação da indústria de petróleo que se operou nesse território na década de 1950.

Feitas as devidas observações, o recorte espacial da presente investigação considera a classificação anterior dos Territórios de Identidade da Bahia com 26 Territórios de Identidade, conforme pode ser visto na Figura 1. Já o Território de Identidade do Recôncavo é composto por 20 municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São

Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. Conta com população de 576,6 mil habitantes, de acordo com dados do Censo 2010 do IBGE e possui área total de 5,2 mil quilômetros quadrados.

Figura 2 – Mapa do Território de Identidade do Recôncavo e os municípios que o compõem



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Territórios (2017).

## 1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa envolve a escolha do método de abordagem, de procedimento e as técnicas de pesquisa que serão utilizados durante todas as fases da investigação. Desta forma, o método de abordagem utilizado pela presente investigação foi o materialismo-histórico e dialético.

A dialética, sob a concepção do materialismo histórico, parte do conceito fundamental de que o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas e imutáveis, mas um processo de complexos e um processo em construção permanente. As coisas e suas representações, refletem conceitos na mente, os quais estão em mudanças contínuas e ininterruptas de devir. Para Marx (1984), a dialética se fundamenta no movimento de todas as coisas, quer seja mundo exterior em movimento, quer seja o pensamento humano em movimento. Desta forma, só existe dialética se houver movimento, e só há movimento se existir processo histórico.

Já o materialismo histórico, é a ciência do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana (TRIVIÑOS, 1987).

Ainda de acordo com Triviños (1987), o materialismo histórico-dialético enquanto enfoque metodológico busca entender o modo humano de produção social da existência vinculando-se a uma concepção de realidade. Parte do pressuposto que o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido. O conhecimento produzido pelo sujeito reproduz o real em suas múltiplas determinações com o objetivo de superar a aparência e atingir a sua essência. A partir do dado empírico, o real é observado pelo sujeito diretamente em sua aparência e indiretamente em sua essência, de modo a possibilitar o entendimento e o desvelamento dos processos presentes nos fenômenos estudados, distinguindo assim aquilo que é aparente daquilo que é essencial apreender no processo de investigação.

Na relação entre sujeito e objeto, o objeto será sempre algo produzido pelo sujeito, resultando numa autoimplicação do sujeito ao objeto, o que evidencia uma relação muito mais de unidade com o objeto do que de identidade. Assim, ao mesmo tempo em que a sociedade produz o homem, ela também é produzida por ele.

Segundo Gomide (2013), o materialismo se fundamenta nas contradições, de acordo com o abaixo:

A concepção materialista tem como fundamento todas suas contradições, conflitos e transformações evidenciando que as idéias são, de fato, reflexos do mundo exterior e objetivo vivenciado pelos sujeitos e, por isso, as idéias independem do pensamento, são representações do real. Nesta perspectiva, o grande desafio do pensamento é trazer para o plano racional a dialética do real, buscando a essência do fenômeno, aquilo que está por detrás da aparência, ou seja, o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade. (GOMIDE, 2013, p.5).

Nesse sentido, entende-se que o Recôncavo é um território ainda em movimento em pleno século XXI e que vem passando por transformações profundas em sua formação tanto econômica quanto social ao longo dos últimos 500 anos. Em todos esses processos, o trabalho foi o elemento de ligação entre eles. O próprio transmutou-se; passou de escravo com predominância negra para o assalariado e livre. Passou de desqualificado para qualificado em

algumas ocupações. Assim, o Recôncavo constitui-se em um objeto histórico por natureza e essência e, portanto, analisá-lo sob o prisma do método materialista-histórico e dialético torna-se inescapável.

Em relação ao método de procedimento, utilizou-se de dois métodos. Nos capítulos dois e cinco, foi utilizada a pesquisa bibliográfica através de literatura específica para o entendimento do referencial teórico. Já nos capítulos três e quatro, o método de procedimento utilizado foi o método histórico. Para isso, as fontes secundárias e históricas pesquisadas buscaram resgatar através dos cronistas de cada época as diversas características do trabalho no Recôncavo. Muitos foram esses cronistas que, ou empregados da Coroa ou sacerdotes da igreja católica, relataram a vida social e econômica do Recôncavo e produziram documentos com riqueza de detalhes. Assim, os trabalhos de Gabriel Soares de Sousa, José Antonio Caldas, o Regimento de Tomé de Sousa, André João Antonil, Pero Gândavo, Luís dos Santos Vilhena e Frei Vicente de Salvador foram amplamente utilizados. Esses trabalhos foram importantes para entender o processo de ocupação do Recôncavo com os engenhos, sua dinâmica econômica e o processo de produção de açúcar, fumo e farinha de mandioca. Os relatos desses “viajantes” foram importantes, também, para perceber o dia-a-dia das pessoas e como a sociedade da época se apresentava com seus costumes e dinâmica social.

Além do material histórico produzido pelos primeiros “viajantes” e pesquisadores do Recôncavo, os livros de Stuart B. Schwartz, B.J. Barickman, Wanderley Pinho e Maria de Azevedo Brandão formam um conjunto de quatro obras clássicas sobre o Recôncavo que não podiam deixar de ser consultadas. Schwartz e Barickman são pesquisadores estadunidenses que viveram no Recôncavo para concluir suas pesquisas e tem como fatores fortes a metodologia e a narrativa muito precisa, são obras que se completam. No caso de Barickman, seu estudo centra-se no período 1780-1860; período de ascensão e queda da indústria açucareira e é um importante trabalho sobre as contribuições do fumo e da mandioca como contrapontos à indústria do açúcar. Já Schwartz, desvela os segredos internos da sociedade escravagista da época. Wanderley Pinho e Maria Brandão revelam em suas obras a complexidade do Recôncavo com seus engenhos, seu povo, sua cultura e sua economia; sociedade em constante transição.

Com relação às técnicas de pesquisa, a presente investigação usou dados secundários oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mais precisamente o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), os Censos (1991, 2000 e 2010) também foram utilizados. Além disso, usou-se a

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e as bases de dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Como lembrado por Medeiros Jr. e Grand Jr. (2011), a RAIS foi instituída em dezembro de 1975, pelo Decreto nº 76.900/75 e caracteriza-se como registro administrativo de âmbito nacional, com periodicidade anual. A RAIS é obrigatória para todos os estabelecimentos que possuam, ou não, vínculos empregatícios. Operacionalmente, foi criada para monitorar a entrada da mão de obra estrangeira no Brasil, apoiar o controle dos registros relativos ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e à arrecadação e concessão de benefícios pelo Ministério da Previdência Social, servindo de base de cálculo do PIS/PASEP. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, cobre cerca de 97% do setor formal brasileiro.

Através dessas bases, foi possível elaborar os dados sobre o emprego formal dos trabalhadores no Recôncavo em cada ano, assim como os rendimentos médios, qualificação, estrutura das ocupações, taxa de ocupação, taxa de atividade e outros indicadores do mercado de trabalho formal do Recôncavo no período 1991-2010.

## **2 A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO COMO CATEGORIA CENTRAL PARA A COMPREENSÃO DOS FENÔMENOS ECONÔMICOS**

Uma das primeiras dificuldades impostas para a análise regional ou territorial é identificar os elementos, processos, conceitos e categorias que são mais representativos para a discussão de determinado fenômeno que se apresenta. É preciso identificar e reconhecer quais instrumentos podem ser utilizados para melhor responder ao problema proposto.

O desenvolvimento do capitalismo no século XX, sobretudo a partir da década de 1970, tornou a produção cada vez mais internacionalizada e complexificada. Os circuitos de produção deixaram de ser locais, em sua maioria, e são cada vez mais internacionalizados, interdependentes da relação local/global com um alcance cada vez maior dos produtos e serviços. Houve um aumento da financeirização da economia, conforme apontado por Chesnais (1996), aliado ao aumento do poder dos oligopólios. Além disso, as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) passaram a desenvolver um papel importante nesse novo contexto (CASTELLS, 2002). Esse novo estágio do desenvolvimento do capitalismo demanda instrumentos cada vez mais precisos de análise.

Nesse cenário de mudanças, incertezas, e de especialização flexível, as Teorias de Desenvolvimento Regional também sofreram importantes modificações. Autores como Brandão (2004) e Santos (1993), ressaltam que nos últimos anos, principalmente no período pós-1980, uma grande gama de teorias do desenvolvimento regional foram descartadas ou esquecidas pelos planejadores regionais com o recrudescimento da Teoria Neoclássica e seu *mainstream* ortodoxo, que delegou ao mercado todas as providências (quase que divinas) de alocação perfeita dos recursos. Brandão (2004), ainda argumenta ser impossível termos uma teoria geral do desenvolvimento regional, dadas as dificuldades expostas acima.

Assim, a presente investigação, que tem como objetivo discutir a natureza do trabalho em um território específico que é o Recôncavo, entende que a divisão social ou territorial do trabalho é a categoria central para analisar as conformações e os complexos processos do trabalho neste mercado também específico que vão, inevitavelmente, cristalizar-se sobre o espaço, em antagonismo com a teoria neoclássica de alocação perfeita dos recursos, equilíbrio geral e concorrência perfeita.

Dessa forma, para alcançar os objetivos propostos, o presente capítulo está dividido em três grandes seções. A primeira localiza a divisão do trabalho no alvorecer da ciência econômica no século XVIII, com Adam Smith, que rompe com os preceitos mercantilistas e fisiocratas e inaugura a assim chamada Economia Clássica.

A segunda seção apresenta a divisão do trabalho dentro da abordagem discutida por Marx, que difere da abordagem de Smith, e apresenta uma evolução do conceito com implicações sobre o processo de trabalho. A segunda seção também busca apresentar uma pequena discussão acerca do conceito de trabalho para Marx e para alguns autores de influência marxista, analisando a importância da categoria trabalho, sob essa abordagem, que será necessária para discutir o próprio conceito de divisão do trabalho, contudo não serão aprofundadas as questões relativas à teoria da alienação por entender que a referida discussão (alienação) não faz parte do objeto de análise. E, finalmente, a terceira seção baseia-se nos desdobramentos elaborados por Marx, apresentando a discussão em torno da importância da divisão do trabalho como categoria central para as análises concernentes aos processos de crescimento, desenvolvimento e subdesenvolvimento econômicos dentro da abordagem marxista.

## 2.1 DO BULIONISMO AO *LAISSEZ-FAIRE*: A IMPORTÂNCIA DA DIVISÃO DO TRABALHO SEGUNDO ADAM SMITH

O Mercantilismo compreendeu o período entre 1450-1750, e correspondeu a uma série de medidas econômicas e políticas nos países centrais europeus como Inglaterra, França, Espanha e Portugal que tiveram na busca por ouro e metais preciosos condição *sine qua non* para as tentativas de crescimento dessas nações. Essa política mercantilista, também ficou conhecida como **bulionismo** ou **bulhismo**, palavra derivada do inglês *bullion* que significa ouro em lingotes (SOUZA, 2004).

Além do bulionismo, outra política bastante utilizada no período mercantilista foi a balança comercial favorável, que consistiu em utilizar-se de protecionismo comercial e industrial para aumentar as exportações e reduzir as importações através de alta intervenção estatal, como foi o caso do Colbertismo na França do século XVII. A política mercantilista, com características intervencionista e metalista, foi aos poucos sendo substituída pelo pensamento liberal inglês. O ápice se deu com a publicação do livro de Adam Smith, “A Riqueza das Nações” em 1776, no limiar da primeira revolução industrial. Nessa obra Smith (que inaugura o campo da economia como ciência) lança as bases para colocar o trabalho como eixo fundamental para identificar os diferenciais de crescimento econômico entre as nações, sobretudo, a divisão do trabalho, que passa a ser a pedra angular de sua análise, afastando-se dos fisiocratas que tinham a natureza como fonte de riqueza.



O princípio que dá origem à divisão do trabalho para Smith (1983) está na propensão à barganha, ao escambo e à troca do ser humano, o que o diferencia dos outros animais. Logo no primeiro capítulo da Riqueza das Nações, Smith (1983 p.61) afirma que a divisão do trabalho resulta em um “maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado”.

A divisão do trabalho permite um aumento exponencial da produtividade do trabalho, quer seja nas pequenas manufaturas, quer seja nas grandes manufaturas. Para ilustrar e comprovar a sua afirmação, Smith (1983) apresenta o clássico exemplo da fábrica de alfinetes que vale a pena ser aqui reproduzido:

Tomemos um exemplo de uma manufatura insignificante, mas na qual a divisão do trabalho tem sido frequentemente notada, o fabrico de alfinetes; um operário não treinado nesta atividade (que a divisão de trabalho tornou um ofício distinto), e que não soubesse trabalhar com as máquinas nela utilizadas (para cuja invenção a divisão do trabalho provavelmente contribuiu), mal poderia talvez, ainda que com maior diligência, produzir um alfinete num dia e não seria, com certeza, capaz de produzir vinte. Mas, da forma como esta atividade é atualmente levada a cabo, não só o conjunto do trabalho constitui uma arte específica como a maior parte das fases em que está dividido contribui de igual modo ofícios especializados. Um homem puxa o arame, outro endireita-o, um terceiro corta-o, um quarto aguça-o, um quinto afia-lhe o topo para receber a cabeça; o fabrico da cabeça requer duas ou três operações distintas; a sua colocação é um trabalho especializado como o é também o polimento do alfinete; até mesmo a disposição dos alfinetes no papel é uma arte independente; e a importante atividade de produzir um alfinete é, deste modo, dividida em cerca de dezoito operações distintas, as quais, nalgumas fábricas, são todas executadas por operários diferentes, embora noutras um mesmo homem realize, por vezes duas ou três dentre elas. Eu próprio vi uma pequena fábrica deste tipo, que empregava dez homens e onde, por consequência, vários deles executavam duas ou três operações distintas. Mas embora fossem muito pobres e não se encontrassem, por isso, muito bem apetrechados com a maquinaria necessária, eram capazes de produzir entre eles, quando nisso se empenhavam, cerca de doze libras de alfinetes por dia. Assim, aqueles dez homens produziam em conjunto mais de quarenta e oito mil alfinetes num dia. (...) O grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de executar deve-se a três circunstâncias: primeira, o aumento da destreza de cada um dos trabalhadores; segunda, a possibilidade de poupar o tempo que habitualmente se perdia ao passar de uma tarefa a outra; e, finalmente, a invenção de um grande número de máquinas que facilitam e reduzem o trabalho, e tornam um só homem capaz de realizar o trabalho de muitos. (SMITH, 1983, p.79).

Smith (1983) identifica, ainda, três vantagens advindas da divisão do trabalho. A primeira se refere ao aprimoramento da destreza do operário. A partir do momento em que o operário é

responsável por apenas uma etapa do processo produtivo, ao invés de cuidar do processo com um todo, ele adquire maior habilidade naquele processo específico. Como essa maior destreza ou habilidade, o seu serviço passa a ser feito em menos tempo, contribuindo para o aumento da produtividade.

Em segundo lugar, a divisão permite uma poupança de tempo ao operário passar de uma atividade para outra. “Um tecelão do campo, que cultivava uma pequena propriedade, é obrigado a gastar bastante tempo em passar do seu tear para o campo, e do campo para o tear” (SMITH, 1983 p.69). Caso essa atividade do tecelão fosse feita em um mesmo local, haveria uma economia de tempo ao passar de uma atividade à outra, pois ambas estariam no mesmo local.

Em terceiro lugar, Smith (1983), apesar de escrever no início da Primeira Revolução Industrial (seu livro é publicado originalmente em 1776 e alguns historiadores datam o ápice da Revolução Industrial como 1780), já identificava o papel exercido pela utilização das máquinas. Para Smith (1983), as máquinas são responsáveis por facilitar e abreviar o trabalho humano; uma grande quantidade de atividades, principalmente as mais pesadas e difíceis, são exercidas pelas máquinas, deixando o ser humano livre para cuidar de outras etapas menos complexas do trabalho na manufatura.

## 2.2 DE HEGEL A MARX: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA O HOMEM

Diferentemente de Smith (1983), que viveu no século XVIII e, portanto, escreveu nos primórdios da Primeira Revolução Industrial, Marx teve melhores condições de desenvolver sua análise, ao desvelar vários aspectos sobre a introdução da maquinaria e da grande indústria no seio da sociedade, pois escreveu na transição do século XIX para o século XX, período no qual a indústria estava em plena expansão, sobretudo na Inglaterra, e já mostrava alguns sinais perversos, impactando diretamente o trabalho, o emprego e, também, a própria divisão social do trabalho.

Antes de discutir a divisão do trabalho em Marx, fazem-se necessárias duas contextualizações. Primeira, é preciso apresentar os desdobramentos acerca do autor sobre o trabalho, pois o conceito de divisão social do trabalho está intrinsecamente ligado ao conceito de trabalho. Segundo, é necessário situar a obra de Marx não apenas no campo da economia, enquanto superação dos economistas clássicos burgueses (como ele mesmo definia), como também no campo da filosofia. Desta forma, é notória a influência dos escritos de Hegel sobre

Marx no campo da filosofia na passagem do idealismo alemão hegeliano para o materialismo-dialético marxista, também presente nas discussões em torno da categoria trabalho.

Conforme apontado por Semeraro (2013), as discussões acerca da categoria trabalho estão presentes em três obras de Hegel em momentos diferentes, mostrando a evolução de seu pensamento sobre o assunto, a saber: o Sistema da Vida Ética de 1802/1803, Filosofia do Espírito Ienense do período 1805/1806 e Fenomenologia do Espírito de 1805/1807. Para Hegel (1991), o trabalho é uma atividade exclusiva e peculiar do ser humano, que supera seus instintos animais, e é capaz de criar produtos para as suas necessidades e, sobretudo, ferramentas para a produção de outros produtos, mas não apenas isso, já que é através do trabalho que o homem forma a sua consciência.

Sobre o Sistema da Vida Ética, Semeraro (2013, p.88) argumenta que “nesse escrito, Hegel concebe o trabalho como manifestação dialética que se estabelece entre objeto e sujeito, entre o impulso cego da necessidade e a satisfação que libera o ser humano do círculo fechado do si e o faz encontrar com os outros. O trabalho, de acordo com a concepção de Hegel (1991), é o elo que permite ao homem sair do isolamento social para a vida plena em sociedade, ao se relacionar com outros homens. O que um indivíduo faz para torna-se um fazer para toda a espécie (HEGEL, 1991).

Mais tarde, ao escrever “Filosofia do Espírito Ienense” em 1805/1806, Hegel (1971) vai aprofundar as questões relativas ao homem vivendo em sociedade, através do trabalho. Ao trabalhar, o homem forma a sua consciência e, ao atender às suas necessidades, acaba por satisfazer as necessidades de toda a sociedade. Assim, em uma concepção mais ampla, o trabalho do homem tem um grande alcance e reflexo social (SEMERARO, 2013).

Outro aspecto levantado por Hegel (1971) é que, além de impactar toda a sociedade, o trabalho do homem contribui para a criação da linguagem, a partir das determinações impostas pelo trabalho, através da constituição da família e da materialidade da vida social. Os aspectos da linguagem e do trabalho em Hegel foram tratados, também, por Habermas (1983), que vale a pena recuperar aqui.

Se considerarmos o conceito de trabalho social à luz dos novos conhecimentos antropológicos, podemos ver como ele penetra muito profundamente na escala evolutiva: não só os homens, mas já os homínidas se distinguem dos macacos antropóides pelo fato de se orientarem para a reprodução através do trabalho social e de constituírem uma economia. Os homínidas adultos formam hordas dedicadas à caça que a) dispõem de armas e de instrumentos (técnica); b) cooperam segundo uma divisão do trabalho (organização cooperativa) e c) repartem a presa interior da coletividade (regras de distribuição). (HABERMAS, 1983, p.115).

Em “Fenomenologia do Espírito”, Hegel (1992) desenvolve sua tese central: o processo de autoprodução do homem através de suas atividades, o processo de formação da consciência pelo trabalho, pelo reconhecimento do outro e o caráter social que se desenvolve mediante sua objetivação no mundo. Em Hegel (1992), o trabalho é um processo histórico e social. “É uma obra ética de um povo” (HEGEL, 1992, p.133) e “obra de todos” (HEGEL, 1971, p.58). Conforme destacado por Lukács (1975):

Hegel é não só o filósofo que tem mais profunda e adequada compreensão, na Alemanha, da essência da Revolução Francesa e do período napoleônico, como também o único pensador alemão do período que se ocupou seriamente dos problemas da Revolução Industrial ocorrida então na Inglaterra e o único que relacionou os problemas da economia clássica inglesa com os problemas da filosofia dialética. (LUKÁCS, 1975, p.29).

Uma síntese importante acerca do pensamento hegeliano, é apresentada por Santos (1983, p.39). Para ele “a filosofia do trabalho de Hegel atribui ao homem a tarefa de tornar-se não tanto senhor da natureza quanto senhor de si mesmo”.

Hegel exerceu uma grande influência sobre o pensamento de Marx, principalmente em seus escritos da juventude e, em muitos pontos, podem-se perceber similaridades entre as duas análises. O trabalho em Marx (1984), assim como em Hegel (1992), é entendido como resultado do relacionamento do homem com a natureza. É um movimento dialético, no qual o homem, ao modificar e explorar a natureza modifica e transforma-se a si mesmo, conforme descrito abaixo:

Antes de tudo o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Supomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual

constitui a lei determinante do seu modo de operar ao qual tem de subordinar a sua vontade. (MARX, 1984, p.297).

A partir das considerações de Marx (1984), podem ser retiradas duas conclusões importantes. A primeira é que o trabalho é uma atividade exclusivamente humana. É o homem o controlador e o mediador do processo de trabalho. É o homem a força motriz que põe as forças naturais em movimento com o objetivo de produzir. E, a segunda, é que o homem não pode sobreviver sem produzir, sem trabalhar.

De acordo com Lukács (1975), Marx inaugura uma nova ontologia ao elevar a categoria trabalho como fundante do desenvolvimento da sociedade, conforme abaixo:

Embora sem negar os pressupostos anteriores que fundamentam o estudo do ser, ao considerar o trabalho como possibilidade ontológica e como elemento-chave para a compreensão dos fatores constitutivos da sociabilidade, seu sistema teórico-metodológico se distinguirá de toda a tradição filosófica, revelando-se uma nova ontologia. (LUKÁCS, 1975, p.84).

Autores como Semerghini (2000) e Lukács (1975), argumentam que Marx, ao reconhecer a teleologia do trabalho, ultrapassou grandes pensadores como Aristóteles e Hegel. Para Marx (1984), o trabalho não é apenas uma das muitas formas fenomênicas da teleologia do trabalho em geral, mas o "único ponto onde uma posição teleológica como movimento real da realidade material é demonstrável." (LUKÁCS, 1975, p.103).

Outro ponto de divergência entre as análises de Hegel e Marx refere-se ao caráter metodológico. Logo no Posfácio da Segunda Edição de O Capital de 1873, Marx (1984) diferencia seu método em relação a Hegel:

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que apenas constitui a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 1984, p.140).

Em síntese, podem-se identificar mais dois pontos de divergência entre as duas abordagens. Em primeiro lugar, a base da concepção idealista da história está na especulação, nas hipóteses levantadas acerca dos fatos. Na concepção dialética e materialista, a base é o homem e seu processo efetivo de vida. Em segundo lugar, não é a consciência que determina

as condições de vida dos homens, conforme apregoado pelo o idealismo, e, sim, são as condições efetivas de produzir a vida material, a *práxis* humana que determina a consciência do homem.

### 2.3 MARX E A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NO CAPITALISMO

Tanto Marx (1984) quanto Engels (2002) argumentaram que o surgimento da divisão do trabalho se dá de forma espontânea na sociedade humana, está intrinsecamente ligada à propensão à troca do homem. Ao discutir o surgimento da família, da propriedade privada e do Estado, Engels (2002) mostrou como seu deu o desenvolvimento do trabalho e da divisão do trabalho na sociedade humana, especificamente ao analisar as diferenças entre a barbárie e a civilização. Tendo como exemplo uma tribo indígena localizada nos Estados Unidos, percebeu que uma tribo se divide em várias gens e estas, também, se subdividem em outras em uma espécie de filha da gens. A própria tribo se divide em outras tribos, formando um agrupamento espontâneo. Esse agrupamento é necessário para a própria defesa das tribos em caso de guerras ou conflitos externos, contudo nunca como argumento para a escravidão.

Com o desenvolvimento das tribos e das gens, a população cresceu e ficou dispersa dentro do território. Houve separação de espaços para a caça e a pesca e, também, separação entre as tribos. Ainda segundo Engels (2002), a divisão do trabalho no interior das tribos só existe entre os dois sexos. O homem é responsável pela guerra, pela caça e pela pesca. A mulher é responsável por fazer os alimentos, cuidar dos filhos. O homem é da floresta e a mulher é da casa. É uma divisão fisiológica do trabalho, de acordo com o sexo e com as aptidões de cada membro.

Dentro processo evolutivo e natural do homem, determinadas tribos deixaram de ser nômades e passam a se fixar em determinados territórios. Puderam domesticar animais e, assim, aumentar a sua produção de alimentos. Houve aumento da produção de carne e leite, mas também de couros e peles. Tornando possível a troca de produtos. Essa diferenciação entre tribos pastoras e tribos nômades, Engels (2002) chama da primeira grande divisão do trabalho, conforme pode ser visto na passagem abaixo:

Antes, era preciso ir à caça para capturar a fêmea do búfalo selvagem; agora, domesticada, ela dava uma cria a cada ano e proporcionava, ainda por cima, leite. Certas tribos mais adiantadas – os árias e os semitas, e talvez os turanianos – fizeram da domesticação e da criação de gado a sua principal ocupação. As tribos pastoras se destacaram do restante da massa dos bárbaros. Esta foi a *primeira grande divisão social do trabalho*. Estas tribos

pastoris não só produziam víveres em maior quantidade como também em maior variedade do que o resto dos bárbaros. (ENGELS, 2002 p.179).

Marx (1984, p.455), por seu turno, centra a sua análise acerca da divisão do trabalho no capitalismo. É no período manufatureiro que temos o surgimento/desenvolvimento da divisão do trabalho. É a manufatura que introduz a divisão do trabalho. “Por um lado a manufatura introduz, portanto, a divisão do trabalho em um processo de produção ou a desenvolve mais; por outro lado, ela combina ofícios anteriormente separados. Ainda segundo Marx (1984), a origem da manufatura tem um caráter duplo: de um lado ela surge a partir da combinação de ofícios autônomos de espécies diferentes, que perdem autonomia gradativamente até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se completam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. Por outro lado, a manufatura surge da cooperação de artífices da mesma espécie, da mesma profissão que decompõem o mesmo ofício individual em diversas operações particulares e as isola e as tornam autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico.

Após relacionar manufatura e divisão do trabalho, Marx (1984) discutiu a divisão do trabalho na manufatura, que ele chama de divisão manufatureira do trabalho, e a divisão social do trabalho na sociedade dentro de uma relação dialética entre ambos os conceitos.

Sendo a produção e circulação de mercadorias o pressuposto geral do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho exige que a divisão do trabalho tenha amadurecido até certo grau de desenvolvimento no interior da sociedade. Inversamente, a divisão manufatureira do trabalho desenvolve e multiplica por efeito recíproco aquela divisão social do trabalho. Com a diferenciação dos instrumentos de trabalho diferenciam-se cada vez mais os ofícios que produzem esses instrumentos. Se a empresa manufatureira apossa-se de um ofício, que até então era ligado a outros, como atividade principal ou acessória, sendo exercido pelo mesmo produto, ocorre uma separação e autonomização recíproca. (MARX, 1984, p.468).

Em síntese, a divisão manufatureira do trabalho diz respeito à concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, as funções são distribuídas aos trabalhadores dentro da oficina ou empresa. Pressupõe autoridade incondicional do capitalista sobre os trabalhadores, que são transformados em um mecanismo global a que ele pertence.

Já a divisão social do trabalho, refere-se ao fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias que são independentes entre si. Na divisão social do trabalho, não há autoridade reconhecida, pois é um confronto entre capitalista, a única autoridade é concorrência de mercado.

## 2.4 A DIVISÃO DO TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE REGIONAL E A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Como bem lembrado por Michael Löwy (1998), Marx escreveu toda a sua obra antes da fase imperialista do capitalismo e, por isso mesmo, não teria condições de dar conta de alguns problemas diretamente ligados à expansão mundial do capital. Ao analisar as condições do desenvolvimento econômico da Rússia no início do século XX, Trotsky (1967) ampliou o debate sobre a divisão do trabalho ao nível do desenvolvimento econômico em escala mundial, sob a égide do capitalismo. Para Trotsky (1967), o desenvolvimento econômico sob o capitalismo não permite repetições de trajetórias de desenvolvimento entre as nações, conforme pode ser observado na passagem a seguir:

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado. A teoria da repetição dos ciclos históricos – a de Vico e, mais tarde, de seus discípulos – baseia-se na observação dos ciclos percorridos pelas velhas estruturas pré capitalistas e, parcialmente, sobre as primeiras experiências do desenvolvimento capitalista. O caráter provincial e transitório de todo processus admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambiente sempre novos. O capitalismo no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Fica assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não recomeçaram ali a História desde seu início. Se a Alemanha e os Estados Unidos ultrapassaram economicamente a Inglaterra, isso se deveu exatamente ao atraso na evolução capitalista daqueles dois países. Em compensação, a anarquia conservadora que reina na indústria carbonífera britânica, como no cérebro de Mac Donald e seus amigos, é o resgate de um passado o qual a Inglaterra manteve a hegemonia do capitalismo. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do processus histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado. (TROTSKY 1967, p. 24).

Ao analisar as condições do desenvolvimento econômico dentro da realidade Russa do início do século XX, Trotsky (1967), descreveu a incorporação da periferia ao capitalismo mundial



em uma contribuição seminal sobre uma das leis imutáveis do capitalismo, que é a lei do desenvolvimento desigual e combinado, de acordo com a citação a seguir:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de **lei do desenvolvimento combinado**, que significa aproximação das diversas etapas, combinação de fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei tomada, bem entendida em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha. **grifo nosso.** (TROTSKY 1967, p. 25).

Na década de 1980, o geógrafo marxista Neil Smith (1988) publicou *Desenvolvimento Desigual* no qual discute o processo de desenvolvimento desigual do capitalismo, a partir da divisão do trabalho, seguindo a ideias de Trotsky acerca do desenvolvimento desigual e combinado. Nesse trabalho, ele analisou que a tendência de diferenciação espacial do capitalismo, a partir da divisão do trabalho e de sua base natural, conforme pode ser conferido abaixo:

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um separado, mas está implícito desde o início no conceito de divisão do trabalho (.....) Sob condições naturais diferentes, o mesmo gasto de trabalho resultará em diferentes qualidades de uma dada mercadoria, e isto implica a possibilidade (mas somente a possibilidade) de produção excedente em um lugar embora não em outro. Além disso, a diferenciação qualitativa da natureza coloca certos limites para os processos de produção possam ocorrer numa dada área. Assim, o algodão não pode naturalmente ser cultivado no Ártico e o carvão não poder ser extraído de camadas geológicas que não o contenham. Esta é base natural para a produção de excedente. (SMITH, 1988, p. 152).

Ainda segundo Smith (1988), existem quatro escalas em que correm a diferenciação social, a saber:

- a) a divisão social geral do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos;
- b) a divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores particulares;
- c) a divisão do capital social entre diferentes capitais individuais;
- d) a divisão específica de trabalho no interior da fábrica.

Seguindo na mesma direção dos escritos de Marx (1984) e de Smitih (1988), Brandão (2004) afirmou que a divisão social do trabalho é a categoria capaz de perceber as transformações no modo de produção capitalista. A divisão do trabalho se aprofunda recorrentemente em todas as escalas:

Sob o regime capitalista de produção, a divisão social do trabalho se aprofunda e sofisticada recorrentemente, as articulações entre espaços diferenciais se processam de forma regular e ordenada – embora com natureza desigual, complexa e de forma combinada e sujeita a um processo de evolução hierárquica – submetida a leis, centros de controle e padrões diversificados e específicos de inserção. (BRANDÃO, 2004, p.39).

De acordo com Brandão (2004), a divisão social do trabalho é a categoria básica e explicativa acerca da dimensão espacial do desenvolvimento, porque permeia todos os processos em todas as escalas. A divisão do trabalho expressa o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, suas heterogeneidades, hierarquias e especializações, quer sejam *inter* e *intra* em qualquer escala, desde a internacional até a regional. Revela as mediações e as formas concretas de reprodução social no espaço, além da constituição sócio-produtiva.

Outro autor que destaca a importância da divisão social do trabalho é Sormani (2012). Para ele, a divisão social do trabalho exerce um papel fundamental ao designar os papéis precisos dos indivíduos ou grupo de indivíduos no processo produtivo, o que vai acarretar, também, uma contradição de interesses entre os vários grupos sociais e em diferentes áreas ou regiões. Sormani (2012) aproxima-se das ideias defendidas por Brandão (2004) ao destacar que, apesar de sofrer variações ao longo do tempo, o conceito de divisão social do trabalho torna-se um bom indicador do grau de desenvolvimento das forças produtivas, principalmente localizadas em dado território:

El desarrollo de las fuerzas productivas impulsa, a su vez, La división Del trabajo em el seno de la sociedad y constituye un buen indicador del grado de adelanto de aquellas. La división del trabajo ha sufrido variaciones y diferenciaciones a partir de las formas primitivas de adscripción de diversos individuos a determinadas órbitas profesionales derivadas de razones puramente fisiológicas. Pero, de la misma manera que dentro de La sociedad se evidencian formas de división del trabajo cada vez más complejas, se producen desarrollos diferenciados em función del medio natural y del tipo y grado de adelanto de las diversas comunidades localizadas em un dado territorio. (SORMANI, 2012, p. 3).

Finalmente, outra autora que destaca a importância de categorias como região e divisão social do trabalho para análise regional é Breitbach (1988), que destaca que:

O conceito de região capaz de captar e de dar substância analítica a uma realidade em permanente transição deve, a nosso ver, fazer uso de categorias básicas como espaço (conforme concepção exposta no segundo capítulo), modo de produção e divisão do trabalho. Esse é o instrumento teórico fundamental que o pesquisador deve manusear para tentar compreender uma realidade regional. (BREITBACH, 1988, p.90).

Em síntese, no atual estágio do capitalismo percebe-se que há um predomínio das grandes corporações e dos oligopólios como centros de decisão. As firmas, nesse novo estágio do capitalismo, têm uma facilidade muito grande de mover-se dentro do espaço econômico; praticamente não existem mais fronteiras. Todavia, mesmo dentro da miríade de teorias e instrumentos, entende-se que o princípio da divisão social do trabalho permite analisar os processos diferenciais de que cada região está envolvida. Permite, também, identificar as especializações a que cada região ou território desenvolveu ao longo dos anos em um processo de embate entre capital e trabalho. Além disso, a divisão do trabalho permite analisar as articulações entre os espaços, o desenvolvimento das forças produtivas e quais os papéis de cada indivíduo desempenha no processo produtivo.

O Recôncavo é um território que passou por diferentes etapas da divisão social do trabalho desde a cana de açúcar até a industrialização com características próprias que o diferenciam dos territórios brasileiros. Assim, o próximo capítulo apresenta e discute o processo de formação social e econômica do Recôncavo tendo como pano de fundo a contribuição do açúcar a esse processo.

### **3 A CONTRIBUIÇÃO DO AÇÚCAR NA FORMAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA DO RECÔNCAVO ENTRE O SÉCULO XVI AO XIX**

O objetivo do presente capítulo é entender como se deu o processo de formação sócio-econômica do Recôncavo, sob o ponto de vista do **trabalho**, na produção do açúcar. Paralelamente a este processo, serão destacados os aspectos relacionados às características do trabalho; manual, especializado e assalariado, assim como a divisão social do trabalho. Nunca é demais lembrar que o Brasil e a Bahia nascem no Recôncavo e a análise desse território é de fundamental importância para o entendimento de vários aspectos da formação social e econômica do país.

Assim, o capítulo atual está dividido em duas grandes seções. A primeira traz à baila as discussões acerca do surgimento do Recôncavo como uma capitania hereditária, dentro do contexto histórico das lutas contra os índios e a apropriação desta região por parte dos europeus. Já a segunda seção tem como pano de fundo o papel do trabalho e, por conseguinte, da escravidão na formação sócio-econômica do Recôncavo. As análises dos diversos processos de trabalho na produção do açúcar fazem parte dessa seção. Além disso, são analisados aspectos relativos às especialidades técnicas do trabalho nos engenhos e nos campos de cana-de-açúcar. Sob o ponto de vista temporal, as análises do presente capítulo estão circunscritas ao período que se inicia no século XVI e finaliza no século XIX. Esse período marcou avanços e retrocessos, ascensão e a queda da lavoura de cana na economia nacional e mundial.

De acordo com Simonsen (1937), o ciclo do açúcar é um período que vai do início da colonização até 1760. Este lapso temporal inclui o chamado “século do açúcar” (1570-1670), momento de produção intensiva e alta rentabilidade do negócio açucareiro. A partir de 1670, o valor exportado sofre quedas acentuadas e, em 1760, no auge do ciclo do ouro, inicia-se uma fase de expressiva decadência da cana. Em meados do século XVIII, o valor total das exportações já representava apenas 60% do que havia sido no auge do ciclo. Assim, pode-se perceber um movimento de ascensão, auge e declínio do açúcar entre 1536-1760. Contudo, esse declínio vai se agudizar mais intensamente no final do século XIX, no contexto da Abolição, que será discutido no final do presente capítulo.

### 3.1 O SURGIMENTO DO RECÔNCAVO NO CONTEXTO DAS TRAMAS DA EXPANSÃO DA ECONOMIA COLONIAL

A descoberta do Brasil, em 1500, por Portugal não significou a imediata ocupação do território nacional. Em primeiro lugar, a atenção de Portugal estava toda concentrada no comércio com as Índias, pois acreditava que o comércio das especiarias orientais fosse mais rentável e lucrativo do que a exploração das terras brasileiras. Em segundo lugar, Portugal não acreditava que as terras brasileiras pudessem ter metais preciosos na quantidade que foi encontrada pela Espanha nas outras terras americanas, o que cobria os altos custos da exploração (FERLINI, 1996).

Furtado (1969), Tavares (2004) e Fausto (2010) destacam que a expansão marítima portuguesa foi um misto de expansão provocada pelo comércio em busca de metais preciosos e especiarias, melhoramento das técnicas de navegação postas em prática por Portugal, o chamado gosto pela aventura dos navegantes portugueses, e uma centralização política. Esses elementos combinados permitiram a Portugal lançar-se ao mar no processo de constituição da nova economia-mundo no limiar da transição de uma economia feudal para uma economia comercial capitalista entre os séculos XV e XVI.

De acordo com Silva (1990), o comércio com as Índias e o estabelecimento de entrepostos comerciais na África, principalmente com Guiné, fez de Portugal o intermediário máximo do comércio de especiarias e, de Lisboa, um grande empório comercial. Apenas entre 1500 e 1520, Portugal passou a receber uma média anual de 700 kg de ouro vindos da África.

Por esses motivos, o processo de ocupação das terras brasileiras foi protelado pela Coroa portuguesa até onde pôde. Não era inteligente retirar recursos provenientes do vantajoso comércio com as Índias para ocupar um território sobre o qual nada se conhecia e a possibilidade de lucro era incerta. Entre 1500 e 1535, segundo Fausto (2010) e Ferlini (1996), a única atividade econômica desenvolvida no Brasil era a retirada do pau-brasil por traficantes franceses, através da mão-de-obra indígena. Todavia, as pressões exercidas sobre Portugal e Espanha, no contexto do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, principalmente por parte dos franceses, no qual havia a possibilidade de se perder o direito de exploração as nações que não ocupassem efetivamente as terras descobertas, aliadas a uma decadência relativa com o trato africano, fizeram com que Portugal mudasse de estratégia em relação ao Brasil e passasse a ter de ocupar as suas terras.

Assim, a única saída para Portugal era fazer a efetiva ocupação do território brasileiro e, para isso foi enviado, em 1530, Martim Afonso de Souza em nome do Rei Dom João III (1521-

1527) com três funções básicas: a primeira era expulsar os corsários franceses da costa brasileira; a segunda explorar o litoral até o rio da Prata em busca de ouro e metais preciosos; e, a terceira, era de fundar um núcleo colonial no Brasil (SILVA, 1990).

Dessa forma, foram fundados os primeiros núcleos no litoral de São Paulo sendo a vila de São Vicente fundada em 1532, posteriormente a cidade de Santos, também no litoral paulista. Martim Afonso de Souza trouxe da Madeira as primeiras mudas de cana-de-açúcar para São Vicente, construindo assim o primeiro engenho, em 1533 (SILVA, 1990). De acordo com Novais (1980, p.46), “a colonização promoverá a intervenção direta dos empresários europeus no âmbito da produção”. Ainda segundo Novais (1980), foi o estabelecimento da agricultura tropical a forma encontrada para a valorização das terras brasileiras pelos portugueses.

Além de iniciar a produção agrícola na colônia, a Coroa portuguesa lançou mão do mesmo expediente utilizado no povoamento de suas terras na África com a doação de vastas extensões de terras, através de dois instrumentos: a carta de doação e o foral. Esse expediente vai desembocar na prática das Capitânicas Hereditárias. Silva (1990) lembra que, já em 1532, em carta escrita para Martim Afonso de Souza, o Rei comunica-lhe a decisão de dividir o Brasil:

Depois de vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda a costa do Brasil, e algumas pessoas me requeriam capitânicas em dela...depois fui informado que de algumas partes faziam fundamento de povoar a terra do dito Brasil...determinei de marcar de Pernambuco até o rio da Prata cinquenta léguas de costa a cada capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem léguas, e para Pêro Lopes, vosso irmão, cinquenta, nos melhores limites dessa costa. (SILVA,1990, p.57).

Assim, as Capitânicas (imensos lotes de terras) foram distribuídas entre os fidalgos da pequena nobreza portuguesa. Tavares (2004) lembra que, já em 1534, Dom João III assinou as primeiras cartas de doação e ao longo de 32 anos (1534 a 1566) foram doadas 17 Capitânicas a 15 donatários, conforme pode ser visto no Quadro 1 e, também na Figura 3.

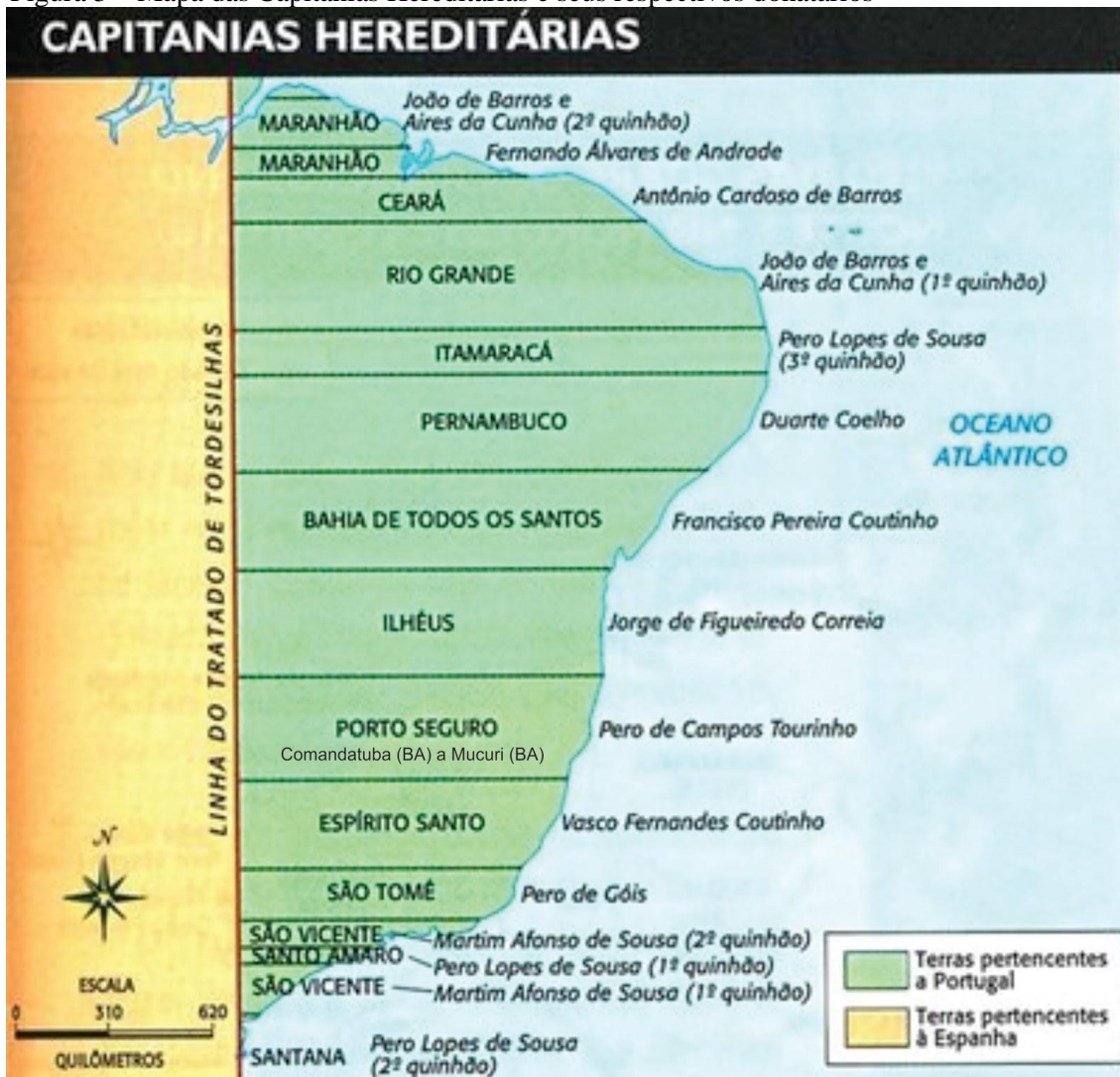
Quadro 1 – Relação dos Donatários das Capitânicas hereditárias e data de doação

<b>Item</b>	<b>Donatário</b>	<b>Data de Doação</b>
1	Duarte Coelho	10.03.1534
2	Francisco Pereira Coutinho	05.04.1534
3	Vasco Pereira Coutinho	01.05.1534
4	Pero do Campo Tourinho	27.05.1534
5	Jorge Figueiredo Correia	-
6	Pero Lopes de Sousa	01.09.1534
7	Martim Afonso de Sousa	06.10.1534
8	Aires da Cunha	08.03.1535
9	João de Barros	08.03.1535
10	Fernando Álvares de Andrade	11.03.1535
11	Antonio Cardoso de Barros	19.11.1535
12	Pero de Gois	28.01.1536
13	Belchior Camacho	25.08.1536
14	D. Antônio de Atahyde	15.03.1558
15	Álvaro da Costa	29.03.1566

Fonte: Tavares (2004).

As Capitânicas eram imensos lotes de terras entre 50 e 60 léguas, que ficavam sob a responsabilidade do donatário. Estes deveriam fazer os investimentos necessários para a plantação da cana-de-açúcar. Esses investimentos eram por demais vultosos. Além de capital para instalação dos engenhos e plantação da cana, os Donatários tinham de se preocupar, também, com a defesa das suas terras. Os ataques de índios eram freqüentes, destruindo os engenhos e as roças além da própria perda de vidas. Os ataques de franceses e holandeses também eram outra preocupação extra para os proprietários de terra e, dessa forma, as Capitânicas se revelaram um árduo e perigoso trabalho.

Figura 3 – Mapa das Capitânicas Hereditárias e seus respectivos donatários



Fonte: Tavares (2004).

As dificuldades nas questões relativas aos altos investimentos para a manutenção das Capitânicas, a falta de apoio da Coroa portuguesa e as invasões constantes contribuíram para que o sistema de Capitânicas Hereditárias se tornasse um verdadeiro fracasso. Apenas as Capitânicas de Pernambuco e São Vicente se mostraram rentáveis. Dessa forma, Portugal lançou mão de outro expediente para ocupar definitivamente as terras brasileiras; a instalação do Governo Geral, em 1548, criando a cidade de Salvador, em 1549, como sua primeira capital.

Já a Capitania do Recôncavo ou Capitania do Paraguaçu, surgiu no contexto da recompra da Capitania da Bahia pela Coroa portuguesa após o seu primeiro Donatário, Francisco Pereira Coutinho, ter sido devorado pelos índios tupinambás depois de naufragar na Ilha de Itaparica com Caramuru. Após longa disputa entre os herdeiros de Pereira Coutinho e a Coroa



portuguesa, sobre as benfeitorias que o Donatário havia feito, esta decide recomprá-la dos herdeiros e concedê-la em 29 de março de 1566 a Álvaro da Costa que era filho do segundo governador-geral Duarte da Costa, em recompensa à sua participação militar na guerra contra os índios Tupinambás (TAVARES, 2004).

Para o cronista português Luís dos Santos Vilhena (1969), o Recôncavo se estendia de 6 a 10 léguas por todas as direções a partir das margens da baía, o que representa de 36 a 60 quilômetros, aproximando-se das definições territoriais atuais utilizadas pelo Governo Estadual de cerca de 10.000 km<sup>2</sup>. Essa região possui uma grande quantidade de enseadas, estuários, angras e rios. São Paulo, Subaé, Parnamirim e Jaguaripe são exemplos de alguns rios que cortam essa região, sendo o mais importante deles é o rio Paraguaçu, que corta toda a região, sendo importante para o abastecimento de água e alimentação.

A geografia do Recôncavo é formada por penhascos, morros, tabuleiros e planícies. Seus solos são de origem cretácea formados de misturas variadas de areia e argila. Os solos do tipo massapês e salões são encontrados mais ao norte, enquanto que nos outros lados encontram-se solos mais leves e arenosos. O clima e a geografia contribuíram para a produção açucareira no Recôncavo e a tornaram a principal atividade econômica por mais 300 anos. O açúcar moldou a economia e a sociedade do Recôncavo com seus engenhos, seu sistema de *plantation* e sua mão-de-obra escrava africana (BARICKMAN, 2003).

Conforme apontado por José Antonio Caldas (1951), as freguesias do Recôncavo em 1759 eram: Nossa Senhora da Encarnação do Passé, São Gonçalo dos Campos, Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora do Ó de Paripe, Nossa Senhora do Monte, São Gonçalo da Vila de São Francisco, São Felipe, Nossa Senhora da Piedade de Matoim, São Miguel de Cotejipe, Nossa Senhora da Madre de Deus do Boqueirão, São Sebastião do Passé, São Domingos de Saubara, Nossa Senhora do Desterro do Oiteiro Redondo, São Pedro de Muritiba, Vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, São Pedro do Traripe, São Bartolomeu da Vila de Maragogipe, São Tiago do Iguape, Nossa Senhora de Oliveira dos Campos, Santo Amaro da Vila de Nossa Senhora da Purificação.

De acordo com Barickman (2003), no final do século XVIII o Recôncavo abrigava três zonas agrícolas. Os colonizadores descobriram que os solos pesados da parte norte do Recôncavo, também chamados de massapês, eram ideais para a cultura da cana-de-açúcar, principalmente em períodos chuvosos. Haviam aprendido, também, que a cana cresceria tão bem nos salões e nas terras mais leves. Ainda segundo o autor, a distribuição de massapês e salões teve grande influência na geografia da indústria açucareira no Recôncavo. "Onde quer que encontrassem

terras com esses solos argilosos em distritos próximos às margens da baía, os colonizadores e seus descendentes plantaram cana e construíram engenhos” (BARICKMAN, 2003, p.39).

Assim, as lavouras de cana-de-açúcar se estendiam desde as freguesias de Salvador como Cotegipe e Pirajá até o Oeste. Abrangia até a freguesia de Santiago do Iguape. Nas vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro passando por São Sebastião do Passé e de São Pedro do Rio do Fundo. Juntas essas freguesias e vilas concentravam cerca de 90% dos 221 engenhos que fabricavam açúcar na década de 1790 (ANTONIL, 1711; BARICKMAN, 2003).

### 3.2 ENTRE O DOCE DO AÇÚCAR E O AMARGO DA ESCRAVIDÃO: TRABALHO E ESCRAVIDÃO NA GRANDE INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

No imaginário popular, engenho e açúcar são palavras quase que sinônimas tamanha é a importância que o engenho representou para a grande indústria açucareira durante quase três séculos, no Recôncavo. Para pôr em movimento essa verdadeira “máquina de fazer açúcar”, foram necessários vários braços, sobretudo braços negros, escravos, mas não apenas estes como se poderia imaginar ao discutir uma economia escravista. Dentro desse grande complexo açucareiro havia também trabalhadores livres, negros, índios, mulatos e brancos; escravos e cativos, mas, também assalariados. Havia, também, mulheres e crianças. Assim, a presente seção tem como pretensão identificar os trabalhadores e trabalhadoras do açúcar, sua dinâmica social, suas funções e suas habilidades e como estes trabalhadores estavam divididos socialmente.

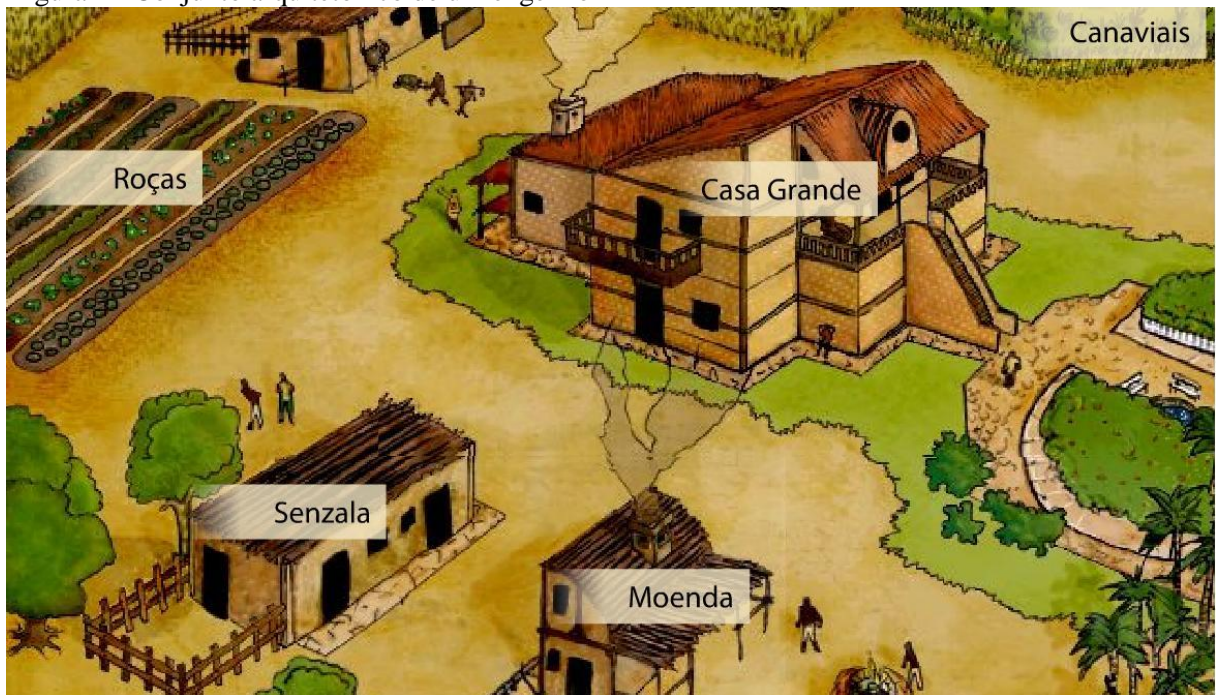
O cronista Antonil (1711) definiu muito bem o que era um engenho no século XVIII:

quem chamou as oficinas, em que fabrica o assucar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com reflexão, que merecem, he obrigado a confessar, que são huns dos principaes partos, e invenções do engenho humano, o qual como pequena porção do Divino, sempre se mostra no seu modo de obrar, admirável. (ANTONIL, 1711, p.3).

O engenho, também, denotou, inicialmente, o conjunto arquitetônico de instalações necessárias à produção do açúcar no Recôncavo. Era constituído de casa de moenda, casa de purgar, cada de fornalha, tendal de forjas, casa-grande, senzala, igrejas e outras instalações, conforme observado na Figura 4. Contudo, aos poucos, conforme lembrado por Ferlini (1996) e Azevedo (2009), a palavra **engenho** passou a denotar toda a propriedade responsável pela

produção de açúcar, marcando de forma indelével toda a sociedade e economia colonial no Brasil.

Figura 4 - Conjunto arquitetônico de um engenho



Fonte: Azevedo (2009).

Em torno dos engenhos foi se produzindo toda uma estrutura sócio-econômica que perdurou no Brasil até meados do século XX. O engenho foi o coração e o eixo sobre o qual uma região inteira se desenvolveu, prosperou e declinou. O trabalho, também, nesse território conheceu seu auge e sua ruptura. Analogamente, pode se dizer que os engenhos representaram para o Nordeste o mesmo que as fábricas significaram para a cidade de Manchester na Inglaterra no alvorecer da primeira Revolução Industrial. O engenho era uma verdadeira indústria.

Um dos mais importantes engenhos do Recôncavo foi o Engenho Freguesia (Figura 5). Erguido em 1591 por Sebastião de Faria, este engenho é bastante preservado e está localizado em Candeias, resistiu às ações do tempo e às invasões holandesas que queimaram vários engenhos no século XVII. Atualmente, funciona o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho. O Engenho Freguesia foi objeto de estudo do político e historiador baiano José Wanderley de Araújo Pinho que ofereceu uma importante descrição do que era um engenho:

Uma grande casa de paredes de alvenaria, assentada a cobertura de telhas sobre 22 pilares dobrados, com varanda em roda, a cobrir picadeiros de pedra e cal, ou seja, os depósitos das canas que os carros vêm trazendo para a moagem, de onde são retiradas para ser lançadas à moenda. Desdobra-se a

construção em casa de caldeiras, com suas fornalhas; casa de purgar, onde se recolhe o açúcar nas formas; caixaria onde se pesa e de encaixa o açúcar, com quatro balcões ou grandes tabuleiros que sobre rodas e trilhos, saem com o açúcar ao sol para secar; o sobradinho ou palanque, de onde o mestre de açúcar assiste e superintende o cozinhamento [...] e o senhor, às vezes, com a família, vem gozar do espetáculo de sua fábrica a laborar; o curral [...] os cais de pedra e cal em toda extensão das varandas. (PINHO, 1982, p.63).

Figura 5 - Vista do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho em 2011



Fonte: Azevedo (2009).

Os engenhos podem ser de três tipos, pelo menos. Os que são movidos a água, os que são movidos por tração animal, nesse caso o boi e os movidos à vapor. Os engenhos movidos por bois ou cavalos eram chamados de trapiches, almanjarras ou molinote. Os engenhos movidos a roda de água eram chamados engenhos reais e os movidos a vapor eram chamados de bangüês. Segundo Azevedo (2009), os bangüês foram sendo introduzidos no Recôncavo a partir da segunda metade do século XIX em detrimento dos engenhos reais. Na Figura 6 pode-se observar uma pintura de um engenho real em Itamaracá (atual estado de Pernambuco) feita pelo pintor holandês Frans Post (1612-1680) no século XVII com a toda a riqueza de detalhes.



Figura 6 - Pintura “Engenho” de Frans Post 1651



Fonte: Azevedo (2009).

### 3.2.1 Os trabalhadores do açúcar

Na estrutura da produção de açúcar são identificados quatro tipos de trabalhadores, de acordo com Schwartz (2011); os senhores de engenho, os lavradores de cana, os trabalhadores do campo, e os trabalhadores assalariados. Ferlini (1996), ao analisar o que ela chamou de civilização açúcar, também concorda com a classificação de Schwartz (2011) sobre os lavradores de cana, porém acrescenta que a organização do engenho comportava quatro funções; a administração, a manutenção, o transporte e o processamento da cana.

Cada tipo de trabalhador exercia uma função específica dentro da grande engrenagem que foi a produção de açúcar no Recôncavo de acordo com a divisão sexual do trabalho e em consonância com as habilidades requeridas por cada função (divisão técnica do trabalho). Para os objetivos da presente pesquisa, seguir-se-á a classificação proposta por Schwartz (2011)

em oposição à apresentada por Ferlini (1996) com a contribuição de alguns cronistas dos séculos XVI ao XVIII.

### 3.2.1.1 Os senhores de engenho: donos de homens e de cana

Apesar de não serem considerados trabalhadores no sentido formal da palavra, os senhores de engenho representaram um dos pilares sobre os quais estava assentada a produção açucareira do Nordeste e, em especial, do Recôncavo. Os senhores de engenho eram responsáveis por toda a administração do engenho. Eles estavam presentes em toda a safra e residiam na fazenda, diferentemente dos senhores de engenho antilhanos que residiam na Metrópole, conforme assinalado por Ferlini (1996). Ainda segundo a autora, em grandes engenhos como o Sergipe do Conde, o senhor de engenho contava com o apoio legal e contábil de escrivães e padres. Contudo, em geral aos senhores de engenho cabia o trabalho de administrar e supervisionar toda a produção de açúcar nas fazendas.

Os senhores de engenho foram figuras tão importantes para a Colônia que já no Regimento de Tomé de Sousa de 15 de dezembro de 1548, o Rei determinava a extensão de suas terras, assim como quais funções esses donatários deveriam exercer. A estratégia de ocupação do território brasileiro por Portugal delegava aos senhores de engenho não apenas a função de produzir açúcar, mas toda uma estratégia de defesa militar da nova terra. O senhor de engenho deveria defender não só o seu engenho, mas todo o território dos ataques indígenas, e, também de ataques estrangeiros, conforme pode ser verificado através do Regimento abaixo:

Porque para defensão das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil, é necessário haver nelas artilharias e munições e armas ofensivas para sua segurança: Hei por bem e mando, que os Capitães das Capitãias da dita terra e **senhorios de engenhos** e moradores da terra, tenham artilharia e armas seguintes, a saber. Cada Capitão em sua Capitãnia, será obrigado a ter ao menos dosu falcões e seis berços, e seis meios berços, e vinte arcabuzes ou espingardas, e pólvora para isso necessária; e vinte bestas, e vinte lanças ou chuças, e quarenta espadas e quarenta corpos d'armas d'algodão das que na dita terra do Brasil se costumam. E os **senhorios dos engenhos** e fazendas que por este regimento hão de ter torres ou casas fortes, terão ao menos quatro berços e dez espingardas, com a pólvora necessária, e dez bestas e vinte espadas e dez lanças ou chuças e vinte corpos d'armas d'algodão[.....] (TOMÉ DE SOUSA, 1548, p.7 **grifos nossos**).

De acordo com Pinho (1982, p.459) com os Donatários e suas Capitãias, a Coroa portuguesa fez um ensaio de feudalismo implantando a defesa da colônia brasileira. Com isso, “os Senhores de Engenho e os Sesmeiros litorâneos eram uns Donatários-mirins, mas como os autênticos donatários de Capitãias, Barões feudais com torres e casas-fortes, com artilharias

e armas”. Todo o poder foi dados aos senhores de engenho que representaram uma classe social com *status* e poder tanto econômico quanto político muito forte

Para Pedrão (1998), os ganhos monetários proporcionados pelo açúcar criaram uma classe subalterna e rica. Os senhores de engenho tornaram-se poderosos com um poder ambivalente. Ao mesmo tempo que extraíam sua identidade do Recôncavo, faziam-se representar politicamente em Salvador.

Conforme assinala Schwartz (2011, p.225), a origem dos senhores de engenho que vieram para o Brasil no início do século XVI, assim como a maioria da população, era de europeus vindos de Portugal, Espanha, Florença e Holanda. Muitos casaram-se com brasileiras e havia dentre eles muitos cristão-novos. “De 41 engenhos cujos proprietários puderam ter suas origens identificadas no período 1587-92, doze eram de cristãos-novos. Os autos de 1618 da Inquisição mencionam 34 engenhos, dos quais vinte tinham cristão-novos como proprietários”. Houve também exemplo de senhores de engenho dentro da própria Ordem Jesuíta, como o Engenho Sergipe do Conde.

Para se ter uma noção sobre a importância e do *status* que o senhor de engenho detinha no limiar do século XVIII, recorre-se mais uma vez a Antonil (1711):

O ser senhor de engenho, he título, a que muito aspirão, porque traz consigo, o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo; bem se pode estimar no Brazil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estimão os títulos entre os fidalgos do Reino. (ANTONIL, 1711, p.7).

A fim de ampliar o seu poder dentro da sociedade, os senhores de engenho vão buscar assumir duas funções primordiais para uma sociedade colonial. A segurança pública e o poder público municipal. De acordo com Schwartz (2011), os senhores de engenho organizaram milícias para a segurança local. Em 1612 havia no Recôncavo 12 companhias de milícias nas quais os oficiais mais graduados eram senhores de engenho.

Ainda segundo Schwartz (2011, p.232) “uma patente de oficial miliciano, assinada pelo rei, proporcionava aos senhores de engenho não só um palco para encenarem suas pretensões de nobreza, mas também uma forma indireta de legitimação de seu *status* de nobre”. Acerca da atividade política, os senhores de engenhos por serem “homens bons, honrados e abastados”, além de residentes permanentes da Bahia, tinham o direito de ocupar cargos no principal

órgão de governo local que era Câmara Municipal. Obviamente, esses “homens bons” estavam a serviço dos seus interesses como construção de melhores estradas para seus engenhos, controle dos escravos, fixação de preços, coleta de impostos e outros.

Segundo levantamento de Schwartz (2011, p.233), para o período 1680-1729 e 1780-1821, quase 51% dos ocupantes do cargo de vereador de Salvador eram de senhores de engenho enquanto que 12,7% eram de lavradores de cana, o que representa quase 2/3 dos vereadores estavam comprometidos com questões relacionadas com a cana.

Com o passar do anos, os senhores de engenho vão cada vez mais assumir as posições de comando na região do Recôncavo e da própria Bahia, conciliando o poder econômico ao poder político local dentro da estrutura agrária do estado.

### **3.2.1.2 Os lavradores de cana**

Tais como irmãos siameses, os lavradores de cana e os senhores de engenho formaram uma dupla importante na produção do açúcar. Pinho (1982) chama a atenção de que muitos lavradores tornaram-se senhores de engenho. Os lavradores de cana eram os fornecedores da matéria-prima do açúcar. A cana podia ser plantada dentro da área dos engenhos ou fora destes. Como havia uma necessidade crescente de fornecimento de cana, pois as terras do engenho não eram capazes de atender toda a demanda, terras eram arrendadas para suprir a necessidade. Frei Vicente do Salvador (1918), escrevendo em 1628, estimava que para cada engenho era necessário cerca de 10 a 12 lavradores de cana para suprir as necessidades.

Conforme destacado por Ferlini (1996), a existência de lavradores de cana no Brasil tornou-se uma particularidade brasileira. Segundo a mesma autora não se verificou a ocorrência de lavradores de cana na produção de açúcar nem na Ilha da Madeira e nem no México. Essa hipótese também é corroborada por Schwartz (2011) que não verificou esse tipo de ocorrência nas colônias portuguesas e espanholas produtoras de açúcar. Ainda segundo Schwatz (2011), parece que a figura do lavrador de cana, após a experiência brasileira, foi “exportada” para Cuba e Porto Rico.

Mas quem eram os lavradores de cana? Eram camponeses? Eram senhores de engenho? Pinho (1982, p.479) considerou lavradores de cana e senhores de engenho como partes do mesmo processo, “ a classe dos lavradores de canas nasceu gêmea com a dos senhores de engenho”. Para Schwartz (2011) os lavradores de cana formavam uma elite no mundo açucareiro. Estavam abaixo apenas dos senhores de engenho. A maior prova da importância dos



lavradores é observada no próprio Regimento de Tomé de Sousa, no qual é destacada a obrigação dos senhores de engenho de lavar a cana dos lavradores:

Além da terra que a cada engenho haveis de dar para serviço e manejo dele, lhe limitarei a terra que vos bem parecer, e o senhorio dela será **obrigado** de, no dito engenho, **lavar aos lavradores as canas que no dito limite houverem de suas novidades, ao menos seis meses do ano que o tal engenho lavar**. E por lhas lavar, levrão os senhorios dos ditos engenhos aquela parte que pela informação que lá tomarei, vos parecer bem; de maneira que fique o partido favorável aos lavradores para eles, com melhor vontade, folgarem de aproveitar as terras, e com esta obrigação e declaração do partido a que hão de lavar as ditas canas, se lhe passarão suas cartas de semarias. (TOMÉ DE SOUSA, 1548, p.3 **grifos nossos**).

Como a terra era um fator preponderante para a existência dos lavradores de cana e da própria existência do açúcar, os lavradores como grandes proprietários de terras estavam em posição favorável para negociar com os senhores de engenho. Conforme pode ser verificado abaixo:

O fato de serem proprietários independentes permitia-lhes considerável flexibilidade nas negociações sobre a moagem da cana com os senhores de engenho. Embora a divisão do açúcar produzido com essa “cana-livre”, ou seja, cultivada por um lavrador independente, fosse costumeiramente 50% para o lavrador e 50% para o senhor de engenho, o lavrador de cana independente podia negociar a obtenção de outras vantagens, como o empréstimo de escravos ou bois, o suprimento de lenha o engenho e o tratamento preferencial na programação da moagem. (SCHWARTZ, 2011, p. 249).

Como pôde ser observado através das pesquisas de Schwartz (2011), os lavradores de cana, diferentemente dos lavradores das roças de fumo e mandioca, que serão vistos nas próximas seções, representavam uma elite agrária no Recôncavo com posição social bem definida, proprietário de vastas extensões de terra e de escravos. De acordo com Ferlini (1996), o lavrador que plantasse 40 tarefas de terra de cana, o que equivale a 40 dias de produção de um engenho trabalhando 24 horas por dia, precisaria de 20 escravos, de quatro a oito carros de boi, com 12 a 14 animais. Nesse aspecto, era um investimento considerável.

Como foi discutido nas passagens anteriores, os lavradores de cana e os senhores de engenho formaram a elite “burguesa” da economia colonial brasileira. Essas duas figuras coloniais ficavam responsáveis por adquirir terras, trabalho e capital para a produção do açúcar, estavam responsáveis pela gestão e estratégia do negócio. Os braços, mãos e pernas da grande indústria açucareira eram os negros, objeto da próxima seção.

### 3.2.1.3 Os trabalhadores do campo.

A força de trabalho inicialmente utilizada nas roças de cana e nos engenhos era indígena, todavia esse perfil de trabalhador vai sendo modificado por pressão das ordens religiosas, principalmente, a Ordem Jesuíta, que culmina com a proibição de captura de índios através da Carta Régia de 1570 e por pressão dos próprios senhores de engenho e lavradores de cana que, ao se capitalizarem, demandam cada vez mais mão-de-obra escrava negra. Assim, por mais de 300 anos, de 1570 até 1888, ano da Abolição da Escravidão, os braços do engenho e, por conseguinte, do Recôncavo foram braços negros e escravos.

Como já foi dito anteriormente, para colocar em funcionamento essa verdadeira “indústria colonial” havia necessidade de vários tipos de ofícios e de trabalhadores. Antonil (1711) dá uma pequena ideia da quantidade de ocupações de um engenho:

Servem ao senhor de engenho em vários officios, além dos escravos de enchada, e fouce, que tem nas fazendas, e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa ou ocupados em outras partes; barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais cada senhor destes necessariamente hum mestre de açúcar, hum banqueiro, e hum contra-banqueiro, hum purgador, hum caixeiro no engenho, e outro na cidade, feitores nos partidos, e nas roças, hum feitor mor do engenho: e para o espiritual, hum sacerdote seu capellão; e cada qual des officiaes tem soldada. (ANTONIL, 1711, p.7,8).

Seguindo a classificação proposta por Schwartz (2011) e com contribuições de Ferlini (1996), havia mais dois tipos de trabalhadores (além dos lavradores e dos senhores de engenho). Os trabalhadores escravos do campo, objeto da presente seção, e os trabalhadores assalariados. Os trabalhadores do campo eram em sua maioria escravos negros (havia também mulatos), com pouca qualificação para as atividades açucareiras, salvo algumas exceções, enquanto que os trabalhadores assalariados possuíam qualificação profissional e eram muito bem remunerados, a exemplo do mestre de açúcar. A intenção das duas próximas seções é discutir que, mesmo em uma economia escravista e colonial, no limiar da formação econômica do Brasil, havia uma clara divisão social do trabalho que parcelou as diversas atividades produtivas e criou trabalhadores especializados, semi-especializados e não especializados. Mesmo de forma diminuta, essa força de trabalho assalariada é o gérmen do mercado de trabalho do Recôncavo atual.

O trabalho nos canaviais começava com o plantio da cana, com a preparação do campo e a escavação dos buracos. Era um trabalho especialmente pesado em solos duros como o massapê. Os escravos eram postos em turnos diurnos e noturnos. A carga horária de trabalho era de 12 a 18 horas, a depender da época do ano. Um pequeno café era servido às nove horas da manhã com duração de meia hora e o almoço era de duas horas quando a moenda não estava funcionando. Quando a moenda estava em funcionamento, o intervalo entre o café e o almoço era muito mais reduzido.

O corte da cana era feito aos pares ou “fouce”, nome dado a partir do instrumento de trabalho, sendo um homem e uma mulher. O homem era responsável pelo corte da cana e enquanto que a mulher era responsável por atar os feixes da cana com suas próprias folhas, conforme pode ser observado na Figura 7 que, também, mostra até crianças participando, de certa forma, do processo de corte da cana. Com a ajuda novamente de Antonil (1711), tem-se uma noção mais exata do referido trabalho:

O mode de cortar eh o seguinte: pega-se com a mão esquerda tantas cannas, quantas póde abarcar, e com a direita armada de fouce se lhe tira a palha, a qual se depois se queima, ou pela madrugada, ou já de noite quando acalmando o vento der para isso lugar; e serve para fazer a terra mais fertil: logo levantando acima a mão esquerda, bótão-se fora com a fouce os olhos da canna, e estes dão-se aos bois a comer: e ultimamente tornando com a esquerda mais abaixo, corta-se rente ao pé, e quanto a foufor mais rasteira á terra melhor. Quam segue ao que corta (que commummente eh uma escrava) ajunta as cannas limpas, como está dito, em feixes a doze por feixe, com os olhos della os vai atando, e assim os atados vão nos carros ao porto; ou se o engenho for pela terra a dentro, chega o carro a moenda. (ANTONIL, 1711, p.54)

Figura 7 - Colheita manual de cana feita por escravos no século XVII



Fonte: Ferlini (1996).

Esse corte de cana era feito através de cotas. Dava-se aos escravos um certo número de “mãos” que ele teria de cortar. No Engenho Sergipe do Conde (um dos maiores da Bahia) citado por Schwartz (2011, p.129) “exigia-se a cota diária de 7 mãos X 5 dedos X 10 feixes X 12 canas, ou seja, 4.200 canas no total”. Era uma carga bastante pesada para apenas uma pessoa realizar ao longo de um dia.

Além do corte da cana, os escravos eram obrigados também a cortar a lenha responsável pelo abastecimento das fornalhas dos engenhos. A lenha utilizada nas fornalhas era comprada no Recôncavo Sul, contudo, conforme lembra Schwartz (2011), não eram raras as vezes em que o senhor de engenho cortava lenha da própria propriedade para ser utilizada nas caldeiras, o que representava um sobre-trabalho para os escravos. Esse processo de corte de lenha contribuiu para a redução da Mata Atlântica na Bahia, sendo hoje, no século XXI, um dos graves problemas ambientais “herdados” da indústria açucareira.

O corte da cana e da lenha era um trabalho extremamente árduo, difícil e estressante, o que o tornava pior sob o sol e a umidade do clima da Bahia. Essas condições desumanas do trabalho nas roças chamaram atenção de alguns cronistas, a exemplo do luso-brasileiro Nuno Marques Pereira, que escreveu um compêndio narrativo no início do século XVIII comparando as condições de tratamento dos animais em Portugal com os escravos do Recôncavo:

Os lavradores em Portugal, ainda aos bois, com que trabalham, lhes dão o sustento necessário e os recolhem do frio, porque assim o não fizessem trabalhariam um anno; porém, para o outro haveriam de ficar sem bois, que os ajudassem. E eu vejo que muitos Lavradores do Brasil tratam tão mal a seus escravos, que não só os fazem trabalhar de dia, senão ainda de noite, rotos, nus e sem sustento. (PEREIRA, 1988, p.182).

Outra figura das roças de cana era o feitor e seu chicote. O trabalho do feitor era manter os escravos trabalhando sob seu controle usando para isso, a força bruta. Estando em minoria em relação aos escravos, o controle e a ordem sobre os os negros escravos deveria ser feito com o uso da violência intimidatória.

Colhida a cana, esta era transportada para o engenho, do porto para a moenda e o açúcar para os armazéns por pelo menos três barcas, sendo em média três barqueiros e 18 escravos. Já os carros de bois usava-se em média três carros com dois escravos em cada, perfazendo seis escravos, como pode ser visto na Figura 7 (FERLINI, 1996). A autora ainda lembra que cronistas do século XVIII e XIX fazem referência a apenas barqueiros escravos e não livres como observado nos séculos XVI e XVII.

Na moenda ficava um feitor-pequeno, um levadeiro e 15 escravos. Os serviços das moendas eram realizados por mulheres. Segundo Antonil(1711 p.16) “o Feitor da moenda chama a seu tempo as escravas, recebe a canna, & a manda vir, & meter bem nos eixos e tirar o bagaço”. A força de prensagem da moenda era muito grande e este transformava-se em um trabalho muito perigoso, pois caso a moendeira estivesse desatenta corria o risco de ter sua mão esmagada pela moenda. O próprio Antonil (1711) adverte para esse risco, já que uma das funções do feitor pequeno era de ficar atento para que nenhuma negra fosse esmagada junto com a cana. Ainda segundo Antonil (1711):

O lugar de maior perigo, que ha no engenho, he o da moenda: porque se por desgraça a escrava, que mete a canna entre os eixos, ou por força do somno, ou por cançada, ou por qualquer outro descuido, mettu desattontadamente a mão mais adiante do que devia; arrisca-se, a passar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão, ou o braço apanhado, tendo p'ara isso junto da moenda hum facão, ou não forem tão ligeiros em fazer parar a moenda, divertindo como pejadora agua, que fere os cúbos da roda, de sorte, que dêem de pressa a quem padece de algum modo o remédio. (ANTONIL, 1711, p.64).

O relato de um terrível acidente é apresentado por Schwartz (2011) que narra o caso da escrava de nome Teresa, rainha em Cabinda e vendida como escrava para o Engenho Sibiró em Pernambuco, cuja pouca experiência no trato com a moenda teve uma das mãos esmagada pela mesma e, ao tentar libertar-se com a outra mão, teve as duas mãos amputadas.

A cozinha representou o coração do engenho, pois dela depende toda a qualidade do açúcar. Na operação de cozimento há, ainda, duas operações importantes que são as unidades de fornalhas e as caldeiras. Os trabalhadores escravos na cozinha estavam restritos a atividades menos especializadas. Esses trabalhadores eram responsáveis por alimentar as fornalhas e as caldeiras com lenha. Era um trabalho eminentemente masculino, apesar de relatos de que algumas mulheres também exerceram essas funções (SCHWARTZ, 2011), (FERLINI, 1996).

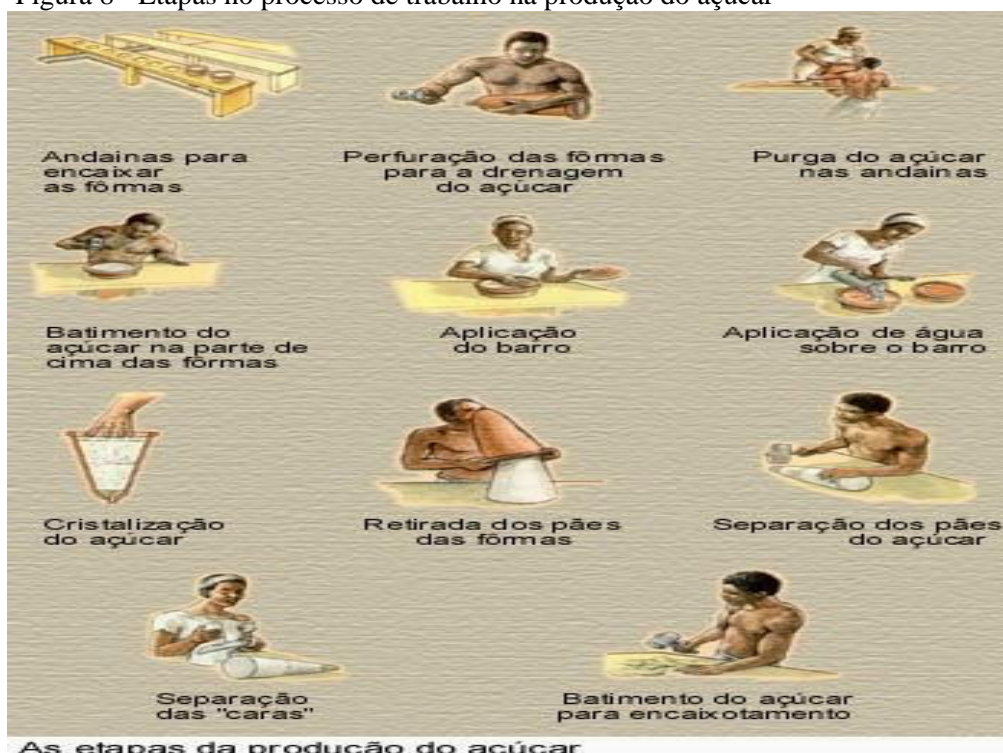
Ardendo durante 7 ou 8 meses e vinte e quatro horas por dia, as fornalhas eram utilizadas também como lugar de castigo. Quando algum escravo fugia ou estava muito arredio no trabalho muitas vezes era colocado para trabalhar nas fornalhas escaldantes como forma de punição. Não eram raros, também, episódios em que o próprio escravo não aguentando de tanto apanhar e receber castigos, colocava fim à própria vida precipitando-se nas fornalhas.

Já na casa de purgar ou casa de retirar impurezas, de acordo com Antonil (1711), havia o processo de secagem, pesagem e embalagem do açúcar, as atividades dos escravos eram atividades sem qualificação. Conforme pode ser verificado na Figura 8, o trabalho começa no

processo de “andainar”, ou seja, colocar em fileiras as fôrmas para encaixar o açúcar. Nessas fôrmas, também chamadas de “sinos de mel”, o açúcar era formatado por um trabalhador que era chamado de amassador de barro. Esse serviço podia ser feito por homem ou mulher, no caso da Figura 8 esse serviço é feito por uma escrava. Dentro das fôrmas, o açúcar ficava entre seis e oito dias em descanso, sendo batido com um pequeno martelo de fôrma a fim de comprimi-lo cada vez mais e espremer o restante do melaço para que este saísse pelo buraco na ponta de baixo. Ainda de acordo Antonil (1711), o prazo para se esperar o açúcar purgar era entre 3 e 15 dias.

Depois de formatado, eram retirados os “pães de açúcar”, que eram blocos duros e escuros de açúcar muito parecidos com o que hoje podia se chamar de rapadura e em torno de 2kg cada “pão”. Após esse período, o açúcar que se endurecia, mas não se tornava quebradiço era chamado de “cara fechada”, já o que se tornava quebradiço era chamado de “cara quebrada”, logo, devia-se dá maior atenção aos potes de açúcar quebradiço, pois isso significava que não secaram de forma adequada. Depois de todo esse processo, o açúcar era encaixotado e enviado para Portugal ou Holanda para ser refinado. No processo de encaixotamento, o trabalho se restringia ao carregamento das caixas. Dessa forma, as atividades mais especializadas na grande indústria açucareira eram exercidas por trabalhadores livres mesmo em uma economia escravista que serão discutidas na seção seguinte.

Figura 8 - Etapas no processo de trabalho na produção do açúcar



Fonte: Ferlini (1996).

Ainda segundo Antonil (2011), o açúcar tinha as seguintes qualidades:

- a) açúcar fino - era o mais branco, fechado e pesado, provinha da primeira "cara" do pão-de-açúcar. Era considerado o de melhor qualidade;
- b) açúcar redondo - era menos fechado e pesado, provinha normalmente da segunda "cara", e era considerado de segunda qualidade;
- c) açúcar baixo - era de uma cor amarronzada, provinha da terceira "cara", embora a cor, ainda era considerado de qualidade relativa, mas inferior;
- d) açúcar branco batido - era feito a partir do melaço escorrido durante a fase de purgação, onde tal melaço era cozido novamente e era batido. Às vezes ele se tornava branco e bem encorpado, daí ser chamado de "branco batido".

#### **3.2.1.4 A contradição em processo: trabalhadores assalariados em uma economia escravista**

Apesar de ser predominantemente negra e escrava, a população trabalhadora do Recôncavo era composta, também, de trabalhadores assalariados. Esses trabalhadores possuíam as habilidades requeridas para a produção do açúcar e formavam uma parcela importante do nascente “mercado” de trabalho colonial.

Para Schwartz (2011), são quatro os tipos de trabalhadores assalariados que aparecem nos registros contábeis dos engenhos do Recôncavo. O primeiro tipo desses trabalhadores é o que se poderia chamar de profissionais liberais, como os Advogados. Os Advogados prestavam serviços aos engenhos defendendo os interesses destes. Eles não moravam no campo e, sim, em cidades como Santo Amaro e Salvador. Todavia, alguns Advogados prestavam serviços a mais de um engenho.

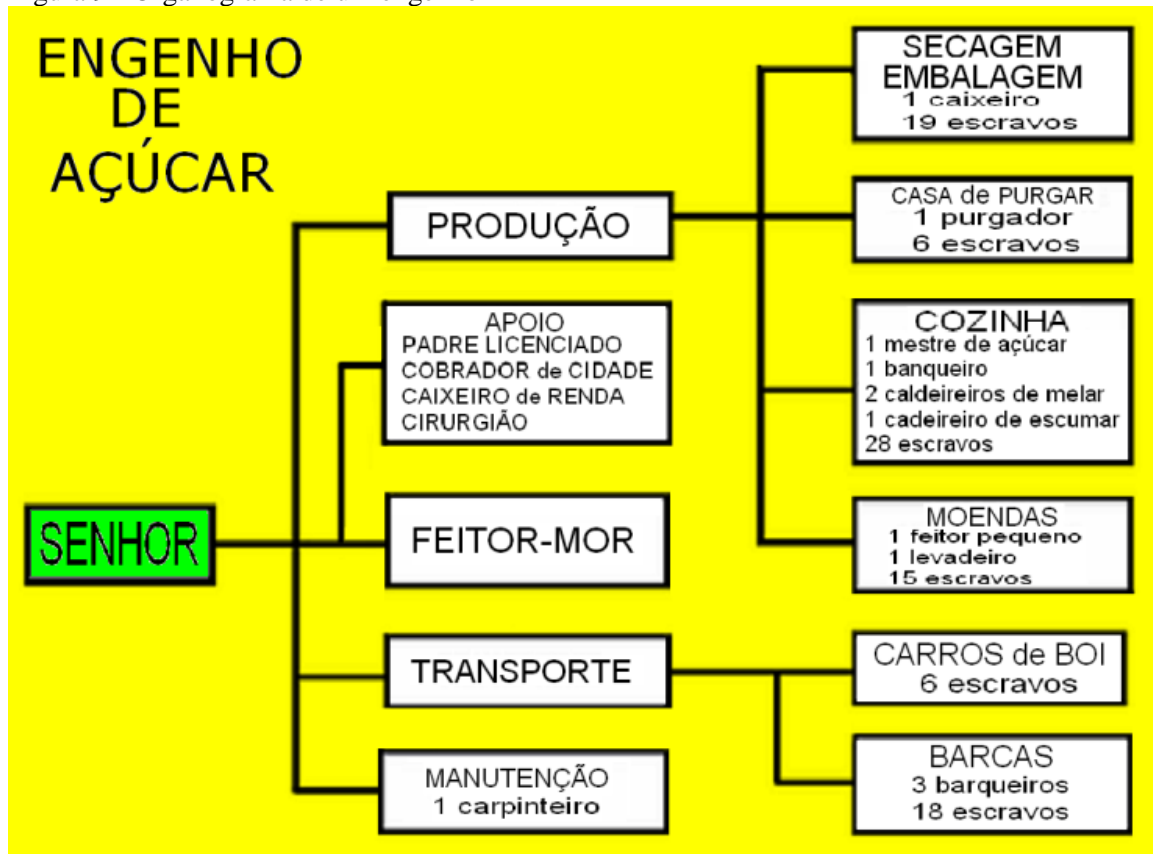
Assim como os Advogados, os Caixeiros não moravam no campo. A sua função era registrar as caixas de açúcar nos trapiches locais, cuidavam dos problemas relacionados ao transporte das mercadorias, tratavam das tarifas alfadegárias e, também, cuidavam do abastecimento do engenho enviando mantimentos e outras necessidades.

O escrivão também era chamado de despenseiro e controlava os estoques de ferramentas, tecidos e alimentos. De acordo com Ferlini (1996), essa função era mais utilizada em engenhos de ordens jesuítas. Em outros tipos de engenho essa função era exercida pelo próprio senhorio.



Antonil (1711), no século XVIII, e Frei Vicente do Salvador, no século XVII, relataram, também, que os engenhos dispunham de capelães e enfermeiros. Os capelães eram responsáveis pela educação moral e espiritual dos filhos dos senhores de engenho, muitos deles eram parentes do próprio senhorio. Para cuidar da saúde dos escravos, eram contratados enfermeiros, parteiras, cirurgiões-dentista que faziam as vezes de médico, pois era muito difícil encontrar esse tipo de profissional nas lavouras de cana.

Figura 9 - Organograma de um engenho



Fonte: Ferlini (1996).

Nos engenhos, havia uma variedade de trabalhadores que eram contratados de acordo com a necessidade, conforme pode ser observado no organograma apresentado pela Figura 9, elaborado por Ferlini (1996). Eram trabalhadores esporádicos. Eram artesãos como ferreiros, pedreiros, mestres de estaleiro, calafates e caldeiros que formavam um grupo de trabalhadores que prestavam serviços em base constante e periódica. Esse trabalhador era altamente especializado e formava uma espécie de elite rural, como mencionado por Schwartz (2011). Esses artesãos mantinham oficinas próprias tanto nos engenhos ou fora destes, assim como contratavam ajudantes e até dispunham de escravos próprios. Os artesãos podiam também prestar serviços a mais de um engenho.



Segundo Ferlini (1996), nos registros contábeis dos engenhos aparecem com frequência uma série de trabalhadores pagos sistematicamente, conforme pode ser visto na Figura 9. Logo abaixo do senhor de engenho tem-se a figura do feitor-mor que era responsável por cuidar de todos os problemas de pessoal do engenho sendo uma espécie de gerente. Cabia-lhe também a ordem com que a cana era cortada e transportada, além de todo o contato com os lavradores de cana (FERLINI, 1996).

Em alguns engenhos, os senhores precisavam se ausentar por muito tempo. Com isso, toda a gestão era feita pelo feitor-mor. Todavia, esses feitores exerciam com rigor essa gestão. Relatos de violência e maus-tratos eram constantes para este tipo de atividade. Vários padres e cronistas da época relatavam a dureza de como esses homens exerciam o poder nos engenhos.

A função de feitor-mor era exercida, essencialmente, por homens brancos e, raramente, por escravos. Na freguesia de Rio Fundo em 1788, dos 19 engenhos registrados 12 tinham feitores brancos e apenas sete tinham feitores pardos (FERLINI, 1986, p.134). Além disso, há relatos de feitores que ascenderam socialmente ao passar a ser lavradores de cana. O salário do feitor-mor variava entre 60.000 e 110.000 réis por ano.

No setor de manutenção estava o carapina ou carpinteiro; trabalhador responsável por toda a assistência técnica do engenho. Fazia parte dos trabalhadores contratados e residentes no próprio engenho. Uma de suas principais funções era a de consertar a roda da moenda. Seu salário podia chegar a 80 mil réis por ano.

No setor de transporte, cada engenho contava com pelo menos três barqueiros que supervisionavam os escravos no transporte das canas. O salário dos barqueiros era de 40.000 réis anuais. Nas moendas havia um feitor-pequeno e um levadeiro. O feitor-pequeno cuidava de todo o setor da moagem, ditando o ritmo de introdução das canas na moenda e observando para que nenhum escravo fosse triturado pelas moendas a partir de algum descuido. Nas moendas, o feitor-pequeno era auxiliado pelo levadeiro que ficava responsável pela força da água. O feitor-pequeno recebia 50.000 réis por ano enquanto que o levadeiro recebia um pouco menos, 45.000 réis por ano.

Na cozinha pulsava o coração do engenho. Nela estavam os responsáveis por toda a qualidade do açúcar; eram os oficiais do açúcar: O mestre do açúcar, o banqueiro, os caldeiros e o purgador. O mestre de açúcar é o trabalhador mais especializado do engenho, é uma espécie de estrela da companhia, muito bem pago pelos seus serviços. Era uma espécie de engenheiro de produção. Todas as etapas do processo produtivo estavam sob a sua supervisão. Segundo

Ferlini (1996), o salário do mestre de açúcar podia variar entre 120.000 e 170.000 réis por ano.

Para o padre Fernão Cardim (2009, p.321), “os mestres de assucares são os senhores de engenhos, porque em sua mão está o rendimento e ter o engenho fama, pelo que são tratados com muitos mimos, e os senhores lhe dão cem mil réis e outros mais”. Em consonância, para Antonil (1711, p.25), o nome de mestre de açúcar corresponde muito bem ao nome dado porque “o seu obrar pede intellingencia, atenção e experiencia e esta não basta que seja, mas eh necessaria a experiencia local, a saber: do lugar e qualidade da canna aonde se planta e moe”.

Em Pernambuco, o tratamento dispensado aos mestres de açúcar não era diferente. Vale aqui recordar o que João Peixoto Viegas relatou à Coroa em 1687 citado por Ferlini (1996):

Não se pode obrar melhor melhor, nem V.Excia. achará remédio para sejam mais finos que para o sejam trabalham sempre os que lavraram com grande estudo: nem os holandeses no tempo de 24 anos que possuíram a capitania de pernambuco, acharam com toda a sua indústria e arte, alguma com que o conseguir, nem obrasse menos custos. (VIEGAS, 1687 apud FERLINI, 1996, p.121).

Para ilustrar a importância do mestre de açúcar, Pinho (1982, p.266) ao escrever sobre a história do engenho Freguesia no Recôncavo, encontrou um documento datado de 26 de setembro de 1545 no qual Ambrósio Meira escreve, do Espírito Santo, ao Rei dizendo: “ao presente nam he todo bõ porque os ofyciaes nam tem ajuda conhecydos os postos da terra e tempero delas e o que saya bõ dizem que he tam bõ como ho bom da Ilha da Madeira”.

Já o banqueiro era o auxiliar do mestre do açúcar, e sua função era ajudá-lo na fabricação do açúcar e na supervisão da produção. Alguns banqueiros poderiam ascender para mestres. Sua remuneração girava em torno de 50.000 réis ao ano. Tendo o salário igual ao banqueiro, o purgador era responsável pela supervisão do processo de clarificação do açúcar. Quanto mais claro fosse, o açúcar valia mais.

Os caldeireiros eram responsáveis pela limpeza do caldo no processo de decoada. Segundo Antonil (1711, p.75) a “obrigação de cada caldeireiro eh escumar três caldeiras de caldo, que chamão de meladuras”. De acordo com Ferlini (1996), os caldeireiros recebiam 35.000 réis anuais.

O último tipo de trabalhador assalariado é o de trabalhador não-especializado. São trabalhadores de serviços ocasionais realizados no campo como cavar covas, cortar árvores ou capturar escravos fugitivos. Juntamente com os agricultores de subsistência, esses trabalhadores formavam o grupo de pobres da zona rural dos engenhos.

Os trabalhadores assalariados formavam um pequeno grupo de indivíduos dentro de uma economia escravista, o que aparentemente é uma contradição dialética, mas exerceram uma função importante. Para os escravos, a existência de trabalhadores assalariados e especializados amortecia os seus sofrimentos ao incutir a esperança de um dia ser liberto e, por conseguinte, transformar-se também em um trabalhador livre assalariado. Para os que não conseguiam a liberdade, ser artesão era melhor que ser escravo. Contudo, a existência de uma força de trabalho assalariada e especializada no centro de uma sociedade escravista deixava no ar a ideia de que a Escravidão era um processo transitório e, dessa forma, acabava por justificar a própria Escravidão.

Do estabelecimento das Capitanias, em 1534 até a Abolição em 1888, o número de trabalhadores assalariados variou muito. Barickman (2003) argumenta que essa variação se deu na ordem de 85 a 98% o número de trabalhadores escravos nos engenhos do Recôncavo. A explicação mais plausível para isso é a própria oscilação nos preços do açúcar no comércio internacional e as diversas crises porque passou essa cultura nos quase 350 anos. Em momentos de crise, o senhor de engenho substituíria a força de trabalho assalariada por escravos, e isso causava as oscilações desse infante “mercado” de trabalho.

Com o auxílio de Barickman (2003) e Ferlini (1996), pode se fazer uma estimativa desses trabalhadores assalariados no Recôncavo. Excetuando-se o pessoal de apoio (composto por padres, cobradores de rendas, cirurgiões-dentistas, escrivães e outros que podiam prestar serviços a vários engenhos), pois apenas alguns grandes engenhos, por exemplo, podiam pagar por capelães e cirurgiões exclusivos, um engenho contava em média com 14 trabalhadores assalariados fixos, sendo um feitor-mor, um carpina, três barqueiros, um feitor-pequeno, um levadeiro, um mestre-de-açúcar, um banqueiro, três caldeireiros, um purgador e um caixeiro.

Ainda de acordo com os autores, em 1873 havia 892 engenhos no Recôncavo, o que dá um total de 12.488 trabalhadores assalariados apenas nos engenhos, sem se considerar os demais trabalhadores que eram contratados por diária ou empreitada, os chamados “jornaleiros”. Assim, mesmo com as dificuldades relativas aos censos da época, há de se considerar que o

contingente representa uma boa fatia do “mercado” de trabalho. Obviamente, com a Abolição esse mercado de trabalho será reordenado.

### **3.2.1.5 Crise da lavoura açucareira, a Abolição da Escravidão e o reordenamento do trabalho no Recôncavo**

No final do século XIX, a economia açucareira viveu a sua crise mais profunda com a Abolição dos seus escravos que representavam as mãos e os pés dos senhores de engenho. O reordenamento do trabalho no Recôncavo passando de forçado para assalariado foi um processo lento e doloroso. As tentativas de reproduzir no Recôncavo o modelo desenvolvido no sul do país baseado no tripé imigrantes/colonização/instrução foram feitas dentro de um amplo debate. Com a Abolição, tanto os senhores de engenho, a burguesia mercantil da época e, também, os governantes não sabiam o que fazer para reorganizar as bases desse mercado de trabalho naquele momento baseado no trabalho livre e, portanto, assalariado. O objetivo principal desta seção é trazer à discussão um pouco das questões que embasaram esse processo.

A produção de açúcar no Recôncavo já estava passando por sérias crises no final do século XIX, causadas pela concorrência do mercado internacional e, pela perda de produtividade. Os senhores de engenho já não dispunham de grandes somas de recursos para investir na claudicante lavoura de cana. Aliado a esse processo de decadência, no final do século XIX a Abolição da Escravidão em 13 de maio de 1888 representou mais um duro golpe nas elites brancas baianas que demoraram muito para tentar resolver tal situação. Todavia, antes de iniciar as discussões sobre a Abolição e o reordenamento do trabalho, é preciso destacar que o contingente de escravos africanos que o Recôncavo recebeu foi significativo. Esse contingente sempre foi objeto de discussão e de certa divergência entre os historiadores, como lembrado por Ribeiro (2005). Ainda segundo o autor, em 1999, um grupo de historiadores divulgou novos números sobre o comércio transatlântico de escravos a partir de pesquisa feitas dentro e fora do país. As estimativas dos escravos vindos da África para o Recôncavo, a partir desses estudos, podem ser conferidas na Tabela 1.

Tabela 1 - Estimativas de escravos desembarcados na Bahia entre 1582-1851

Ano	Número de escravos	Ano	Número de escravos
1582-1700	106.066	1771-80	73.267
1701-10	85.719	1781-90	76.539
1711-20	109.283	1791-1800	93.259
1721-30	106.962	1801-10	89.066
1731-40	89.985	1811-20	113.276
1741-50	87.694	1821-30	99.437
1751-60	75.833	1831-40	12.142
1761-70	66.751	1841-1851	64.329

Fonte: Richardson e Florentino apud Ribeiro (2005).

Assim, 1.349.724 escravos africanos desembarcaram na Bahia em 300 anos, o que dá uma média de quase 4.500 escravos por ano. De acordo com o dados da Tabela 1, tem-se a noção exata de quão representativos eram os escravos dentro da estrutura produtiva do Recôncavo. Dessa forma, a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado com a Abolição representou uma “falta de braços” nunca antes vista no Recôncavo. Um verdadeiro desespero se abateu sobre a economia local, conforme o relato do Barão de Vila Viçosa citado por Cunha (2004):

Luctavão ainda os lavradores para vencerem a moagem da maior parte de sua safra com os grandes obstaculos produzidos pela perturbação geral do trabalho em consequencia da desmoralisação e da fuga quotidiana de escravos, da degeneração das cannas, da quase impossibilidade do combustível em um verão todo chuvoso, como foi o passado, quando o telegrapho annunciou-nos a passagem da lei de 13 de maio.

[...] a perda de todos os braços justamente na ephoca da colheita da safra, com a impossibilidade de uma prompta substituição d’elles, e a falta absoluta de recursos para pagamento de salarios, uma só interrogação, partida de todos os ângulos do imperio, echou aos ouvidos do governo. Que é dos meios de que dispondes para [manter] na continuação do trabalho agricola dos vossos libertos; para evitar os perniciosos effeitos da vagabundagem; para prover os lavradores de braços facilitar-lhes dinheiro já para os salários e dar-lhes o crédito de [que] agora mais carecem para desenvolverem a sua industria? [...] respondeu com recrutamento dos seus novos cidadãos, com a promessa de colonisação chinesa, com desvio do fundo de emancipação para presentear os bancos e com a negativa do pagamento da indennisação aos proprietários. (CUNHA, 2004, p.130).

Ainda de acordo com Cunha (2004), dois marcos são importantes para discutir a reorganização do trabalho no Recôncavo nesse período: a Revolução do Haiti e a primeira

Constituição Republicana. A Revolução do Haiti, também conhecida como Revolta de São Domingos (1791-1804), significou a abolição da escravidão e a decretação de sua independência, tornando-se a primeira república governada por pessoas de ascendência africana. Para os outros países da América Latina, a exemplo do Brasil, a Revolução do Haiti funcionou como uma espécie de “fantasma” já que a qualquer momento poderia acontecer por aqui a mesma experiência.

Já a primeira Constituição Republicana, instituiu o federalismo e, com isso, coube a cada unidade da federação a organização do trabalho no seu estado. Assim, as questões relativas à mão-de-obra não seriam mais uma questão de caráter nacional e, sim, cada Estado tinha autonomia para criar a sua estratégia para resolver “o seu Haiti”. Dessa forma, na literatura sobre a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre na Bahia, identificaram-se três estratégias básicas: a inserção do imigrante europeu, a utilização de mão-de-obra chinesa e a utilização dos libertos.

De acordo com Cunha (2004), as tentativas de trazer a mão-de-obra européia para a Bahia não lograram êxito em função do tipo de trabalhador e do trabalho que era exigido na lavoura local. Os baixos salários aliados ao tipo de trabalho duro e pesado dos engenhos baianos contribuíram para afastar os europeus. Segundo o relatório do Dr. Gustavo D’Utra, parecerista da época, referindo-se aos imigrantes salienta que:

[...] muitos evitam o trabalho rural em que alguns se mostram desageitados, outros, e estes constituem a grande pluralidade, não se querem submeter ao regimen das nossas propriedades, porque se têm aspirações de fazer fortuna pelo trabalho, não querem trabalho senão por conta propria. [...] o colono europeu evita a grande lavoura e fal-o para provavelmente para fugir ao pequeno salario que os lavradores lhe podem abonar principalmente no serviço do engenhos de assucar [...] Elle sente por outro lado que, subordinando-se ao regimen do salario, fica em uma posição obnoscia quando suas vehementes aspirações vão muito além do nosso systema de parceria. (CUNHA, 2004, p.162).

E conclui Gustavo D’Utra argumentando que:

De uma cousa, porém, estamos plenamente convencidos: o europeu nunca será jornaleiro nos nossos engenhos. [...] A questão dos braços entre nós é uma das que pedem solução mais prompta, e é preciso que se faça alguma cousa n ‘este sentido. O tempo urge; e agora mais que nunca, quando atravessamos uma crise sem precedentes nos annaes da agricultura bahiana e que se pôde dizer que a questão da lavoura se nos apresenta com toda a fatalidade do temível enigma : resolve-me ou te devoro! (CUNHA, 2004, p.163).

Diante da dificuldade de trazer trabalhadores europeus para as roças de cana do Recôncavo, uma outra solução seria o imigrante chinês. Esse tipo de imigração encontrou vozes a favor e contra, nunca foi uma unanimidade. Um dos que defendiam a imigração de trabalhadores chineses foi o Desembargador Júlio César Berenguer Bittencourt. Em sua argumentação ele considera que:

Se o europeu recusa nos a prestação de seus serviços por lhe ser nocivo o clima do norte do Brazil; se o liberto não quer trabalhar, porque prefere fruir a liberdade - de nada fazer - só a vinda do chino, único trabalhador capaz de dar ao nosso solo valor inestimavel, e transformar em esplendidos jardins nossas enfezadas plantações. (CUNHA, 2004, p.154).

Todavia, conforme destacado por Cunha (2004), a opção pela vinda de trabalhadores chineses precisava vencer o preconceito dos agricultores baianos e de outros setores da sociedade, que consideravam a entrada dos chineses como uma escravidão disfarçada. Ainda segundo Cunha (2004), a principal voz discordante da imigração chinesa para a Bahia foi o Inspetor Geral de Terras Públicas e Colonização, Virgílio David, que encaminhou ao Presidente da Província em 1892 um relatório sobre o problema da falta de braços da agricultura baiana e as prováveis soluções.

Para o inspetor Virgílio David, apesar dos chineses terem espírito trabalhador, sua imigração não seria a solução para o Recôncavo, pois, segundo ele, tratava-se de um elemento semeador de discórdia, e citou as experiências dos chineses em outras colônias, fora do Brasil, onde ele esteve: “foi necessário e urgente a repatriação desse elemento de discórdia”. E, ainda, argumentava: “é esse povo que prefere-se para elemento de melhoramento dos nossos campos e outras indústrias?” (CUNHA, 2004, p.167).

Outro opositor da proposta chinesa foi o deputado Lellis Piedade, que argumentou que:

A imigração chinesa não trazendo mulheres cria e propaga o vício da sodomia usual entre eles e que é repellido pela moral - e condenado por qualquer sociedade séria. É também condenável que se encare o chinês importado como um mero instrumento de trabalho; porquanto, sendo ele dado aos furtos, à embriaguês e outros tantos vícios corromperá a parte da população nacional com que conviver. (CUNHA, 2004, p.194).

Como as tentativas de “branqueamento” dos trabalhadores baianos, através da vinda de imigrantes sejam alemães, europeus ou chineses, não deram certo, as elites baianas não tiveram outra solução a não ser contar com os recém libertos, mas com uma série de restrições. Além disso, é preciso destacar que os problemas do Recôncavo eram de outra

natureza. Conforme argumentado por Cunha (2004), o problema do Recôncavo na verdade não era a falta de braços, mas, sim a falta de capitais para arrematar trabalhadores de fora do país ou mesmo fora de outras regiões do Brasil.

Para contar com os libertos de 13 de maio, a elite açucareira teve de montar uma série de estratégias de controle social e racial. Uma das primeiras dessas estratégias foi a de dificultar o acesso à terra por parte dos libertos como forma de arrematá-los ao trabalho assalariado. Nesse sentido, a Lei de Terras de 1850 sancionada por D. Pedro II cumpria esse papel ao dificultar o acesso à terra por parte dos mais pobres, concentrando a terra nas mãos dos senhores de engenho e regulamentou a propriedade privada. Quanto menos terras agricultáveis os recém-libertos tivessem mais disponíveis ao trabalho eles seriam, pois não teriam outra ocupação para suprir a sua sobrevivência. Sem os meios de produção, não restaria outra solução aos trabalhadores, a não ser vender a sua força de trabalho, conforme preconizado por Marx (1984). É necessário, também, recordar que a Abolição foi feita sem qualquer pagamento a título indenizatório para os escravos que trabalharam tanto nos engenhos de açúcar como nos serviços domésticos. Assim, sem qualquer tipo de indenização, os libertos não tinham meios para dar início a qualquer tipo de atividade, seja nas lavouras, seja no comércio (CUNHA, 2004).

Sem acesso à terra e sem nenhum tipo de capital para iniciar um negócio próprio, cabia aos libertos as atividades de subsistência como a pesca, o extrativismo nos manguezais ou migrar para outras culturas como café, fumo e farinha. Outra alternativa, também, era migrar para centros mais populosos em busca de novas oportunidades de trabalho, pois permanecer na região significava receber salários muito baixos, já que a mesma estava em claro processo de estagnação.

Outras formas de controle social exercidas pelo governo local sobre os libertos foram as proibições de vadiagem e de jogo, assim como a repressão às manifestações populares, a proibição do voto do analfabeto e as políticas de educação oriundas do tempo da escravidão. Todas essas proibições na verdade eram tentativas de controlar os libertos e “incentivá-los” da pior forma possível a se enquadrarem para trabalhar. Sobre a vadiagem, Fraga Filho (1996) argumenta que:

Ao reforçarem a necessidade de reprimir a vadiagem e a ociosidade, as elites baianas buscaram intervir nos costumes populares impondo um disciplinamento do cotidiano da cidade. Nessa realidade que se pretendia importar não havia lugar para mendigos, vadios e ociosos. (FRAGA FILHO, 1996, p.178).



Sobre o aspecto da educação para o trabalho, uma importante discussão é trazida por Matta (1999) tendo como objeto a Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim, uma das primeiras instituições formadoras de mão-de-obra qualificada para o trabalho entre 1799 e 1910. A principal conclusão do trabalho de Matta (1999) é a de que a Casa Pia reforçou o caráter excludente da sociedade da época, atuando de forma a privilegiar os brancos e mulatos para o ingresso na instituição e, como consequência, os escravos e negros, antigos trabalhadores da cidade foram impedidos de compor a nova categoria de trabalhadores assalariados da cidade. “Em outras palavras a Casa Pia contribuiu para jogar na marginalidade os negros e escravos, que com o final da escravidão estavam diante de uma sociedade que não lhes oferecia ocupação.” (MATTA, 1999, p.207).

No campo da cultura, as proibições se concentraram no candomblé, no carnaval e na capoeira, expressões que adquiriram grande importância para os negros escravizados da Bahia. Cunha (2004) lembra que o candomblé era tido como bruxaria e, dessa forma, era veementemente combatido. Para ilustrar essa afirmação, o autor traz um registro feito pelo Jornal da Manhã que criticava as atividades religiosas da ialorixá Pulcheria do terreiro do Gantois:

No vasto campo das brucharias onde ostensivamente apresentam-se sem temer, ao contrario zombando de tudo os feiticheiros e as feiticheiras, deve ocupar superior a Pulcheria [...] Esta considera-se um poder, dizendo possuir santos nos pés, na barriga e na cabeça, e anda por ahi além pregando o seu poder mediante remuneração não para si mas para elles, aos incautos que reconhecendo lhe grande, entregam-lhe as suas economias !!!... A Pulcheria tem vasto campo onde embolsa, apadrinhada pelos Ogans, riquissimos candomblés, onde são vistos immensos hortencios vestidos de mulher cobertos de buzios a gesticularem em dansas horripilantes, no toque sinistro de um batuque infernal, chamando os seus santos a protegerem aquelles que os procuram!? E' um gosto vel-os... e causa compaixão a maioria dos que lá vão em procura de allivio aos seus males pela ventura que lhe possa dar os pais de terreiro!! E a Pulcheria reclinada na sua poltrona, escondendo debaixo das vestes dos santos, que não a deixam, vai distribuindo risos e medidas a todos que a procuram para felicital-a por mais uma victoria, sem encommodo, da bonita reunião do seu terreiro!!!... A Pulcheria é boa dizem elles, da esmolos a quem os seus santos quer proteger, e lucha com Exum (o diabo) para não vencer aos que procuram no seu terreiro as venturas dos seus acolytos!!!... Como isso é edificante, e como vae a Bahia pouco a pouco enveredando por uma estrada tortuosa e cruel, tendo por guia uns africanos boçaes e petulantes!!!... Continue a policia no que incetou e terá os applausos do publico sensato. Estes feticeiros são verdadeiros passadores do conto do vigário, e a policia encontra no código perfeitamente discriminados, artigos que devem respeito aquelles que procuram enganar por meio de artificios outros. Não cançaremos de apontar á policia estes e outros antros existentes na nossa capital, esperando que ella tome em consideração semelhantes absurdos. Por hoje basta, e continuaremos. (CUNHA, 2004, p.244).

Em relação à capoeira, de acordo com Oliveira (2001), esta era uma prática restrita aos africanos na primeira metade do século XIX, os quais, na condição de escravos urbanos, representavam uma ameaça à ordem pública. Assim, desde os primórdios do Estado brasileiro os praticantes de capoeira representavam uma preocupação que precisava de políticas de repressão por parte das autoridades. Como consequência, a capoeira foi considerada crime durante de acordo com o Decreto 847 de 11 de outubro de 1890 e previa pena de prisão de dois a seis meses. Caso o praticante pertencesse a alguma banda ou malta ou ainda fosse chefe, a pena seria contada em dobro.

Em síntese, o nascente mercado de trabalho no Recôncavo não permitiu a inserção do negro. Na condição de ex-escravo, ao negro não foi permitida a sua qualificação profissional. Instituições que cuidavam dessa qualificação, a exemplo da Casa Pia, reforçavam esse processo de exclusão ao priorizar brancos e mulatos. Por outro lado, como na Abolição não houve nenhuma verba indenizatória, para os negros não havia outra alternativa a não ser se sujeitar ou a trabalhos de subsistência ou a trabalhos com remunerações baixas. No dia 13 de maio de 1888, a população negra foi jogada à própria sorte, pois não se observou nenhum tipo de política pública. A preocupação governamental estava voltada para a recuperação do canavial. Algumas dessas condições permanecem até os dias atuais.

Assim, outras culturas como o fumo e mandioca foram fundamentais para a absorção da mão-de-obra excludente dos canaviais. Dentro desse contexto, no próximo capítulo serão discutidos os aspectos e a importância dessas duas culturas no Recôncavo.

## 4 O CONTRAPONTO BAIANO: O TRABALHO NAS LAVOURAS DE FUMO E MANDIOCA

Como visto no capítulo anterior, a produção de açúcar no Recôncavo alcançou *status* de uma cultura superior ligada ao prestígio político e econômico. O açúcar era sinônimo de riqueza, movimentou a economia da Província por mais de três séculos, ajudou a moldar toda uma sociedade e a cultura de um país. Contudo, as lavouras de subsistência, a exemplo do fumo e da farinha, exerceram importantes papéis no crescimento econômico da Bahia e do Brasil entre os séculos XVI a XX, visto que o açúcar sozinho não seria capaz de empregar todas as pessoas da região e gerar toda a renda.

Assim, o capítulo presente discute os aspectos da produção do fumo e da farinha no Recôncavo; importantes lavouras locais que foram capazes de absorver uma parte da mão-de-obra que fôra rejeitada pela produção de açúcar, principalmente na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, quando da Abolição da Escravidão. O fumo chegou a ser o segundo produto de exportação mais importante da Província. O fumo fazia parte do chamado “comércio triangular”. Os traficantes de escravos que chegavam ao Recôncavo traziam escravos e estes eram trocados por fumo. O fumo de pior qualidade (preferido dos africanos) eram vendidos na África, os de melhor qualidade vendidos na Europa. Os navios carregados de fumo seguiam em direção a África para serem trocados por mais escravos e outros objetos e, posteriormente, seguiam novamente para Lisboa. Já a farinha era indispensável na alimentação de uma população crescente e faminta. As análises dessas duas importantes culturas pela lente do trabalho, natureza e características serão os pontos principais do capítulo.

### 4.1 LAVOURA DE POBRE, NEGÓCIO DE RICO: AS CONTRADIÇÕES DO TRABALHO NA CULTURA FUMAGEIRA

De acordo com Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1835) em um trabalho intitulado “*A cultura do Tabaco*” realizado em 1835 e oferecido à Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia como contribuição à crise porque vivia a produção fumageira da época, o tabaco é uma planta da família das Solanáceas e tem cerca de 15 espécies conhecidas. A palavra Nicotina é uma homenagem ao embaixador francês em Portugal Jean Nicot responsável pela introdução do fumo na França ao oferecer à Rainha Catarina de Médicis para ajudar no combate às suas enxaquecas.

Diferente da cana-de-açúcar, que foi uma planta trazida da Europa para adaptação em terras brasileiras, o fumo ou tabaco já era uma erva conhecida dos índios brasileiros quando os portugueses aqui chegaram. De acordo com Nardi (1996), o fumo provavelmente surgiu dos vales orientais dos Andes bolivianos e se espalhou pelo território do Brasil através do processo de migração dos índios Tupi-Guaranis e era usado com fins medicinais e religiosos. Almeida (1835) traz relatos de populações indígenas nos Estados Unidos e México que já usavam o tabaco antes da chegada dos europeus.

Gabriel Soares de Sousa, cronista português que viveu na Bahia no século XVI e escreveu o seu “Tratado” em 1587, já havia percebido naquela época que os indígenas brasileiros tinham o hábito de fumar e, também, de utilizar o fumo como propriedades medicinais e até como forma de diminuir a fome e a sede:

Petume é a erva a que em Portugal chamam santa; onde há muito dela pelas hortas e quintais, pelas grandes mostras que tem dado da sua virtude, com a qual se têm feito curas estranhas; pelo que não diremos desta erva se não o que é notório e todos, como é matarem com o seu sumo os vermes que se criam em feridas e chagas de gente descuidada; com a qual se curam também as chagas e feridas das vacas e das éguas sem outra coisa, e com o sumo desta erva lhe encouram. Deu na costa do Brasil uma praga no gentio, como foi adoecerem do sesso e criarem bichos nele, da qual doença morreu muita soma desta gente, sem se entender de quê; e depois que se soube o seu mal, se curaram com esta erva-santa, e se curam hoje em dia os tocados deste mal, sem terem necessidade de outra mezinha. A folha desta erva, como é seca e curada, é muito estimada dos índios e mamelucos e dos portugueses, que bebem o fumo dela, ajuntando muitas folhas destas torcidas umas às outras, e metidas num canudo de folha de palma, e põe-se-lhe o fogo por uma banda, e como faz brasa metem este canudo pela outra banda na boca, e sorvem-lhe o fumo para dentro até que lhe sai pelas ventas fora. Todo o homem que se toma do vinho, bebe muito deste fumo, e dizem que lhe faz esmoer o vinho. Afirmam os índios que quando andam pelo mato e lhes falta o mantimento, matam a fome e a sede com este fumo, pelo que o trazem sempre consigo, e não há dúvida senão que este fumo tem virtude contra a asma, e os que são doentes dela se acham bem com ele, cuja natureza é muito quente. (SOUSA, 1971, p.206).

Voltando ao relato de Almeida (1835), este destaca que a cultura do fumo e o hábito de fumar foram introduzidos na Europa um pouco antes de 1560. A utilização do tabaco no continente europeu se deu de forma lenta e um tanto quanto conflituosa sofrendo resistência muito grande por parte de médicos, reis e ordens religiosas, conforme pode ser observado na passagem abaixo:

Não houve guerra mais crua, do que a movida ao tabaco, durante a sua conquista da Eurpoa, e do Oriente. A Religião, a Medicina, o Poder fiscal, e o Despotismo coligaram-se contra o seo uso: anathemas, escriptos, penas, tributos, tudo se oppoz à propagação da erva mágica. Da Cadeira do Evangelho estrugio a voz de Pregadores célebres condemnando, e

pulverizando a quantos tomavam tabaco. Uma Bula do Papa Bonifácio 8.º impoz a pena de excomunhão *ipso facto* à quem uzasse de tabaco dentro das igrejas; e outra de Innocêncio 2.º fulminou a mesma pena contra os que abrissem caixas, ou pitassem na igreja de S. Pedro. A Faculdade de Medicina de Paris, em theses sustentadas em 1695 declarou, que o frequente uso do tabaco abreviava a vida do homem (\*). Doutores de grande fama escreveram, com notável vehemencia, no mesmo sentido. *Simão Paulus*, médico de Christiano 4.º Rei de Dinamarca, fallou da crusta negra, que se achàra no craneo d'alguns tabaquistas! (ALMEIDA, 1835, p.6).

O ato de fumar poderia trazer problemas para quem o fizesse com gradações de diferentes castigos, de acordo com o país. A proibição de fumar em público ia desde os castigos físicos como os implementados em Constantinopla em 1610 nos quais o turco pego fumando tinha que correr pelas ruas com o cachimbo atravessado pelo nariz, até a pena de morte, como foi utilizada na Pérsia.

O historiador cubano Fernando Ortiz (1983), que escreveu sobre a importância do açúcar e do tabaco em Cuba, lembra quem em 1712 o Duque de Noialles presenteou à delfina da França uma caixa de rapé espanhol, mas o rapé estava envenenado e cinco dias depois a herdeira morreu. Ainda de acordo com Ortiz (1983), o rapé e a nicotina eram muito usados como veneno por emissários espanhóis para acabar com políticos opositores, o que aumentou o temor pela utilização desse produto.

Contudo, as resistências em relação ao uso do tabaco na Europa foram diminuindo talvez mais por razões comerciais e econômicas do que por razões médicas, pois, ao lado do açúcar, a produção de fumo ia se tornando cada vez mais um negócio altamente lucrativo para as metrópoles que passaram a explorar o produto em suas colônias. Concomitantemente aos aspectos econômicos, ainda de acordo com Almeida (1835), a partir do início do século XVII vários estudos médicos na própria França, Itália e Holanda atestavam os benefícios trazidos pelo uso e consumo do fumo, impulsionando sua produção e conseqüente consumo. Estava assim, nas palavras de Almeida (1835, p.9), preparada a “Era de Glória” para o fumo.

#### 4.2 O RECÔNCAVO FUMAGEIRO: UM PÉLAGO VERDE

No Recôncavo, os relatos de cronistas lembram que a cultura do fumo tem início no século XVI. Anfilóbio de Castro (1941 apud PORTO FILHO, 2011), memorialista muritibano, afirma que em 1559 as primeiras sementes de fumo foram enviadas para Portugal, a partir do Recôncavo. Antonil (1711) escrevendo no início do século XVIII afirma que já naquela época

a cultura do fumo no Recôncavo já durava mais de cem anos. Nardi (2006) marca mais precisamente como 1570 o ano do início da produção do fumo no Brasil iniciando por Pernambuco e Bahia. Na figura abaixo encontra-se uma plantação de fumo no Recôncavo atual.

Figura 10 - Plantação de Fumo no Recôncavo em 2015



Fonte: SEAGRI (2017).

No Recôncavo, as terras de melhor qualidade são as que possuem solo do tipo massapê. Nelas, a produção de cana-de-açúcar teve grande produtividade ao longo do litoral. Na direção contrária, a produção de fumo teve de ocupar terras de qualidade inferior e mais no interior do Recôncavo e até mesmo fora deste, no sertão da Bahia, para não atrapalhar o trato do açúcar. Inicialmente, a fumicultura era restrita aos quintais das casas, em consórcio com outras culturas como milho, mandioca e hortaliças já que não necessitavam de altos investimentos.

Segundo Porto Filho (2011), os fumos do Recôncavo eram em sua maioria destinados à produção de charutos e eram cultivados em cinco zonas denominadas de acordo com as espécies que eram produzidas: Mata Fina, Mata Sul, Mata Norte, Sertão e Feira, conforme pode ser analisado através da Figura 11.

Figura 11 - Regiões produtoras de fumo na Bahia no século XX



Fonte: SEAGRI (2017).

O fumo Mata Fina tinha como característica principal o seu paladar forte com aroma redondo e era destinado aos charutos de primeira qualidade. Era produzido em São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Cachoeira, São Félix, Muritiba, Governador Mangabeira, Cruz das Almas, Sapeaçu, Conceição do Almeida, São Felipe e Maragogipe.

Já os fumos do tipo Mata Sul eram de paladar seco, mais leve e menos aromático, tinham pouco rendimento para as capas e os capotes dos charutos, mas era perfeito para a formulação das torcidas. Eram produzidos em Castro Alves, Santa Terezinha, Elísio Medrado, Amargosa e Santo Antonio de Jesus.

Ainda segundo Porto Filho (2011), os fumos Mata Norte tinham paladar mais leve com aroma limpo, por sua boa combustibilidade eram bons para as torcidas e eram produzidos nos campos de Santo Amaro, Teodoro Sampaio, Coração de Maria, Conceição do Jacuípe e Santo Estevão. Os fumos do tipo Feira tinham qualidade inferior e no Recôncavo eram produzidos apenas em Alagoinhas (quando esta cidade pertencia ao Recôncavo). Todavia, fora do Recôncavo eram produzidos em Santa Inês, Brejões, Itaberaba e Rui Barbosa.



Como visto anteriormente, Costa Pinto (1998) identifica a zona do fumo como a zona mais recuada do litoral. Mas qual é essa zona? Onde fica? Vilhena (1969) identificou como “os campos de Cachoeira” como o lugar mais indicado para a plantação do fumo. Corroborando com Vilhena (1969) e, também, Antonil (1711, p.117) indica que “grande parte dos moradores dos campos que chamão da Cachoeira, e de outros do sertão da Bahia: passou pouco a pouco a ser hum dos gêneros de maior estimação”.

Já Nardi (1996) pesquisador do fumo no período colonial afirma que:

Os campos de Cachoeira abrangiam naquela época muitas freguesias sendo que as mais importantes eram as de Cachoeira, São José das Itaporocas, São Gonçalo dos Campos, São Pedro da Muritiba, Outeiro Redondo e Santo Estevão do Jacuípe. Outras de importância menor chamavam-se Oliveira, Santiago do Iguape, Desterro, São Felipe, Maragogipe, São Félix e Cruz das Almas. (NARDI, 1996, p.36).

#### 4.3 AS CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES NAS ROÇAS DE FUMO

O processo de cultivo e processamento do fumo ocorre em várias etapas e pode ser dividido em dois momentos da história do fumo na Bahia; um é o trabalho no campo ou na roça propriamente dito e o outro é o trabalho nas fábricas. O trabalho na roça não desaparece com o surgimento das fábricas, contudo para fins didáticos serão abordados em momentos distintos. Primeiramente, serão discutidos os aspectos do processo de trabalho no campo e, posteriormente, o processo de trabalho nas fábricas de charutos, a partir do final do século XIX quando do surgimento destas.

De acordo com os relatos de Antonil (1711), a lavoura de fumo consiste de algumas etapas. Semear, plantar, limpar, capar, desolhar, torcer, virar, juntar, enrolar, encourar e pisar. A semeadura é feita nos meses de maio, junho e julho em canteiros que foram adubados com estrume bovino. Nesse aspecto, a cultura do fumo contribuiu diretamente para o aumento da pecuária no Recôncavo fumageiro para fins de adubação do terreno. Novamente utilizando os dados levantados por Almeida (1835), este estima que na última safra (1834) havia cerca de 50.000 cabeças de gado no Recôncavo, o que reforça o papel desempenhado pelo fumo para a pecuária.

Durante o período de crescimento da planta, todos os cuidados são necessários para mantê-la saudável. Assim, é primordial o trabalho de limpeza da planta retirando o capim que cresce ao redor e também mantendo-se atenção para algumas pragas e ervas daninhas como formigas, grilos, pulgão, lagartas e outras. Ao contrário da produção de açúcar que possuía algumas



atividades extremamente técnicas, a exemplo do mestre de açúcar, na lavoura de fumo pesquisadores como Almeida (1835), Almeida (1983), Borba (1975) e Nardi (1996) não mencionam nenhum tipo de especialização técnica dos lavradores de fumo. É uma atividade que não requeria maiores dotes técnicos específicos nem divisão técnica do trabalho para ser exercida. Talvez por isso mesmo é que a lavoura de fumo era chamada de “lavoura de pobre”, pois podia ser cultivada em pequenas extensões de terra, nos quintais das casas e consorciada com outras culturas como feijão, milho e mandioca, portanto não havia grandes barreiras à entrada a exemplo de grandes investimentos, infraestrutura e produção complexa ou mecanizada. Até a terra podia ser cultivada através de arrendamento ou mesmo com o sistema de meia, no qual o agricultor (o meeiro) repassa uma parte da produção ao dono da terra no fim do ciclo produtivo. Nesse contexto, a lavoura de fumo atraiu pequenos agricultores e escravos libertos sendo a atividade preferida dos colonos mais pobres (ALMEIDA 1983).

O trabalho no campo era feito por homens, mulheres e crianças. A família participava de todas as etapas do trabalho na lavoura, não havia um feitor a comandar o processo de trabalho como havia na cana de açúcar, mas essa função era exercida pelo chefe da família. O trabalho escravo também persistia no fumo (assim como no açúcar), apesar de homens livres estarem trabalhando. Segundo Almeida (1983) pode se observar que:

Um relato de 1835 menciona a existência de pelo menos oito mil trabalhadores na cultura do fumo, dos quais quase 1/3 são de pessoas livres. João Antonio de Araújo Freitas Henriques observa que no ano de 1872, o serviço agrícola continuava sendo executado em sua grande maioria, por escravos, embora existissem na lavoura ramos que se tem por sua natureza constituído ocupação de gente livre com vantagens para si e para a Província, como sejam a plantação do fumo. (ALMEIDA, 1983, p.19).

Borba (1975, p.13), citando Cunha Maciel, também identifica em sua pesquisa a presença de homens livres já que o braço escravo havia abandonado o trabalho no canavial. Ainda segundo Borba (1975), o grupo de pequenos proprietários de terras para a produção de fumo na década de 1960, em sua maioria, está na faixa de 2 a 5 hectares (ha), o que corresponde a 37,4% das propriedades do Recôncavo como um todo. Fazendo-se um contraponto com a cana, enquanto que o açúcar do Recôncavo era produzido em sistema de *plantation*, o fumo ficava restrito a pequenas propriedades rurais. Utilizando-se do Censo Agrícola para 1960, Borba (1975) apresenta a extensão das propriedades de alguma cidades produtoras de fumo no Recôncavo conforme o Quadro 2:

Quadro 2 - Propriedades produtoras de fumo no Recôncavo de acordo com o tamanho

<b>Município</b>	<b>1 a 10 ha</b>	<b>10 a 100 ha</b>	<b>100 a 1000 ha</b>
Muritiba	87,83%	11,7%	1,04%
Cruz das Almas	82,77%	16,19%	0,98%
São Félix	92,49%	6,66%	0,80%
S. M. das Matas	75,01%	23,10%	1,84%
Coração de Maria	76,38%	21,48%	2,12%
Castro Alves	60,53%	34,33%	5,09%

Fonte: Borba (1975).

De acordo com Acioly (2005), um importante trabalho foi publicado em 1980 através da pesquisadora norte-americana Catherine Lugar. Segundo esta autora, os limites aos ganhos de escala determinaram o predomínio da produção de tabaco em pequenas propriedades, assim como o baixo custo dos insumos necessários à fumicultura facilitou o acesso de homens pobres livres a esta lavoura. Quanto ao regime de propriedade e uso da terra, as listas de registro dos fumicultores pesquisados por Lugar (1980 apud ACIOLY, 2005) indicaram que pelo menos metade dos produtores não eram donos das terras em que plantavam e que a maioria produzia em terras de salão ou arenosas (impróprias para a cana de açúcar), sendo que cerca de metade dos fumicultores fazia uso de fertilizantes. Em relação à utilização de escravos, Lugar (1980) manteve a suposição de que os mesmos eram geralmente empregados nas lavouras de tabaco, sobretudo no beneficiamento, tarefa especializada e árdua (ACIOLY, 2005).

Tendo como objeto de análise o rol de fazendas e lavradores do Recôncavo em Cachoeira, especificamente, Nardi (1996) chegou à conclusão de que uma “fazenda-tipo” de tabaco compunha-se de “lavrador livre, branco, casado”, com “família de sete pessoas; reideiro”, dono de “quatro escravos”, cultivando 4,2 tarefas (cerca de 2 ha.) de terra de “solo de areia ou salão, sem uso de esterco de gado”, cuja produção anual era de 232 arrobas de fumo.

Com relação à remuneração, nas pesquisas realizadas não foram encontradas evidências quanto à remuneração dos trabalhadores envolvidos no processo. Como o trabalho era realizado em pequenas propriedades rurais, os registros acerca de renda média dos trabalhadores ou salários não existiam.

### 4.3.1 O trabalho nas manufaturas de fumo

Conforme observado por Almeida (1983), no início do século XIX começaram a surgir as primeiras manufaturas de fumo no Recôncavo. Como já ocorrera em outras regiões do Brasil, a exemplo de São Paulo com o café, o capital comercial transformou-se no capital industrial. No caso do fumo do Recôncavo, havia vários armazéns que eram responsáveis por importar e exportar o fumo. Aproveitando-se desse conhecimento do negócio aprimorado ao longo de décadas, surgem as manufaturas no Recôncavo.

As manufaturas de charutos, aproveitando-se das vantagens locacionais, localizaram-se próximas das regiões produtoras e instalaram-se em Salvador, Cahoeira, São Félix, Muritiba, Maragogipe e Cruz das Almas. O Quadro 3, extraído de Almeida (1983), mostra a evolução das manufaturas de fumo no Recôncavo no período 1819-1889.

Quadro 3 - Firms Manufatureiras de Fumo na Província da Bahia: 1819-1889

<b>Período de Fundação</b>	<b>Número</b>
1819-1828	1
1829-1838	-
1839-1848	-
1849-1858	3
1859-1868	1
1869-1878	8
1879-1889	8

Fonte: Almeida (1983).

Pode se perceber, com o auxílio do Quadro 3, que houve um aumento do número de manufaturas de fumo surgidas no Recôncavo com o passar dos anos. Há de se observar, também, que existe um vazio de quase 20 anos nos quais não houve instalação de manufaturas. A explicação para esse fenômeno está nas lutas travadas na Bahia pela independência do Brasil ocorridas em em 1823. Essas lutas demandaram muito capital para municiar a guerra e, além disso, com a saída de vários comerciantes portugueses da Bahia provocou um período de estagnação econômica na Bahia.

As lutas pela independência também tiveram outro impacto sobre as primeiras manufaturas de fumo. O tipo de capital a ser investido nas primeiras manufaturas. Com a saída do capital português e com a escassez do capital brasileiro, o capital alemão naturalmente aproveitou a oportunidade para fazer as primeiras instalações de manufatura de fumo no Recôncavo, além de contar com toda a *expertise* do comércio de fumo acumulado ao longo dos anos.

Nas manufaturas de fumo a mão-de-obra utilizada continuou sendo negra e escrava. A partir da proibição do tráfico negreiro em 1850 e a consequente Abolição da Escravidão em 1888, essa mão-de-obra foi sendo modificada para assalariada. Contudo, o contingente de trabalhadores nas manufaturas era basicamente de mulheres (Figura 12). O trabalho poderia ser feito na fábrica e também na residência. “Era o caso da manufatura Juventude que possuía 150 trabalhadores, sendo 130 na fábrica e 20 em suas residências (ALMEIDA, 1983, p.29).

Figura 12 - Charuteiras em Maragogipe na década de 1960



Fonte: Silva (2001).

Com o auxílio das pesquisas realizadas por Silva (2001), Silva (2011) e Porto Filho (2011), é possível ter uma visão mais clara em relação do trabalho desenvolvido em uma manufatura de charutos, sua complexidade e sua natureza, pois esses dois pesquisadores tiveram como objeto de análise a Suerdieck, a maior produtora de charutos do mundo localizada no coração do Recôncavo: Maragogipe.

Fundada pelos irmãos August e Ferdinand Suerdieck (Figura 13), a Fábrica de Charutos Especiais A. Suerdieck entrou em funcionamento em julho de 1905 no Cais do Cajá na cidade de Maragogipe em condições precárias contando com apenas cinco empregados (PORTO

FILHO, 2011). Já em 1907 a fábrica contava com 40 empregados e se mudara para um novo endereço na Praça da Matriz. Mesmo sem utilização de modernos equipamentos para a fabricação de charutos, assim como já estava ocorrendo nas manufaturas mais modernas localizadas na Europa, a Suerdieck mostrava um vigor de crescimento impressionante. Em 1910, com apenas cinco anos atividade contava com 200 empregados graças à qualidade de seus produtos.

Figura 13 - Imagem da Fábrica de Charutos Suerdieck em Maragogipe na década de 1950



Fonte: Porto Filho (2011).

Ainda segundo Porto Filho (2011), a qualidade dos charutos da Suerdieck estava na escolha da matéria-prima e cuidados especiais durante todo o ciclo de produção que envolvia 10 etapas: preparo do solo, semadura, plantio, adubagem, tratos culturais, colheita, secagem, seleção, manocagem e fermentação preliminar. Em seguida, o fumo era beneficiado e processado nos armazéns de compra com a classificação do enfardamento e meia cura (segunda fermentação). Após esse período, o fumo chegava à fábrica onde passava por diversas seções especializadas até o consumidor final.

Em relação ao emprego gerado pela Suerdieck, o Quadro 4 mostra a evolução do número de empregados da empresa.

Quadro 4 - Evolução do Emprego em 30 anos na Suerdieck no século XX

<b>Ano</b>	<b>Empregados</b>	<b>Charutos</b>
1905	05	-
1906	13	-
1907	40	200.000
1910	200	1.200.000
1915	700	4.200.000
1917	200*	1.000.000
1925	1100	18.000.000
1935	2000	40.000.000

Fonte: Porto Filho (2011, p.50).

Nota: \*consequencia da guerra.

De acordo com o Quadro 4, percebe-se que o emprego na Suerdieck teve um crescimento grande após a Primeira Guerra Mundial passando de 200 empregados antes do conflito para 1.100 logo no período do imediato pós-guerra. Na Tabela 2, também extraída da pesquisa realizada por Porto Filho (2011), pode-se perceber a distribuição do emprego na Suerdieck por sexo na década de 1950, ou seja, quase 50 anos após a fundação da empresa.

Tabela 2 - Empregados por gênero da Suerdieck S.A em 30.06.1954

<b>Local</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
Maragogipe - Fábrica 1	1.625	427	2.052
Cruz das Almas - Fábrica 2	769	274	1.043
Cachoeira Fábrica – 3	264	58	322
S. Gonçalo dos Campos–Armazém	101	94	195
São Félix - Armazém e Depósito	40	124	164
S. Antonio de Jesus–Armazém	28	79	107
Conceição do Almeida–Armazém	22	18	40
Salvador - Sede, Trapiche e Frigorífico	9	42	51
<b>Total Geral</b>	<b>2.918</b>	<b>1.210</b>	<b>4.128</b>

Fonte: Silva (2011).

Apenas nas fábricas, tirando os armazéns, sede e frigorífico, havia um total 3.417 pessoas em 1954 desse total 2.658 empregados eram do sexo feminino, o que representa quase 78% de toda a mão-de-obra das fábricas da Suerdieck, confirmando as informações dos outros pesquisadores do fumo nos quais abordaram que o perfil do trabalhador do fumo era predominantemente do gênero feminino.

Em um levantamento feito por Silva (2001) nos registros dos empregados da Suerdieck entre os anos de 1906 a 1950, a autora encontrou um total de 2.852 operários. Desse total, 2.262 eram mulheres, o que corresponde a 79,3%. Ainda segundo a autora, do total de mulheres 1.474 eram charuteiras, conforme pode ser verificado na Tabela 3.

Tabela 3 - Número empregados por gênero na Suerdieck entre 1906 e 1950

<b>Sexo</b>	<b>N.</b>	<b>%</b>
Homens	590	20,7
Mulheres	2.262	79,3
<b>Total</b>	<b>2.852</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Silva (2001).

Quanto ao grau de instrução, ainda de acordo com a pesquisa de Silva (2001), o universo dos trabalhadores e trabalhadoras da manufatura de fumo não possuía maiores instruções relativas à educação formal. Quase 40% dos empregados (39.45%) não possuíam qualquer tipo de instrução (nula). Já os que possuíam escolaridade primária (1 a 5 série) eram 60% aproximadamente. O que reforça a assertiva de que para a indústria do fumo não havia especialização específica. Era basicamente uma função passada de mãe para filha, conforme Silva (2001).

Normalmente, as mulheres aprendiam a fazer o charuto em casa ajudando a própria mãe na produção doméstica desse produto, com as vizinhas e as conhecidas ou nos fabricos onde não havia exigência rigorosa da qualidade do charuto, destinado ao mercado informal, exceto quando se tratava de fabricos que negociavam sua produção diretamente com a fábrica. Porém, ao se registrar numa fábrica para fazer charutos, a charuteira teria que aperfeiçoar ao máximo seu trabalho para que fosse aceita como charuteira. (SILVA, 2001, p.87).

Com relação aos rendimentos percebidos pelos trabalhadores da indústria de fumo e analisando o exemplo da Suerdieck, a análise dos dados feitos por pesquisadores do fumo, a exemplo de Silva (2011) não permite o estabelecimento de salários, pois nos registros não constam esse tipo de informação. A legislação trabalhista só vai se consolidar a partir da

década de 1940 e, portanto, nos primórdios da Suerdieck a legislação não era aplicada porque não existia, ainda.

Em síntese, as manufaturas de fumo instalaram-se no Recôncavo em um período em que havia um grande contingente de mão-de-obra disponível para o trabalho sujeitando-se ao recebimento de salários que, em determinados momentos, eram muito baixos. Assim, como já acontecera com a produção de açúcar, o processo de trabalho é compartilhado entre trabalhadores livres e escravos. A natureza do trabalho no Recôncavo vai aos poucos se reconfigurando a partir de 1850 com a proibição do tráfico de negros e com a própria Abolição em 1888.

No Recôncavo, o mercado de trabalho vai se formar a partir da década de 1910/1920 e com o processo de urbanização porque passará a região. Essa formação estará mais madura quando das mudanças ocorridas na década de 1950 com a chegada da Petrobrás e as tentativas de industrialização do Recôncavo Norte, objeto de análise do próximo capítulo. Antes, na próxima seção, serão analisadas as mudanças na natureza do trabalho em outra lavoura importante que é a da mandioca responsável pela produção de um produto indispensável para a alimentação no Recôncavo, a farinha.

#### 4.4 A PRODUÇÃO DO “PÃO DA TERRA”: O TRABALHO NAS ROÇAS DE MANDIOCA E O ABASTECIMENTO COLONIAL

É perfeitamente aceitável dizer que a agricultura de exportação capitaneada pela indústria açucareira moldou a economia e a sociedade do Recôncavo e do Brasil, contudo, como bem lembrado por Schwartz (2011), as pessoas tinham que se alimentar, tanto os escravos quanto os senhores de engenho e o restante da população. Assim, ao lado do fumo, a produção de farinha exerceu um papel importante na chamada agricultura de subsistência. Esse tipo de agricultura contribuiu para alimentar uma população crescente em um Recôncavo que se urbanizava, por outro lado, absorvia uma população que não mais servia para os trabalhos nos canaviais.

Dois dos primeiros cronistas do século XVI, Pêro de Magalhães Gândavo (2008) escrevendo em 1576 e Gabriel Soares de Sousa (1971) em 1587, ficaram um tanto quanto entusiasmados com a produção de farinha feita a partir da mandioca pelos índios que habitavam o Brasil e como estes se alimentavam deste “pão da terra”. São várias as descrições desses dois cronistas que valem a pena recordar.



Gândavo (2008) inicia a sua descrição a partir da raiz e depois da planta. A raiz tem o nome de mandioca. Já a planta é descrita como não muito alta, da altura de um homem, também é fina e com muito nós. “O cultivo é sob a forma de estacas. Cada estaca cria três ou quatro raízes, a depender da qualidade do solo.” (GÂNDAVO, 2008, p.13). Já Sousa (1971), descreve a mandioca como uma raiz com feições de inhames e batatas. Planta-se “a mandioca em covas redondas como melões, muito bem cavadas, e em cada cova se metem três quatro pauzinhos da rama, de palmo cada um, e não entram pela terra mais que dois dedos.” (SOUSA, 1971, p.172).

A mandioca é plantada durante todo o ano com exceção do inverno já que a abundância de chuva causa podridão na raiz. Durante o período de crescimento da planta, a atenção do lavrador é com as formigas que são a principal praga contra a mandioca. “Nesse trabalho andam os lavradores até que a mandioca é de seis meses, que cobre bem a terra com a rama, que então não lhe faz a formiga nojo.” (SOUSA, 1971, p.173).

Depois de plantada e colhida há todo um processo para a fabricação da farinha. Sousa (1971) descreve muito bem como se dá a transformação da raiz de mandioca em farinha, conforme abaixo:

As raízes da mandioca comem-nas as vacas, éguas, ovelhas, cabras, porcos e a caça do mato, e todos engordam com elas comendo-as cruas, e se as comem os índios, ainda que sejam assadas, morrem disso por serem muito peçonhentas; e para se aproveitarem os índios e mais gente destas raízes, depois de arrancadas rapam-nas muito bem até ficarem alvíssimas, o que fazem com cascas de ostras, e depois de lavadas ralam-nas em uma pedra ou ralo, que para isso têm, e, depois de bem raladas, espremem esta massa em um engenho de palma, a que chamam tapeti, que lhe faz lançar a água que tem tôda fora, e fica essa massa toda muito enxuta, da qual se faz a **farinha** que se come, que cozem em um alguidar para isso feito, no qual deitam esta massa e a enxugam sobre o fogo, onde uma índia a mexe com um meio cabaço, como quem faz confeitos, até que fica enxuta e sem nenhuma umidade, e fica como cuscuz, mas mais branca, e desta maneira se come, é muito doce e saborosa. Fazem mais desta massa, depois de espremida, umas filhós, a que chamam beijus, estendendo-a no alguidar sobre o fogo, de maneira que ficam tão delgadas como filhós mouriscas, que se fazem de massa de trigo, mas ficam tão iguais como obreias, as quais se cozem neste alguidar até que ficam muito secas e torradas. (SOUSA, 1971, p.174 **grifo nosso**).

Em consonância com a descrição de Sousa (1971), Gândavo (2008) descreve o mesmo processo.

E depois de assim a terem curada desta maneira põem um alguidar sobre o fogo em que a lançam, a qual está mexendo uma Índia até que o mesmo fogo

lhe acabe de gastar aquela umidade e fique enxuta e disposta para se poder comer que será por espaço de meia hora pouco mais ou menos. Este é o mantimento a que chamam farinha de pão, com que os moradores e gentio desta Província se mantêm. Ha todavia farinha de duas maneiras: uma se chama de guerra e outra fresca. A de guerra se faz desta mesma raiz, e depois de feita fica muito seca e torrada de maneira que dura mais de um ano sem se danar. (GÂNDAVO, 2008, p.14).

Depois de ensacada, a farinha era transportada através de pequenas embarcações chamadas de saveiros que iam abastecer a capital da província, objeto da próxima seção.

#### **4.4.1 “Carne sem osso, farinha sem caroço”: o mercado local de farinha**

A Bahia muito se orgulha de ter desenvolvido uma das melhores culinárias do Brasil. Banhada pelo oceano Atlântico, Salvador e o Recôncavo sempre tiveram uma grande infinidade de peixes e mariscos à disposição. Além disso, outras culturas de subsistência como milho e feijão faziam parte da dieta da sua população. Contudo, a farinha representou e ainda representa um dos alimentos mais básicos da mesa da população pobre e escrava (antes da Abolição).

O objetivo da presente seção é mostrar a importância da farinha como principal fonte de alimentação dos baianos. Para cumprir esse objetivo vale a pena recordar o grande motim de 1858 que tinha como lema “carne sem osso, farinha se caroço”.

De acordo com Ribeiro (1982) e Simões Filho (2011), os grandes centros produtores de farinha eram São Mateus, Caravelas, Porto Seguro, Camamu, Cairu, Aldeia, Maragogipe e Nazaré. Essas vilas ficavam ao longo do litoral baiano e eram responsáveis pelo abastecimento de Salvador. Ao longo dos anos e, principalmente, a partir do século XIX outras vilas como Ilhéus, Cachoeira, Santo Amaro, Alagoinhas e Feira de Santana começam a se destacar como centros importantes de produção de farinha.

A preocupação com o fornecimento de farinha para a capital da província sempre foi preocupação real. Vários decretos reais foram editadas como o intuito de garantir o fornecimento regular desse importante alimento. A Carta Régia de 25 de fevereiro de 1688 obrigava cada um dos lavradores a plantar 5 mil covas de mandioca. Já o Alvará de 1701 ordenava que os donos das embarcações que navegavam para a costa da África tivessem roças próprias. Outros alvarás foram editados em 1676 e 1834 com o mesmo intuito (RIBEIRO, 1982).

Obviamente, como dito anteriormente, a edição de vários alvarás reais não tiveram condições de surtir os efeitos desejados por falta de fiscalização e, também, por pressão política dos senhores de engenhos que estavam interessados em defender a produção do açúcar e não de qualquer outro tipo de produto.

Assim, o sistema de abastecimento de farinha para Salvador sempre dependeu de flutuações econômicas e de condições climáticas. Vários períodos de estiagem foram observados ao longo dos séculos XVII a XX prejudicando bastante o fornecimento de farinha. Segundo Simões Filho (2011), com o intuito de controlar e administrar o comércio de farinha o governador D. Rodrigo José de Meneses criou o Celeiro Público da Bahia em 1785. Esta iniciativa do governo proporcionava aos condutores e vivandeiros (embarcações da época), tulhas e caixões para depósito de seus carregamentos de farinha e grãos, além de oferecer um local para comercialização. O Celeiro Público foi estabelecido em um armazém tomado de empréstimo ao Arsenal da Marinha. Localizou-se durante todo o seu período de existência (1785 a 1866) no largo da Conceição em frente ao Templo de Nossa Senhora da Conceição da Paróquia da Praia, possibilitando que as embarcações atracassem diariamente na pequena doca e descarregassem seus gêneros.

Para o Governador, a criação do Celeiro Público foi a maneira encontrada para combater a carestia e a falta constante de farinha e assegurar o abastecimento da população de Salvador, quando as embarcações eram “impedidas” pelo mau tempo e “não podiam navegar para este porto”. “A idéia de D. Rodrigo de Meneses era manter estoques de farinha no Celeiro e manter estável o nível dos preços.” (SIMÕES FILHO, 2011, p.76).

Com auxílio dos números provenientes do Celeiro Público podemos ter uma ideia da importância da farinha no abastecimento de Salvador. De acordo com Simões Filho (2011) entre os anos de 1785 e 1851, 88% do volume de entradas no Celeiro foi de farinha, enquanto que os 12% restante correspondem a todos os outros produtos.

#### **4.4.2 Os trabalhadores nas roças de mandioca: assalariados, agregados e domésticos**

De acordo com Barickman (2003), dentre todos os estabelecimentos rurais do Recôncavo, os lavradores de mandioca eram os menores e mais pobres se comparados aos senhores de engenho e até mesmo aos produtores de fumo. A posse de escravos era sinônimo de riqueza. Utilizando-se de levantamento feito em 1781, 170 lavradores de mandioca tinham escravos. Deste total, apenas 13 lavradores possuíam dez ou mais escravos. A maioria dos lavradores

(68,2%) tinham menos de cinco escravos. O que significa esses lavradores não tinham grandes inversões de capital.

Figura 14 - Trabalhadores em uma casa de farinha raspando mandioca em uma casa de farinha



Fonte: SEAGRI (2017).

Ainda segundo Barickman (2003), fora da indústria açucareira é raro encontrar trabalhadores assalariados. É mais comum encontrar agregados, pessoas que vagavam pelo Recôncavo rural sem ter uma ocupação específica. Essas pessoas “agregavam-se” a um fogo (casa) e ajudavam nos serviços do campo e também nos serviços domésticos. O pagamento não era feito de forma monetária. Normalmente era feito em troca de refeições ou uma pequena parte da produção local.

Conforme pode ser visto através da Figura 14, mesmo em momentos mais recentes, pode-se perceber que o tipo de trabalho desenvolvido na produção da farinha é essencialmente feito por mulheres que executam a maioria dos processos de trabalho que vão desde a raspagem da mandioca até o processo de mexer a farinha. O trabalho na agricultura de subsistência (fumo e farinha) era de natureza diferente daquela encontrada na agricultura de exportação. Enquanto que no açúcar podem se encontrar alguns trabalhadores livres e assalariados, na lavoura de subsistência os dados não comprovam esse tipo de trabalhador. O trabalho nas roças de fumo e mandioca era realizado por toda a família desde mulheres e até crianças. No caso da

mandioca esse serviço era realizado também com o auxílio de agregados e permaneciam ajudando no trabalho diário seja no campo seja doméstico.

Outro aspecto diferencial dentre as duas lavouras (exportação e subsistência) se refere à qualificação técnica. Na lavoura de exportação percebe-se um início de algumas atividades especializadas enquanto que na lavoura de subsistência esse tipo de trabalho mais especializado é bastante diminuto. Ressalva feita nas fábricas de charutos e cigarrilhas, implantadas no Recôncavo a partir do século XX com a Suerdieck, principalmente. Nas fábricas de charutos tem-se uma divisão sexual do trabalho, na qual o ofício de fazer charutos será predominantemente feminino, tornando o trabalho um pouco mais especializado.

A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e livre também não trouxe importantes modificações nas relações de produção dos produtores de fumo e mandioca. O trabalho sob bases capitalistas coexistiu com o trabalho com relações pré-capitalistas de produção. Muitas das modificações foram trazidas no bojo do processo de industrialização do Recôncavo que se deu de forma complexa e incompleta como é característica dos processos de industrialização de economias retardatárias e periféricas que será objeto de discussão para o próximo capítulo.

## **5 ENTRE TRILHAS PERDIDAS E ENIGMAS BAIANOS: ENCONTROS E DESENCONTROS DA ECONOMIA DO RECÔNCAVO NO SÉCULO XX**

A virada do século XIX para o século XX mostrou-se um verdadeiro desastre para a economia do Recôncavo. Como já foi discutido ao longo deste trabalho, o Recôncavo foi a primeira região do país a se urbanizar e experimentou relativo crescimento econômico baseado, sobretudo, em seu principal produto de exportação: o açúcar. Os tempos áureos alcançados desde o século XVI mostrava sintomas de certo esgotamento. Os preços internacionais do açúcar tinham tendência de queda e as sucessivas secas tornaram ainda mais baixa a produtividade da lavoura de cana, ao passo que as rebeliões de escravos traziam instabilidades e incertezas.

Aliada às questões acima levantadas, observou-se que a mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 já havia deslocado o centro dinâmico da economia brasileira do Nordeste para o Sudeste, além disso a descoberta de ouro e metais preciosos nas Minas Gerais no final do século XVIII contribuiu para a saída de muitos escravos dos engenhos do Recôncavo aumentando a crise da mão-de-obra, concomitantemente os movimentos que levaram à Abolição da Escravidão davam sinais de que em algum momento da história o Recôncavo havia perdido sua trilha para o desenvolvimento econômico.

Dentro desse contexto, nos capítulos anteriores foram discutidos os aspectos relacionados ao trabalho nas lavouras de cana, fumo e mandioca que cobriram os séculos XVI a XIX. No capítulo atual o objetivo é fazer uma pequena retrospectiva e uma releitura histórica acerca da economia do Recôncavo durante o século XX, que será importante para situar esta sob o contexto da economia nacional, pois devido aos esforços do planejamento local é que as políticas públicas implementadas para a superação das respectivas crises tiveram rebatimento direto sobre o trabalho modificando a sua natureza e sua essência, objeto da investigação em curso.

Contudo, antes de iniciar as discussões sobre a economia do Recôncavo no século XX é preciso discutir alguns aspectos importantes sobre os acontecimentos que se fizeram presentes no século XIX e que influenciaram sobremaneira a economia do Recôncavo no século seguinte.

Para dar conta do objetivo proposto, o capítulo está dividido em três seções. A primeira discute a economia do Recôncavo no final do século XIX apontando os principais fatos que vão impactar a economia dessa região no século seguinte. Na segunda seção, aproveitando-se

dos condicionantes expostos no final do século XIX, analisam-se as razões pelas quais a Bahia e o Recôncavo não experimentaram o mesmo tipo de crescimento econômico de outras regiões do país, especificamente a regiões sul e sudeste. Já a última seção do capítulo cobre o período da economia do Recôncavo de 1950 até o limiar do século XXI. Nessa seção serão discutidas as tentativas de modernização da economia do Recôncavo através do processo de industrialização liderada pelo Estado.

## 5.1 A ECONOMIA DO RECÔNCAVO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Conforme destacado por Spinola (2003), o século XIX foi um dos períodos mais conturbados e agitados da História do Recôncavo e do Brasil. Para usar a expressão cunhada por Arrighi (1996) sobre o século XX, o século XIX pode ser denominado como “o longo século XIX” para a economia do Recôncavo. No plano social foram muitas as lutas e revoltas como as lutas pela Independência do Brasil que culminaram com o 02 de julho de 1823 na Bahia; o Levante dos Periquitos em 1824; a Revoltas dos Malês em 1835; a Sabinada em 1837; A Revolta da Farinha em 1858; a Guerra do Paraguai no período de 1864 a 1870 e, finalmente, fechando o século XIX, a Guerra de Canudos em 1897. Estão fora dessa lista as secas constantes e a epidemias que mataram muitas pessoas no Recôncavo, principalmente a de cólera em 1855. Como não é o objetivo do trabalho abordar essas questões sociais, climáticas e de saúde, focaremos nossa análise nos aspectos econômicos do Recôncavo no século XIX, especificamente na mão-de-obra e na decadência da cana-de-açúcar.

A mão-de-obra escrava era a base da economia do Recôncavo em suas principais lavouras: cana, mandioca e fumo. A possibilidade de perder esses braços era uma ameaça real e poderia se traduzir em verdadeira ruína para os capitais investidos. De acordo com Lyra (1982), durante todo o período da escravidão os produtores de cana ficaram temerosos com a possibilidade de perder seus escravos, contudo com o avançar do século XIX essa possibilidade foi tornando-se cada vez mais real, pois a pressão da Inglaterra para a libertação dos escravos ficava ainda mais incisiva.

Ainda conforme Lyra (1982, p.2) “a partir de 1850 as falas dos presidentes da Província da Bahia demonstram uma grande preocupação com a crise de mão-de-obra”. Tornam-se comuns, nesse período, nos discursos dos presidentes da Província, expressões como “raridade de braços” e “escassez de braços”. Além disso, os presidentes da Província

atribuíam à situação de crise porque estava passando a economia baiana, principalmente o açúcar, à falta de mão-de-obra.

Finalmente, em 1850, o governo brasileiro não tinha mais como adiar uma decisão efetiva sobre o problema. No dia 4 de setembro de 1850 transformava-se em lei o projeto do Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, extinguindo o tráfico de escravos para o Brasil. Com o fim do tráfico de escravos, o Brasil rompe com o regime colonialista e passa a fazer parte do mundo capitalista, finalmente. Conforme as observações de Prado Jr. (1987), a Lei Eusébio de Queirós marcou profundamente a economia brasileira:

Com a abolição do tráfico de escravos encerra-se a fase de transição que se estende desde a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808. Ela será o último toque desta série de reformas consideráveis que se sucedem desde aquele momento e que modificariam tão profundamente o país, tornando-o de colônia inteiramente submetida ao exclusivismo mercantil da metrópole portuguesa, em Estado soberano, aberto à livre concorrência internacional. Embora aquelas reformas econômicas políticas e sociais se escalonem numa série ininterrupta que cobre todo esse quase meio século de evolução, é somente a partir de 1850 que elas se completam e ajustam plenamente, integrando o país na nova etapa do seu desenvolvimento. Circunstâncias políticas e sociais — como são Independência e o que segue — bem como econômicas — a convulsão provocada pelo rompimento do equilíbrio colonial — fazem desse período que vai até a metade do século, uma época revolucionária, de bruscos saltos e transformações violentas. É somente pelo fim dela que se ajusta de novo a vida do país, embora em outro plano, e serenam em consequência as agitações sociais e políticas anteriores. O Brasil encontrara outro equilíbrio dentro do qual toma um novo ritmo evolutivo. A questão do tráfico africano terá representado naquela fase de desajustamento um papel de primeira ordem. Ela afetará o mais profundo do sistema colonial, a própria estrutura de base que nos legara o regime de colônia; e põe em cheque o conjunto daquela estrutura assente na produção extensiva de gêneros tropicais destinados ao comércio internacional. (PRADO JR., 1987, p.162).

O fim do tráfico de escravos representou duas situações paradoxais em essência. Por um lado, foi prejudicial para os donos de engenho, pois o escravo representava as mãos e os pés da lavoura de cana no Recôncavo e imediatamente houve redução da oferta de mão-de-obra, conseqüentemente, muitas fazendas tiveram grandes dificuldades em repor os seus trabalhadores chegando a falir.

Por outro lado, já que não se podia mais importar escravos, as grandes somas de dinheiro que seriam investidas na aquisição de escravos puderam ser canalizadas para outras áreas, como o setor bancário e o comercial, por exemplo. Esse fato representou importante impacto sobre o comércio da cidade de Salvador.



Em pesquisa realizada sobre esse período, Sampaio (1999) analisa que os impactos causados pelo fim do tráfico sobre o setor comercial foram amplamente positivos, de acordo com o abaixo:

A abolição do tráfico de escravos foi condição *sine qua non* para que os investimentos fossem feitos e resultassem no que foi chamado de “impactos”. Uma vez que esses investimentos vieram, em sua maioria, do próprio fim do tráfico de escravos, pois os capitais investidos naquele negócio se tornaram ociosos e precisavam de nova destinação, o comércio, como ficou demonstrado, foi o principal beneficiado. A outra parte dos investimentos ficou a cargo de investidores estrangeiros, principalmente ingleses, que aumentaram o seu volume de negócios com a economia local, justamente após o fim do tráfico. (SAMPAIO, 1999, p.70).

Para Fausto (2010), fazendo uma análise do Brasil como um todo, o ano de 1850 foi um período em que várias medidas que foram tomadas modificaram a fisionomia do país na direção de uma pretensa modernidade. A Lei Eusébio de Queirós, a centralização da Guarda Nacional, o primeiro Código Comercial e a Lei de Terras foram inovações que permitiram ao país romper com o colonialismo. Em síntese, Fausto (2010) argumenta que:

A liberação de capitais resultante do fim da importação de escravos deu origem a uma intensa atividade de negócios e de especulação. Surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor etc. graças a um aumento nas tarifas dos produtos importados, decretado em meados da década anterior (1844), as rendas governamentais cresceram. Em 1852-1853, elas representavam o dobro do que tinha sido em 1842-1843. (FAUSTO, 2010, p.197).

Ainda segundo Fausto (2010), essas mudanças no sentido de uma modernização capitalista permitiu um maior dinâmica no país, abrindo espaço para as primeiras tentativas de consolidação de um mercado de trabalho no Brasil.

Com relação à decadência da cana-de-açúcar, Spinola (2003) destaca que o apogeu da produção de cana se deu entre os séculos XVI e XVIII, todavia seu longo processo de agonia se inicia justamente no século XIX. Almeida (1977) aponta duas razões principais para a crise a economia açucareira, a saber:

Primeiro, “a febre da mineração”, nas palavras de Almeida (1977), demandou muitos trabalhadores do açúcar. Foram recrutados homens livres, foram leiloados escravos e até mestres de açúcar para trabalhar na extração de ouro nas Minas Gerais. Esse processo aumentou os custos de produção do açúcar. A segunda razão apontada por Almeida (1977) se refere à concorrência internacional provocada pelas outras colônias européias. Argumenta, ainda, que o Brasil havia reduzido a sua participação a pouco mais de 10% do comércio

internacional do açúcar no final do século XVIII, após ter sido o maior produtor mundial nos dois séculos anteriores.

Mattoso (1992 apud SPINOLA, 2003) chama a atenção para os fatores climáticos acerca da cultura da cana. Para a autora, os anos de seca e chuvas abundantes seriam incompatíveis com a produção de açúcar contribuindo negativamente para a sua produtividade. De acordo com o Quadro 5, pode-se observar a contração da lavoura de cana-de-açúcar para o período de 1851 a 1877.

Quadro 5 - Evolução das exportações de açúcar pelo Estado da Bahia (1851-1878)

ANO	QUANTIDADE (t)	QUANT. 1851 = 100 CRESCIMENTO BRUTO (%)	QUANT. 1851=100 CRESCIMENTO BRUTO (%)
1851	51.620	100	-
1852	65.524	127	27
1853	47.728	92	(8)
1854	50.440	98	(2)
1855	37.390	72	(28)
1856	37.664	73	(27)
1857	26.641	52	(48)
1858	50.056	97	(3)
1859	14.874	29	(71)
1860	18.020	35	(65)
1861	54.098	105	5
1862	56.647	110	10
1863	33.020	64	(36)
1864	45.113	87	(13)
1865	51.827	100	0
1866	44.683	87	(13)
1867	49.906	97	(3)
1868	48.029	97	(7)
1869	30.934	60	(40)
1870	48.938	98	(2)
1871	55.020	107	7
1872	36.292	70	(30)
1873	29.934	58	(42)
1874	57.557	112	12
1875	30.456	59	(41)
1876	35.494	69	(31)
1877	44.798	87	(13)

Fonte: Spinola (2003).

Como pode ser observado no Quadro 5, e confirmando o que Spinola (2003) já havia ressaltado, o século XIX representou a decadência do açúcar no Recôncavo. Tendo como ano-base 1851, ou seja, um ano imediatamente após a Lei Eusébio de Queirós observa-se que a exportação de açúcar alternou momentos de alta e momentos de baixa, sendo que os momentos de baixa foram muito mais constantes do que os momentos de alta. Na série

história composta por 27 anos, apenas em cinco anos a variação foi positiva, o que mostra a decadência porque passou a lavoura de cana no século XIX.

## 5.2 ENTRE INVOLUÇÕES ECONÔMICAS E ENIGMAS BAIANOS: A ECONOMIA DO RECÔNCAVO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

No plano internacional, o século XIX foi um período de relativa paz mundial. Já no século XX, logo em sua primeira metade, houve dois conflitos mundiais; a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais além de um abalo sísmico no centro da economia mundial que foi a crise de 1929, a maior daquele século. Esses três eventos tiveram rebatimento imediato sobre a frágil economia do Recôncavo.

Conforme discutido por Almeida (1977), até 1950 destacavam-se na pauta de exportações da economia baiana três produtos: cacau, fumo e açúcar. Essas três *commodities* agrícolas dependiam do mercado internacional e sofriam muito com as bruscas variações de demanda e de preços. Enquanto que o cacau conseguiu expandir sua participação no mercado internacional, no período, a cana e o fumo declinaram.

Ainda de acordo com Almeida (1977), o complexo do açúcar, apesar de pressionado pela queda dos preços internacionais e atingido pela concorrência externa, manteve um certo peso na economia do Recôncavo até as primeiras décadas do século passado graças à modernização de seu segmento industrial e à expansão do consumo nacional. A introdução do trabalho assalariado e a utilização da máquina a vapor no segmento industrial foram as contrapartidas para a crise que os senhores de engenho lançaram mão naquele momento. Esses dois fatores permitiram a concentração de capital e o aumento de produção em escala, por conseqüência. Os antigos engenhos começaram a ceder lugar aos engenhos-centrais. Esse processo de modernização das unidades produtoras de açúcar continuou nas décadas seguintes com o aparecimento das usinas: cerca de duas dezenas de usinas absorviam a produção de cana-de-açúcar do Recôncavo no início dos anos de 1920 (ALMEIDA, 1977).

Para Szmrecsányi e Moreira (1991), a Segunda Guerra Mundial criou para o complexo do açúcar uma situação diferente do que havia acontecido na Primeira Guerra, já que esta última não provocou um aumento nas exportações de açúcar, fato observado na Primeira. Contudo, a guerra de 1939-45 deu origem a algumas dificuldades que, embora não tivessem sido completamente inesperadas, deixaram de ser previstas com a precisão que teria sido necessária para se poder evitá-las de uma forma mais satisfatória.

Uma dessas dificuldades eram os riscos do transporte marítimo em decorrência da guerra submarina. Tais riscos, que tinham sido muito menos intensos durante a I Guerra Mundial, foram um dos principais fatores subjacentes ao declínio das exportações de açúcar naqueles anos. O volume das mesmas diminuiu de um total de 226,5 mil toneladas métricas (TM) entre 1935 e 1939, nos últimos anos da depressão antes da guerra, para 218,2 mil TM no quinquênio seguinte. Uma boa parte dessas últimas exportações foi destinada aos países vizinhos da América do Sul e, a rigor, a única vantagem derivada das condições de guerra residiu na alta dos preços do produto. Graças a ela, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que fora criado em 1933, pôde parar de ter prejuízo com as exportações de açúcar, um monopólio que ele manteria praticamente até o final de sua longa existência. (SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 1991, p.58).

Ainda de acordo com os autores, as dificuldades no transporte marítimo afetaram não apenas o volume das exportações do Brasil, e o das suas importações, mas, também, o volume dos seus produtos transportados por cabotagem. A navegação costeira tinha naquela época uma importância muito maior do que tem hoje, devido às deficiências da rede de transportes internos então existentes. Uma boa parte do comércio interno de mercadorias entre o norte e o sul do país ainda era feita por cabotagem, e um dos produtos mais afetados pela guerra ultramarina foi precisamente o açúcar, cujo abastecimento interno dependia fundamentalmente da produção nordestina, enquanto que os seus principais centros consumidores se achavam localizados no Centro-Sul.

Nesse ínterim, os empresários paulistas aproveitaram-se da queda do café e investiram pesadamente nas usinas de açúcar e diversificaram seus negócios, deslocando o grosso da produção do Nordeste para o Sudeste do país. Assim, o mercado para o açúcar baiano ficou ainda mais restrito.

Em relação ao complexo fumageiro, as lavouras de fumo ocuparam muitos agricultores e operários manuais. Essas atividades foram fundamentais para a economia do Recôncavo no que diz respeito à geração de emprego e renda, principalmente em momentos de crise da lavoura de cana. Com as rendas geradas por esse tipo de atividade, o crescimento da fumicultura no Recôncavo poderia ter possibilitado ao complexo fumageiro a transformação em uma moderna agroindústria de fumo voltada para o mercado interno, é o que defendia Almeida (1977). Contudo, esse salto modernizador na direção de uma atividade que agregasse valor ao produto nunca se concretizou por quatro razões:

1ª) a especialização da fumicultura baiana em tabaco escuro, destinado a charutos fortes, no momento em que a indústria mundial se deslocava para os fumos claros, matéria-prima para cigarros; 2ª) a concentração do crescimento urbano no Rio de Janeiro e em São

Paulo, dificultando o acesso das empresas instaladas na Bahia aos principais mercados nacionais para artigos de fumo; 3ª) a vitória do truste anglo-americano do fumo (*British American Tobacco*), produtor de cigarros, na luta pelo mercado brasileiro, entre os primeiros anos do século XX e a década de 1930, truste que optou por desenvolver a fumicultura no sul do país, a partir da compra da Souza Cruz; e, 4ª) as derrotas alemãs nos dois conflitos mundiais, que reduziram a importância da colônia germânica em Salvador e a forte presença das empresas alemãs e de suas redes de relações internacionais na economia baiana. (ALMEIDA, 1977, p.16).

Em função disso, a fumicultura baiana seguiu os passos da lavoura de cana e permaneceu estagnada em boa parte do século XX, pois não conseguiu acessar as redes internacionais. Além disso, a demanda por charutos estava em pleno declínio em função do aumento de demanda por cigarros que eram mais baratos e, por isso mesmo, mais acessível às populações de baixa renda.

No final da década de 1950, deu-se um importante debate acerca dos avanços e retrocessos da economia baiana. A questão que permeava o debate foi: Por que a Bahia não se desenvolveu como os principais estados do Sudeste do Brasil? Segundo Spinola (2003), preocupado com a situação econômica da Bahia, o Governador Otávio Mangabeira cunhou a expressão “enigma baiano”.

Pinto de Aguiar publicou em 1958 as “Notas sobre o Enigma Baiano” tentando responder à questão de por que a Bahia não se industrializar. Para ele, o desenvolvimento econômico é uma questão complexa. Não depende apenas de recursos naturais ou humanos, mas depende também de comportamentos, de políticas e de condições institucionalizadas. A análise de Pinto de Aguiar (1958) pretende envolver uma análise dinâmica da vida econômica do Estado e sintetiza com a seguinte afirmação:

Se conseguíssemos eliminar todas as causas de contensão que vêm do nosso passado entre as quais são marcantes a subcapitalização, o retardamento técnico, teríamos de vencer agora, sobretudo como causas principais: 1. O problema de instabilidade da nossa economia, que, preponderantemente primária e evidentemente reflexa, depende, endogenamente, da sazonalidade das safras e, exogenamente, das flutuações dos mercados exteriores e dos preços nestes vigentes; 2. O desgaste do nosso intercâmbio comercial interno, co a política cambial vigente no país, agravando a tendência estrutural da deterioração da relação de preços dos produtos que enviamos para os outros estados e das mercadorias que deles recebemos; 3. A escassa capacidade de poupança, decorrente destas causas, e o reduzido estímulo aos investimentos. Em virtude de tais variáveis. (PINTO DE AGUIAR, 1958, p.9-10).

Ele ainda arremata afirmando que recursos naturais e energéticos, mas não dinamizados, mão-de-obra abundante, mas não especializada, portos bons, mas não aparelhados, não são suficientes para desenvolver uma região.

Outro autor importante acerca do debate do “enigma baiano” foi Clemente Mariani em palestra proferida em 1958 com o título de “Análise do problema econômico baiano”. Para ele, a causa da relativa decadência econômica da Bahia reside na perda gradativa do açúcar na estrutura do comércio exterior. Além disso, o processo de decadência se aceleraria com a transformação do regime de trabalho, de escravo em livre, ou pseudolivre (nas palavras do autor), sem nenhum programa da parte do Governo para facilitar a transição como foi feito na região sul do país.

Abstraíam-se os aspectos morais e humanos do problema e imagine-se uma economia baseada sobretudo na produção de 500 engenhos de açúcar e a destes no trabalho escravo, solapada nas suas raízes pela dispersão e indisciplina dos trabalhadores e a perda do capital que eles representavam, no momento em que o produto já se encontrava em crise. (MARIANI, 1977, p.100).

Por outro lado, como destaca Mariani (1977), a riqueza gerada pelo açúcar nos anos áureos não foi direcionada adequadamente como foi feito pelo café em São Paulo.

A riqueza acumulada era, por outro lado, de tal ordem, que, ao se fundar, em 1858, o Banco da Bahia, organização estritamente privada, o seu capital-ouro foi de quatro mil contos de réis, ao câmbio de 32 d. (cerca de 350 milhões de cruzeiros ao câmbio de hoje), enquanto, na mesma época, o Banco da Província do Rio Grande do Sul reunia apenas um capital de mil contos de réis. Infelizmente, por uma malícia dos deuses, como diria Eça de Queiroz, essas elevadas poupanças não encontravam campo de aplicação proveitosa dentro da rudimentar economia da Província. Além da queda progressiva dos preços, a zona apropriada à produção do açúcar já fôra por assim dizer ultrapassada nos seus limites naturais, decaindo rapidamente os engenhos fundados fora do massapê do Recôncavo, uma vez esgotado o humus vegetal das terras virgens. A pecuária, havendo coberto os campos de Sergipe, os cerrados e caatingas, esbarrava, como a já fixada lavoura do café e a incipiente do cacau, na impenetrabilidade, em face dos recursos da época, sobretudo de braços, da floresta tropical e as idéias de industrialização somente se tornariam atuais quando a poupança acumulada se houvesse dissipado no serviço faustoso da nobreza e dos senhores de engenho, nos sacrifícios pelo Império, ou nas crises econômicas que se amiudavam, como herança da desordem financeira legada à jovem nação pela Coroa portuguesa. (MARIANI, 1977, p.101).

Já Rômulo Almeida (1977), destaca os fatores relacionados com a infraestrutura do estado como transportes e energia como um dos principais motivos pelos quais a participação da

indústria baiana ter decaído no período de 1920 a 1940. Além disso, ele critica a falta de comprometimento de alguns empresários locais no desenvolvimento industrial, conforme pode ser observado abaixo:

A indústria bahiana também se aproveitou da 1ª. guerra mundial, mas numa escala menor, pelo estado de desânimo em que estava anteriormente. A porcentagem da Bahia no total da indústria nacional, apurada no Censo de 1920, em capital aplicado (3,5%), força motriz (4,0%), operários (5,7%) e produção (2,8%) caiu no Censo de 1940 para respectivamente 1,9%; 2,3%; 3%; e 1,3%. O desenvolvimento da indústria no Sul não encontrava paralelo na Bahia. As razões principais parece-nos terem sido: ritmo fraco de capitalização, a decadência política da Bahia na República, efeito e novamente causa, as dificuldades de transportes, e a carência de energia, que, para vencê-las, não encontravam recursos na economia colonial bahiana, as quais terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração. Todas estas causas estão intimamente relacionadas entre si e ainda com outro fator, que é frequentemente personalizado nas figuras de Pedroso de Albuquerque e Pereira Marinho, e de outros ricos comerciantes, salvo talvez Aristides Novis, antes e depois deles: os quais, sendo os financiadores, e acumulando capital em sólidos estoques e em seguras operações, acostumados aos azares dos negócios na Bahia, eram os arrematantes de lavradores e industriais nas crises intermitentes, os grandes compradores por “10 réis de mel cuado”, nos frequentes momentos de abertura. Eles recebiam terras, os engenhos e as ações das fábricas. O interesse deles nos empreendimentos de produção era secundário, quando não fosse nulo. (ALMEIDA, 1977, p.96).

Já Spinola (2003), critica o “enigma baiano” chamando-o de falácia. Este autor aponta como principal causa pela decadência da economia baiana na primeira metade do século XX a pobreza da população originada por um longo processo escravagista. A pobreza da população impediu que a Bahia constituísse um mercado interno vigoroso com alto poder de compra que pudesse modificar um processo vicioso em virtuoso (SPINOLA, 2003).

Aliado a isso, ainda segundo o autor, a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado na Bahia não foi acompanhada por uma série de reformas estruturais importantes como as sociais e políticas dentre as quais a reforma do ensino. Sem um sistema educacional forte, a Bahia não produziu massa crítica tão importante para dar o salto da modernidade em direção à industrialização no período subsequente, objeto da seção a seguir.

### 5.3 A ECONOMIA DO RECÔNCAVO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX E A INDUSTRIALIZAÇÃO LIDERADA PELO ESTADO

A segunda metade do século XX marcou o processo de transição da economia baiana, que era essencialmente uma economia primário-exportadora, para uma economia industrializada e concentrada, especialmente em *commodities* intermediárias. Dois fatos econômicos são fundamentais para entender a economia baiana nesse período. O primeiro foi a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), primeira refinaria de petróleo do sistema Petrobrás, no coração do Recôncavo, e, o segundo é o que podemos chamar de processo de planejamento econômico estadual que culminou com o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), pioneiro no Brasil. Ambas as iniciativas foram lideradas pelo Estado.

Esses fatos econômicos descritos acima tinham como perspectiva a reversão do processo de estagnação econômica porque passava a Bahia e, por consequência, promover o crescimento econômico do estado a partir da geração de emprego e renda do setor industrial. O objetivo da presente seção não é fazer um debate aprofundado acerca desses dois fenômenos em todos os seus aspectos, mas utilizá-los como espectros para as discussões concernentes aos seus impactos sobre o trabalho no Recôncavo que serão conduzidas no capítulo posterior.

Para Teixeira e Guerra (2001) e Cavalcante (2008), a implantação da RLAM em 1950 é o marco inicial do processo de industrialização da Bahia. A RLAM trouxe vários impactos sobre a estrutura do Recôncavo quer seja infraestrutura urbana, social e econômica. Thales de Azevedo em um trabalho intitulado “Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia” de 1959 elenca alguns impactos da atividade da Petrobrás, a exemplo o investimento do estado sob a forma de estradas, pontes, edifícios, tanques, embarcações e outras. Além desses aspectos, as compras efetuadas da Petrobrás são feitas em Salvador e, também, nas cidades do interior. Ainda segundo Azevedo (1998), outros impactos causados pela exploração do petróleo pela Petrobrás são:

- 1) A ocupação de áreas relativamente amplas, anteriormente exploradas pela agricultura, pela indústria açucareira e pela pecuária;
- 2) A introdução, nessas áreas, de grandes massas de operários, em grande parte de nível educacional e tecnológico elevado, uns recrutados e treinados localmente, outros trazidos de fora; a concentração desses trabalhadores em “acampamentos” isolados, à distância de pouco quilômetros ou contíguos a antigos núcleos urbanos de administração, comércio, comunicações e vida associativa; à exceção de numeros limitados de empregados que têm consigo suas famílias, praticamente a totalidade ou a esmagadora maioria de



trabalhadores de todas as categorias são homens solteiros ou afastados dos seus;

- 3) O derrame de vultosas quantias em: a) compras de material de construção, alimentos, medicamentos e outras mercadorias; b) salários pagos aos seus empregados; c) em aluguel de casas para parte de seus empregados de várias categorias e obras nesses imóveis; d) em trabalhos de construção, estradas, etc. nos acampamentos e nos campos petrolíferos;
- 4) A abertura e, em alguns casos, o asfaltamento de estradas ligando seus locais de trabalho entre si e às cidades, vilas e outros aglomerados da zona e estabelecendo comunicação fácil com a capital do Estado e outras regiões do mesmo. (AZEVEDO, 1998, p.194).

Pedrao (1998), destaca que o advento da Petrobrás no Recôncavo marca um processo de modernização das estruturas da sociedade escravistas que ainda predominavam na região. A Petrobrás fará um corte profundo nos processos de estruturação social e econômica. Ainda segundo Pedrao (1998), a presença da Petrobrás pôs em marcha um processo de valorização de terras, determinado pela perfuração e lavra do petróleo. Essas compras permitiram que os proprietários auferissem liquidez e pudessem reciclar seu patrimônio como base para a formação de capital. Sem tais compras, esses proprietários estariam definitivamente fora dos circuitos de produção no Recôncavo.

Ainda segundo Pedrao (1998), destacam-se quatro tipos de efeitos acerca da presença da indústria do petróleo no Recôncavo, saber:

- a) Variações de valor nos ativos e na mercantilização das terras. A exploração de petróleo entrou numa região onde terras se desvalorizavam por falta de empreendimentos capazes de mobilizar tecnologias adequadas para gerar lucro nas condições prevalentes de mercado;
- b) Criação de um novo mercado de trabalho qualificado, superando as condições de qualificação artesanal do ambiente de trabalho tradicional (COSTA PINTO, 1958). A noção de qualificação mudou, tornando-se parte de uma visão de especialização funcional às novas necessidades do capital. A versatilidade do trabalhador, que continua sendo necessária para a pequena produção agrícola e para os serviços urbanos em cidades do interior perdeu sentido na nova urbanização do grande capital;
- c) Abertura de um novo espaço de mercado ligado ao tratamento dos impactos ambientais dos investimentos novos. O crescimento da produção tem estado acompanhado de novos impactos negativos no ambiente físico, que por sua vez atingem o ambiente social, tal como acontece com os problemas de poluição dos manguezais, de poluição aquática causada pela carcinocultura, com efeitos finais negativos nas atividades da produção artesanal de crustáceos;

- d) Um novo desenho de relações entre as esferas do poder público, tornaram-se imperativas novas formas de cooperação entre os poderes estadual e municipais. (PEDRÃO, 1998, p.55-56).

Para Teixeira e Guerra (2001), o impacto da RLAM pode ser analisado sob duas formas. Em primeiro lugar, o valor da produção da indústria química já atingia 30,2% do total da indústria de transformação em 1960, sendo que a refinaria era responsável por quase 50% deste total. Já em 1959 empregava, diretamente, 1.868 pessoas. Em segundo lugar, algumas empresas químicas se instalaram no entorno de Madre de Deus, para aproveitar suas matérias primas, a exemplo da Companhia de Carbonos Coloidais, Companhia Brasileira de Lubrificantes e a Fábrica de Vaselina da Bahia (TEIXEIRA; GUERRA, 2001).

Ainda segundo os autores, no final da década de 1950, a Bahia havia iniciado o seu processo de industrialização, mesmo que timidamente, a partir de um impulso exógeno: os investimentos da Petrobrás em extração e refino de petróleo. As mudanças sociais também começam a se fazer sentir. Expandem-se a classe operária e a classe média urbana, essa última ocupada nas próprias fábricas e nas atividades de apoio do setor terciário. Devido aos relativamente altos salários pagos pela Petrobrás, os “petroleiros” passam a se constituir numa espécie de elite de trabalhadores, com acesso a bens de consumo até então só acessíveis às classes mais favorecidas (AZEVEDO, 1998; TEIXEIRA; GUERRA 2001).

Em relação ao planejamento estadual, de acordo com Spinola (2003), este começou a ser gestado a partir da constituição de uma massa crítica surgida no estado pelas mãos de pensadores importantes como Milton Santos, Clemente Mariani, Pinto de Aguiar, Costa Pinto e, sobretudo, Rômulo de Almeida. Ainda Segundo Spinola (2003), nesse período foi montado uma espécie de sistema estadual de planejamento. Em 1955 foram criados dois importantes órgãos na composição desse sistema que foi o Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia (CONDEB) e a Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Cabia à CPE a realização de estudos e diagnósticos acerca da economia baiana, além de conceber programas e projetos que pudessem institucionalizar o planejamento estadual.

Dentro desse contexto, a CPE concluiu em 1959 o Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB), primeiro documento de planejamento do Brasil antecipando-se ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) elaborado por Celso Furtado também em 1959 que depois se transformaria na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Apesar de serem contemporâneos, O PLANDEB e o GTDN partiam de estratégias diferentes para o desenvolvimento da região Nordeste. Enquanto que o GTDN propunha repetir no Nordeste a experiência do Sudeste no que tange ao processo de substituição de importações visando atendimento ao mercado final, o PLANDEB partiu para uma estratégia baseada na integração do Nordeste com o Sudeste na produção de produtos intermediários, conforme observado por Spinola (2003):

A adoção dessa estratégia de “desconcentração concentrada” fez com que a Bahia se transformasse ao longo do tempo numa grande produtora de intermediários, sem conseguir desenvolver, como imaginado pelo PLANDEB, um parque de transformação de produtos finais que promovesse um efeito *linkage* e internalizasse convenientemente a industrialização em seu território. De exportador de *commodities* agrícolas, a Bahia passou à condição de exportadora de *commodities* industriais. (SPINOLA, 2003, p.109).

Inserido no PLANDEB encontrava-se o Programa Geral de Industrialização que tinha como objetivo alterar a estrutura básica da economia da Bahia através de um processo intensivo de industrialização. A criação do parque industrial estadual ensejava contribuir para a redução do desemprego ao absorver parcelas de mão-de-obra, aumentar o consumo de matérias-primas, modificar a estrutura do comércio com a substituição de importação de artigos de consumo, além de criar condições de importação de bens de produção (SPINOLA, 2003).

Ainda segundo Spinola (2003) para alcançar esse objetivos, o PLANDEB tinha a seguinte estratégia:

- a) Promover a articulação de um processo de industrialização, a partir da formação de um polo de crescimento constituído de indústrias interdependentes, segundo o modelo clássico de um complexo de siderurgia, metalurgia e indústrias elétricas, complementando com uma indústria de mineração e de petróleo de uma infraestrutura especializada;
- b) A formação de um setor agroindustrial moderno. Mediante a elaboração de projetos técnica e economicamente viáveis, e a promoção do desenvolvimento do interior sustentado na modernização da agricultura e da pecuária;
- c) Apoio as empresas existente, mediante modernização e capitalização daquelas que possuíssem capacidade de competir no mercado nacional;
- d) Formação de quadros especializados para os segmentos modernizantes da economia regional. (SPINOLA, 2003, p.111).

Como fundamento teórico, a racionalidade que guiava esse modelo estava na ideia de polos de crescimento de Perroux, ou seja, um conjunto de indústrias que atuam com interdependência em que os efeitos dinâmicos advindos das economias de aglomeração pudessem se espalhar para o restante das empresas e demais regiões em um círculo virtuoso de crescimento regional. Nesse contexto, são criados na Região Metropolitana de Salvador (RMS), o Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1966 e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) em 1976.

A implantação do CIA se deu em um contexto marcado por incentivos fiscais concedidos através do mecanismo 34/18 da SUDENE e, também, por créditos fiscais relativos ao então Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) concedidos pelo governo da Bahia. A implantação do CIA contou com outros incentivos estaduais por meio da criação de infraestrutura destinada a instalações industriais, incluindo o acesso ao Porto de Aratu, anéis rodoviários para acesso aos canais de escoamento, ferrovia e insumos industriais como água e energia (CAVALCANTE, 2008).

A quantidade de projetos atraídos para o CIA em 1969 eram de 100 projetos aprovados pela SUDENE, dos quais 37 em funcionamento, 43 em análise e 33 com carta de opção para virem a se instalar. Todos esses investimentos criariam um total de mais de 30 mil empregos diretos. “Ao contrário do que recomendava o GTDN, porém, 85% por cento dos investimentos destinavam-se ao setor de bens intermediários, revelando, desde então, a vocação industrial do estado” (TEIXEIRA; GUERRA, 2001, p.5). Nesse período foram implantadas importantes indústrias siderúrgicas como a Usiba, a Sibra e a Ferbasa.

Além do CIA em Simões Filho, outros centros industriais foram implantados no interior do estado da Bahia, a exemplo de Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro, Vitória da Conquista e Jequié dentro da mesma lógica de promover a industrialização através de polos de crescimento.

A consolidação do processo de industrialização da economia baiana se deu a partir de década de 1970. A Bahia se inseriu na matriz industrial brasileira através da chamada "especialização regional" com o COPEC. Segundo Cavalcante (2008, p.87), o “COPEC configurou uma espécie de paradigma do modelo de industrialização baseado no tripé constituído pela empresa estatal, pela empresa estrangeira e pela empresa nacional”. Assim, a Bahia transformou-se em um fornecedor de produtos intermediários para os setores de bens finais instalados no eixo Sul/Sudeste do país. De acordo com Teixeira e Guerra (2001), nesta fase a

industrialização foi direcionada para os setores químico, especialmente a petroquímica, e metalúrgico devido a três fatores principais:

- a) A Bahia era o maior produtor de petróleo do país à época e como já tinha uma refinaria (RLAM) tinha uma base técnica para a implantação do 2º pólo petroquímico brasileiro na Bahia;
- b) Nos primeiros anos da década de 1970, havia uma carência na produção nacional de alguns insumos básicos usados pela indústria de transformação do Centro-Sul; e
- c) O Governo Federal tinha entre seus objetivos a diminuição dos desequilíbrios regionais.

A participação de produtos petroquímicos produzidos na Bahia no mercado internacional passou de 1,6% em 1978 para 24,6% em 1994, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos (SEI) citados por Teixeira e Guerra (2001). Ainda segundo dos autores, esse aumento das exportações não foi motivada apenas por questões fiscais, mas, também, pelo sucesso dos programas de rompimento dos gargalos na capacidade produtiva, além de redução de custos, o que resultaram em aumento de competitividade do setor.

Já o setor metalúrgico, apesar de não apresentar o mesmo desempenho alcançado pela indústria petroquímica, alcançou um crescimento médio nos anos 1980 de 12,3% a.a., determinado pela entrada em operação da metalurgia do cobre em 1982. O Valor Adicionado Bruto (VAB) que é o valor adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) do setor passou de 5,8% em 1982 para 8,6% em 1983, sendo que a implantação da empresa inseria-se no contexto do programa brasileiro de substituição de importações. Em 1986, a metalurgia baiana sofre novo impacto positivo porque a Caraíba Metais alterou a estrutura de sua planta visando ampliar a produção e a concluiu em 1987, ano no qual a empresa tornou-se responsável por 96% da produção nacional deste metal, abastecendo 55% do mercado interno (TEIXEIRA; GUERRA, 2001). Contudo, com a recessão dos anos 1980 e 1990 e a redução dos investimentos da Petrobrás nesse período, o setor mecânico que empregava 20 mil pessoas em 1980, reduz esse número para em torno de 8 mil em 1995.

Em síntese, as tentativas e os esforços da administração estadual ao longo dos último 50 anos em tornar a Bahia um estado industrial e reduzir, por consequência, as desigualdades regionais não lograram êxito devido aos seguintes aspectos:

- a) O processo de industrialização foi altamente concentrado na Região Metropolitana de Salvador que recebeu a maioria dos investimentos. Atualmente, 2/3 do PIB estadual concentra-se na RMS. Esse fator contribuiu negativamente para que o efeito polarização não acontecesse. Sem o efeito polarização, o processo de inovação foi prejudicado assim como a complementaridade advinda através da incorporação de outros polos de crescimento presente da Teoria dos Polos de Crescimento de Perroux;
- b) Devido a esse processo de concentração econômica, regiões como o Território do Recôncavo foram excluídos do processo de industrialização mesmo tendo em seu território Rlam. A mão-de-obra utilizada na refinaria assim como as compras da estatal vinham de fora do território, o que não permitiu um efeito multiplicador de renda e de emprego na região;
- c) O processo de industrialização não gerou capacidade empresarial, conforme foi apontado por Teixeira e Guerra (2001). Assim, as deficiências competitivas ficaram mais evidentes durante as crises das décadas de 1980 e 1990. No auge do processo de industrialização, os empresários locais não internalizaram os seus processos produtivos, assim como não investiram em aprendizado e inovação e, dessa forma, não puderam dar um salto qualitativo e agregar valor aos seus produtos locais;
- d) Conforme apontado por Spinola (2003), a falta de uma política de acesso ao sistema educacional no estado da Bahia relegou ao negro baiano um papel secundário no processo de industrialização, pois não permitiu ascensão deste ao ofertar as atividades mais básicas dentro da estrutura fabril, aliado a remunerações baixas. As baixas remunerações, também, não permitiram o estabelecimento de um mercado consumidor local que gerasse efeitos multiplicadores importantes.

Todos esse fatores citados ao longo da história do Recôncavo vão ter rebatimento sobre a sua economia e sua estrutura social nos anos recentes e serão discutidos no próximo capítulo.

## **6 O TRABALHO NO RECÔNCAVO: NATUREZA E CARACTERÍSTICAS DE UMA SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO**

Nos capítulos anteriores foram apresentados e discutidos os aspectos relativos à formação social e econômica do Recôncavo, assim como a trajetória do trabalho com sua característica e essência desde as grandes lavouras (cana, fumo e mandioca) até o período da industrialização. O presente capítulo representa a parte empírica da investigação e tem como objetivo discutir as características e natureza do trabalho no Recôncavo tendo como recorte temporal os anos 2000.

Todavia, antes de se iniciarem as discussões acerca da pesquisa empírica, será necessário discutir como se comportou o mercado de trabalho brasileiro desde sua formação até os dias atuais. Essa contextualização será importante para embasar muitas das questões que serão feitas sobre o mercado de trabalho contemporâneo no Recôncavo. Contudo, essa análise não terá a pretensão de exaurir todas as discussões prementes no mercado de trabalho brasileiro ou mesmo local visto que não é objeto da presente investigação *per se*.

### **6.1 O PERÍODO 1930-1980: UM BREVE RELATO SOBRE AS MUDANÇAS NA ECONOMIA BRASILEIRA E O PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO**

Até a década de 1930, o país estava com a sua atenção voltada para o setor agro-exportador com o seu principal produto de exportação que era o café. Porém, a Grande Depressão de 1929 colocou em xeque o complexo cafeeiro e o país foi forçado a integrar tanto as atividades econômicas como o mercado de trabalho através da indução do desenvolvimento do mercado interno. Esse desenvolvimento do mercado interno se deu, principalmente, com o processo de substituição de importações, que vai durar até a década de 1980, com a participação ativa do estado brasileiro.

De acordo com Dedecca (2005), as restrições para as importações permitiu uma maior integração nacional ao romper com o isolamento dos mercados regionais, permitindo o início da mobilização dos trabalhadores nordestinos para o processo de industrialização concentrado na Região Sudeste, em especial no estado de São Paulo. A manutenção da propriedade privada fundiária, estabelecida nos anos 1850, permitiu que a mobilização decorresse de uma migração rural-urbana intensa. Essa migração acabou por ter como destino a região Sudeste,

que, na década de 1930, já havia montado seu mercado de trabalho livre e não possuía capacidade de absorver adequadamente essa disponibilidade de mão-de-obra.

Entre 1940 e 1942, foi estabelecida uma ampla regulação do mercado e das relações de trabalho. Com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1942, foram instituídos o salário mínimo e toda uma legislação de regulação das relações de trabalho para o mercado de trabalho não agrícola, tendo essa última promovido uma organização sindical consentida pelo Estado no Governo Vargas. Ainda de acordo com Dedecca (2005), ao tutelar os sindicatos, Getúlio Vargas transformou a negociação coletiva em um instrumento burocrático, reconhecendo o direito privado das empresas na gestão das relações de trabalho e ao mesmo tempo que articulou uma extensa regulação do mercado e das relações de trabalho no sentido de coibir os mecanismos que pudessem transformá-la em realidade para os trabalhadores brasileiros.

Todavia, se por um lado, a regulação pública para o ordenamento do mercado de trabalho industrial em expansão, ao garantir a subordinação e a disciplina da força de trabalho necessárias ao processo de acumulação que se consolidava desde o início dos anos 1930, ela, por outro, não efetivou a base de direitos nesse mercado. O peso limitado dos trabalhadores urbanos organizados naquele mercado de trabalho favoreceu a ação repressiva e de manipulação política da Era Vargas, em pleno Estado Novo, garantindo que a posição contraditória do modelo de regulação não se constituísse em entrave ao seu projeto político.

O processo de industrialização, sob a égide do modelo político centrado na regulação, ocorreu com a reprodução de um mercado de trabalho com baixa efetividade da proteção social. Ao final do período de industrialização (1930-1980), aproximadamente metade da população ocupada não tinha acesso ao sistema de proteção social constituído na década de 1940. Em grande medida, essa situação foi viabilizada pela recorrência de governos autoritários que combateram violentamente a ação sindical e as tentativas de efetivação de uma regulação social mais ampla para o mercado e as relações de trabalho no Brasil, especificamente o Estado Novo getulista e a Ditadura Militar no período 1964 a 1985 (DEDECCA, 2005).

Em síntese, ainda segundo Dedecca (2005), as questões relativas ao baixo grau de proteção social e a presença extensa de contrato informais de trabalho vão dominar as discussões sobre o mercado brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, como se segue:

A questão debatida não era a do desemprego, mas aquela do problema de emprego expresso na recorrente informalidade que acompanhou a trajetória de crescimento de longo prazo do país entre 1930 e 1980. Esse debate



também constituiu os elementos para a discussão da péssima distribuição de renda associada àquele processo de desenvolvimento. (DEDECCA, 2005, p.101).

## 6.2 A CRISE DOS ANOS 1980 E OS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO 1980-2000

A década de 1980 representou um período de grandes turbulências na economia brasileira sendo, inclusive, conhecida como “década perdida” dentro da literatura econômica nacional. Todavia, em verdade, a crise da economia brasileira na década de 1980 teve vários fatores externos e começou na década de 1970, com o primeiro choque do petróleo em 1973, elevando o barril de petróleo de US\$3,00 para US\$12,00, além do segundo choque do petróleo em 1979 (aumento do preço do barril para US\$36,00) e a elevação da taxa de juros americana em 1979. Como toda a economia mundial era baseada na energia gerada pelo petróleo, os dois choques irromperam um período de crise em escala mundial; no Brasil não foi diferente. Conforme destacado por Almeida (2009), o movimento de elevação das taxas de juros do mercado americano também afetou a economia mundial causando a volatilidade das taxas de juros dos mercados domésticos em uma espécie de efeito dominó. Além disso, países em desenvolvimento como o Brasil, bancaram seus processos de desenvolvimento na década de 1970 via endividamento externo ao aproveitar-se de juros baixos no mercado internacional. Com a elevação da taxa de juros provocada pelo governo americano, uma grave crise financeira se abateu sobre esses países que tiveram de fazer ajustes fiscais e monetários muito grandes. Com isso, a inflação tornou-se o centro das atenções durante toda a década.

Em análise parecida com a desenvolvida por Almeida (2009), Cardoso Jr. (2001) também percebe que a crise brasileira é resquício da década de 1970. Para este último, a crise da economia brasileira tem raízes históricas fincadas na segunda metade da década de 1970. “Sob o ponto de vista interpretativo, a crise é fruto do desmonte do projeto nacional-desenvolvimentista fundado, grosso modo, nos anos 30, aprofundado na década de 1950 e rompido nos anos 80.” (CARDOSO JR., 2001, p. 31).

Em relação ao emprego, a crise dos anos 1980 provocou uma queda aproximada de 25% no PIB industrial acompanhada por uma redução semelhante do nível de emprego industrial. Segundo Dedecca (2005), o desemprego em massa na indústria de transformação foi uma novidade para o país. Nos anos de 1981 e 1982, o desemprego transformou-se em uma nova realidade ao atingir mais de 20% da População Economicamente Ativa da Grande São Paulo.

Mas, o desemprego não foi observado de forma homogênea no território nacional. Sua ocorrência ficou, em grande medida, restrita às zonas urbanas com maior densidade industrial, que possuíam, inclusive, um mercado de trabalho com maior presença da regulação social existente.

Já Pochmann (1999), ao analisar o mercado de trabalho brasileiro nos últimos 60 anos, argumenta que existem dois movimentos distintos em sua evolução. O primeiro, refere-se ao período situado entre as décadas de 1930 e 1980, no qual houve um movimento geral de estruturação (incompleta) do mercado de trabalho. E o segundo, a partir de 1980, no qual passou a prevalecer um movimento de desestruturação do mercado de trabalho.

Ainda segundo Pochmann (1999), entre as décadas de 1930 e 1970, o mercado de trabalho apresentou fortes sinais de sua estruturação em torno do emprego assalariado, bem como dos segmentos organizados da ocupação. Nesse período percebeu-se o aumento do emprego industrial, assim como as taxas elevadas de expansão dos empregos assalariados com registro formal em segmentos organizados e a redução na participação relativa do desemprego, das ocupações sem registro, sem remuneração e por conta-própria, possibilitaram a incorporação crescente de parcelas da População Economicamente Ativa.

Em contrapartida, ocorreu a diminuição das ocupações não organizadas, o que permitiu que ganhasse força a perspectiva de acesso de todos os trabalhadores ao conjunto de empregos regulares e regulamentados (sociedade salarial). Além disso, houve também queda no grau de precarização da força de trabalho brasileira (desempregados, conta-própria e sem remuneração), deixando de representar 55,7% da PEA, em 1940, para passar para 34,1%, em 1980. Para uma taxa média anual de expansão da População Economicamente Ativa de 2,6% entre 1940 e 1980, o emprego assalariado com registro aumentou 6,2%. No mesmo período, o emprego assalariado total cresceu a uma taxa média anual de 3,6% e o emprego sem registro a uma taxa de 0,6%, enquanto o desemprego variou 0,5% e as ocupações por conta-própria 1,8% e sem remuneração 0,6%. A comparação entre os anos 1940 e 1980 permitiu, ainda, observar que, de cada dez ocupações geradas, quase oito eram assalariadas, sendo sete com registro e uma sem registro. As ocupações por conta-própria, os sem remuneração e os empregadores representavam apenas 20% do total dos postos de trabalho criados para o mesmo período (POCHMANN, 1999).

Em um contexto de crise aguda e inflação dos anos 1980, os anos posteriores 1990 e 2000 foram de ajustes internos na economia nacional com forte rebatimento sobre o mercado de trabalho. Conforme destacado por Dedecca (2005), ao desprezar os elementos estruturais do problema do emprego, houve adoção de políticas conservadoras para desregulação do mercado de trabalho. Dentro desse contexto, o problema de emprego passou a ser, sistematicamente, vinculado ao funcionamento inadequado do mercado de trabalho, explicado pela regulação excessiva das relações de trabalho imposta pela proteção social.

A política adotada, a partir do início dos anos 1990, permitiu uma forte exposição externa da base produtiva local, implementou um novo receituário de política econômica e buscou enfraquecer o poder de barganha dos segmentos organizados da sociedade, na esperança de reduzir a resistência aos projetos de flexibilização do sistema de proteção social inscrito na Constituição de 1988. A nova política impôs imediatamente uma grave recessão econômica ao país. A produção e o emprego industriais caíram, aproximadamente, 25% com a duplicação do desemprego no espaço de um ano. A ausência de um ciclo de crédito internacional, que garantisse a entrada de capitais com o objetivo de financiar o déficit nas contas externas, impediu a continuidade da política por um prazo mais longo, impondo-lhe um período de compasso de espera a partir de 1991. (DEDECCECA, 2005, p.105).

Cardoso Jr. (2001) vai se referir a esse período da economia brasileira da década de 1990 como desestruturação do mercado de trabalho. Para ele, seguindo da mesma direção da argumentação de Dedecca (2005), este fenômeno surge dentro de um contexto de primazia da política liberalizante ou neoliberal que guiou as ações de todos os governos brasileiros do período.

Em síntese, o amplo processo processo de desestruturação do mercado de trabalho na década de 1990 e os rebatimentos sobre a década de 2000, pode ser caracterizado por seis aspectos sintomáticos e interligados estreitamente, de acordo com Cardoso Jr. (2001), a saber:

- a) crescimento do setor terciário da economia - a terciarização das ocupações, que já fazia parte do cenário econômico nacional desde princípios dos anos 1980, continuou sua trajetória de absorção de mão-de-obra também pela década de 1990, ainda que a uma taxa média de crescimento decrescente. Dessa forma, apesar da terciarização das ocupações no Brasil ter sido um evento econômico marcante ao longo das duas últimas décadas, Cardoso Jr. (2001) chama a atenção de que é preciso apontar para um esgotamento ou arrefecimento desta estratégia de expansão do terciário;

- b) crescimento da informalidade nas relações de trabalho - medida pelo peso crescente dos trabalhadores sem registro, sem remuneração e por conta própria no total da ocupação. Houve um aumento abrupto da informalização das relações de trabalho no Brasil na década de 1990 ficando em torno de 60% do pessoal ocupado. Esse crescimento da informalidade no período foi provocado por movimentos de reestruturação produtiva e organizacional em alguns setores da economia causado pela abertura da economia nacional ao exterior, assim como as políticas econômicas domésticas de orientação recessiva. Todo esse processo gerou um quadro de aprofundamento da heterogeneidade do mercado de trabalho que sinalizou uma situação de deterioração das condições de inserção ocupacional para a maior parte dos trabalhadores no Brasil. Com o país em profunda crise nos períodos 1980 e 1990, a crescente informalidade do mercado de trabalho pode ser analisado, também, pelo viés da perda de dinamismo da economia brasileira que foi incapaz de gerar novos postos de trabalho que pudessem absorver a força de trabalho que estava na informalidade;
- c) aumento não desprezível dos níveis de desocupação e desemprego – assim como já acontecera nos 1980, os anos 1990 vieram igualmente acompanhados nos níveis médios de desocupação e desemprego da PEA, que praticamente dobra ao final da década em relação aos índices dos anos 1980;
- d) precarização ou piora na qualidade dos postos de trabalho - Intimamente ligada à informalização e ao crescimento e diversificação dos tipos de desemprego, nos anos 1990 houve um crescimento da precarização das relações e condições de trabalho, aumentando a assimetria entre capital e trabalho, especialmente para as categorias ocupacionais tidas como informais. Dedecca (2005), mesmo reconhecendo a complexidade conceitual e empírica em definir e mensurar o fenômeno da precarização, é possível constatar, particularmente junto aos assalariados sem carteira, que a ausência de mediação institucional pelo Estado tornam ainda mais frágeis e assimétricas as relações capital trabalho;
- e) estagnação relativa dos rendimentos médios do trabalho, em particular dos trabalhadores assalariados (com e sem carteira) - a década de 1990 foi palco de uma estagnação relativa dos rendimentos médios das principais categorias ocupacionais. Os trabalhadores assalariados tiveram seus rendimentos reais praticamente congelados desde que a abertura comercial acirrou a competição nos mercados domésticos de bens transáveis internacionalmente;

- f) estagnação relativa da situação distributiva, tanto em termos de renda como de distribuição dos rendimentos do trabalho - do ponto de vista da distribuição da renda, ou mais especificamente, da participação dos salários na renda nacional, esta se apresentou estruturalmente reduzida no Brasil, em comparação com países desenvolvidos, por conta de pelo menos dois fatores que agem na mesma direção segundo Cardoso Jr. (2001). Em primeiro lugar, a manutenção de um peso elevado de trabalhadores em mercados de trabalho pouco estruturados que, marcados pela ausência de amplos movimentos sindicais organizados e políticas públicas de transferências de renda e proteção social, reproduzem um distanciamento permanente entre ganhos de produtividade e repasses reais aos salários. Em segundo, como reflexo do tipo de crescimento econômico que é imposto pela dinâmica capitalista no Brasil, o ritmo insuficiente de absorção de força de trabalho ativa nos segmentos mais organizados do mercado de trabalho.

Outra contribuição importante acerca do mercado de trabalho brasileiro é apresentada por Oliveira (2015). Para ele, a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil contribuiu para reproduzir os elevados índices de pobreza e exclusão social, pois os diversos ciclos econômicos se mostraram insuficientes para absorver os excedentes de mão-de-obra. Oliveira (2015), aponta duas características do mercado de trabalho brasileiro. A primeira é a pouca estrutura produtiva. A segunda é a baixa qualificação da mão-de-obra.

Ainda de acordo com Oliveira (2015), o padrão-primário exportador da economia nacional teve como característica a produção de produtos primários para os centros industriais com baixo valor agregado e pouca incorporação de mão-de-obra ao processo, desta forma, contribuiu para a elevação da pobreza e a desigualdade de renda no país. Por outro lado, a baixa qualificação da mão-de-obra nacional limitou os ganhos de produtividade, que por sua vez, são fundamentais para o aumento da renda e da qualidade do emprego.

### 6.3 O TRABALHO NO RECÔNCAVO: NATUREZA, CARACTERÍSTICAS E TRAJETÓRIA RECENTE (2000/2010)

Nas duas seções anteriores, realizou-se um breve panorama sobre o mercado de trabalho brasileiro nas últimas três décadas. Nesta seção e nas demais subseções serão analisados e discutidos os resultados sobre as mudanças do trabalho observadas nos municípios que compõem o Recôncavo.

### 6.3.1 Os indicadores demográficos, econômicos e sociais do Recôncavo

Desde a implantação da indústria de petróleo nos anos 1950, o Recôncavo passou por um acelerado processo de urbanização. Para corroborar essa observação, a Tabela 4 apresenta a população de acordo com a situação (urbana ou rural) para o período 1991 a 2010. Em 1991, o Recôncavo tinha uma população de 498.728 pessoas. Desse total, 299.217 residiam na área urbana, o que representava cerca de 60%, enquanto as outras 199.511 pessoas residiam na área rural. Nos anos 2000, houve um crescimento na população residente na área urbana que passou para 358.951 representando 65%. Em 2010, o número de pessoas na zona urbana ultrapassou a barreira dos 400.000, chegando a 405.106 pessoas representando quase 70%. Esse número está, ainda, abaixo da média de urbanização do Brasil que está em 85%, de acordo com os dados da Brasil (2017).

Tabela 4 - População Urbana e Rural do Recôncavo período 1991 a 2010

Municípios	Total			Urbana			Rural		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Cabaceiras do Paraguaçu	16.420	17.215	17.327	1.846	3.305	4.644	14.574	13.910	12.683
Cachoeira	28.290	30.416	32.026	14.193	15.831	16.387	14.097	14.585	15.639
Castro Alves	26.324	25.588	25.408	13.187	14.647	15.686	13.137	10.941	9.722
Conceição do Almeida	18.670	20.143	17.889	7.010	8.212	7.926	11.660	11.931	9.963
Cruz das Almas	45.206	51.475	58.606	30.908	39.604	49.885	14.298	11.871	8.721
Dom Macedo Costa	3.529	3.462	3.874	853	1.297	1.761	2.676	2.165	2.113
Governador Mangabeira	19.197	19.126	19.818	5.338	6.684	7.417	13.859	12.442	12.401
Maragogipe	39.711	39.840	42.815	20.472	21.043	25.093	19.239	18.797	17.722
Muniz Ferreira	6.211	6.498	7.317	2.524	3.301	3.394	3.687	3.197	3.923
Muritiba	21.300	27.016	28.899	14.709	17.905	18.040	6.591	9.111	10.859
Nazaré	25.410	27.369	27.274	20.491	23.011	22.864	4.919	4.358	4.410
Salinas da Margarida	8.891	10.377	13.456	3.902	4.611	5.960	4.989	5.766	7.496
Santo Amaro	53.270	57.624	57.800	40.894	44.505	44.766	12.376	13.119	13.034
Santo Antônio de Jesus	63.923	76.956	90.985	52.855	66.245	79.299	11.068	10.711	11.686
São Felipe	20.621	21.656	20.305	6.906	8.250	9.820	13.715	13.406	10.485
São Félix	12.182	13.699	14.098	7.420	8.748	9.265	4.762	4.951	4.833
São Francisco do Conde	20.238	26.282	33.183	15.734	21.870	27.391	4.504	4.412	5.792
São Sebastião do Passé	36.825	39.960	42.153	25.806	29.549	33.112	11.019	10.411	9.041
Sapeaçu	14.635	14.781	16.585	6.889	7.524	8.084	7.746	7.257	8.501
Saubara	8.016	10.193	11.201	5.469	10.076	10.948	2.547	117	253
Varzedo	9.859	9.344	9.109	1.811	2.733	3.364	8.048	6.611	5.745

Fonte: IBGE e PNUD (2010).

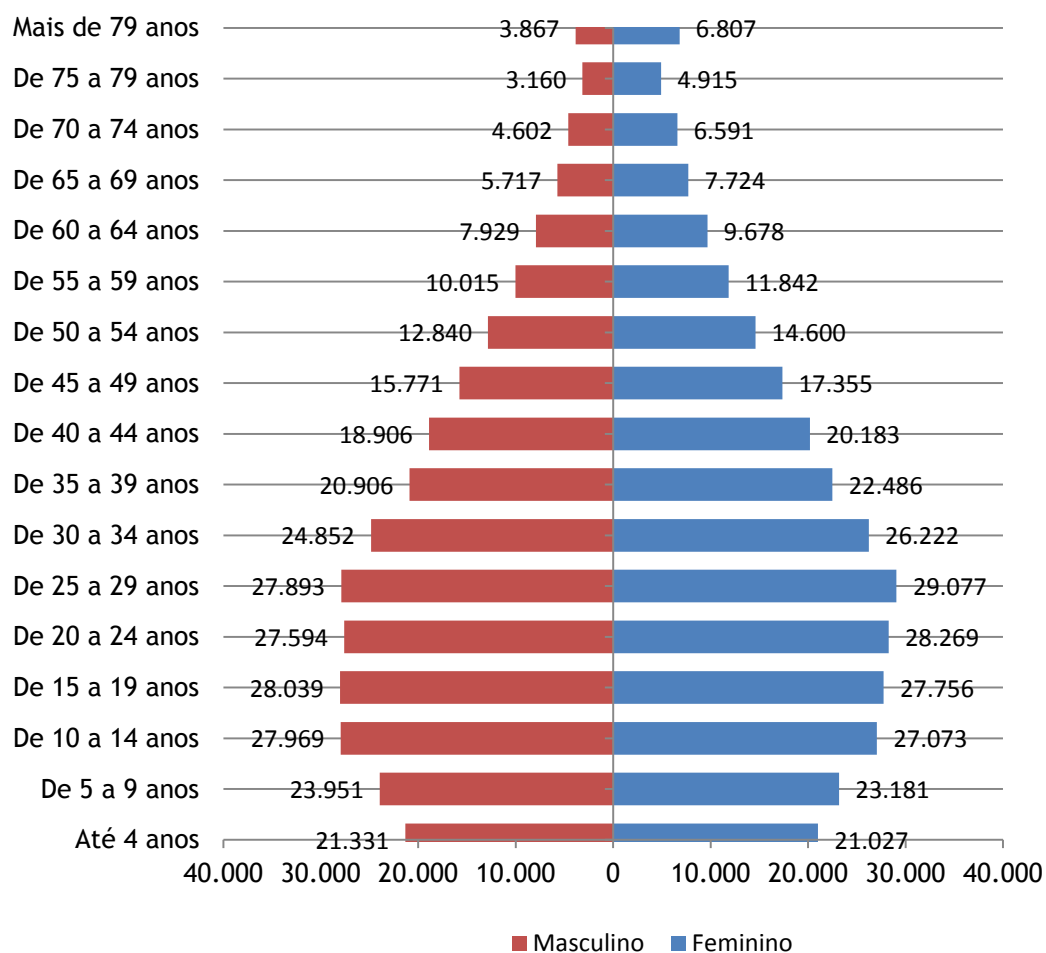
Ainda de acordo com as informações contidas na Tabela 4, alguns municípios merecem destaque com relação ao crescimento populacional: o primeiro é São Francisco do Conde que

teve um crescimento populacional na ordem de 64%, saindo de 20.238 em 1991 para 33.183 pessoas em 2010. Em segundo lugar, Santo Antonio de Jesus destaca-se com um crescimento de cerca de 42% em seu contingente com 63.923 pessoas em 1991 e 90.985 em 2010. Em terceiro, é Muritiba que teve um aumento na população de quase 35%, no período, saindo de 21.300 pessoas em 1991 para 28.899 em 2010. Depois desses três municípios, observa-se um crescimento de quase 30% na população de Cruz das Almas, que saltou de 45.206 em 1991 para 58.606 pessoas em 2010.

Em outro sentido, pode-se observar, também, que alguns municípios concentram a maior parte da sua população nas áreas rurais em relação à área urbana. Dentro desse contexto, destaca-se Cabaceiras do Paraguaçu como o município que possui a maior população rural relativa, com 73% de pessoas na zona rural e 27% na zona urbana. Em segundo lugar, tem-se o município de Governador Mangabeira com 62% de sua população na zona rural. E, em terceiro lugar, está o município de Conceição do Almeida com 55%, dados de 2010.

De acordo com os dados do IBGE para 2010 e apresentados na Figura 15, percebe-se que no Recôncavo o contingente de mulheres é de 305.546 pessoas, enquanto que o número de homens é de 285.342. Outra característica que merece destaque, é que a população do território é bastante jovem. Na faixa etária de 0 a 39 anos, o número de homens é de 202.535 representando 70,98% do total dos homens. Já o número de mulheres, é de 205.851, o que representa um total de 67,37% do contingente total. Somando-se homens e mulheres na faixa etária de 0 a 39 anos, tem-se um total de 407.626 pessoas, o que representa quase 70% de toda a população.

Figura 15 - Pirâmide Etária do Recôncavo em 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

Além dos aspectos demográficos, é preciso analisar os indicadores econômicos e sociais do território. Um dos importantes indicadores para a análise econômica é o Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma das riquezas produzidas por um país, um estado ou um município em determinado período de tempo. Todavia, o PIB sozinho não consegue explicar a dinâmica de uma economia e, assim, é preciso agregar outras medidas para complementar e enriquecer a análise territorial. Uma dessas medidas é o Valor Adicionado Bruto (VAB). O VAB é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades, é a geração de riqueza produzida em cada setor de atividade. Através do VAB, pode-se analisar a geração de riqueza de cada setor em determinado município.



Medeiros Jr. (2013), em um trabalho sobre as regiões fluminenses para o ano de 2000, através do VAB por setor econômico, argumentou que, com essa medida pode-se analisar como se caracteriza a divisão do trabalho interregional e intraregional. Para os cálculos que geraram a Tabela 5, usou-se o conceito de produtividade do trabalho utilizando a razão entre o VAB e o número de ocupados em cada setor de atividade (VAB/ocupados). Assim, o VAB do setor agropecuário, por exemplo, é usado com o número de ocupados no setor agropecuário e, assim, sucessivamente para os demais setores (indústria e serviços). Esse índice permite que se analise a produtividade do trabalho em cada setor; é o produto do trabalho. Esta mesma metodologia foi utilizada por Silva, Menezes Filho e Komatsu (2016) para analisar a evolução da competitividade do Brasil em comparação com outros países.

Tabela 5 - PIB, PIB per capita e produtividade do trabalho para os municípios do Recôncavo para o ano de 2010

Municípios	PIB (em mil reais)	PIB per capita (em reais)	Produtividade do trabalho (agropecuária) em reais	Produtividade do trabalho (indústria) em reais	Produtividade do trabalho (serviços) em reais
Cabaceiras do Paraguaçu	61.946,00	3.576,00	1.790,45	41,68	6.480,13
Cachoeira	247.565,00	7.731,00	4.755,00	116.270,61	9.676,88
Castro Alves	145.480,00	5.726,00	3.503,21	41.017,13	8.107,55
Conceição do Almeida	72.723,00	4.065,00	6.757,40	11.235,80	7.843,67
Cruz das Almas	507.284,00	8.655,00	12.701,18	24.922,69	14.455,50
Dom Macedo Costa	17.237,00	4.450,00	5.499,25	14.890,91	4.228,10
Governador Mangabeira	101.472,00	5.120,00	3.691,79	18.558,44	8.758,39
Maragogipe	197.614,00	4.615,00	3.963,27	23.745,24	6.916,42
Muniz Ferreira	28.994,00	3.962,00	3.028,51	4.353,35	6.315,62
Muritiba	158.542,00	5.486,00	5.529,14	50.966,67	7.167,55
Nazaré	154.392,00	5.660,00	2.816,61	43.233,25	8.374,26
Salinas da Margarida	79.966,00	5.942,00	6.981,76	52.936,93	7.101,26
Santo Amaro	438.784,00	7.591,00	5.080,49	60.045,11	9.271,09
Santo Antônio de Jesus	1.088.686,00	11.965,00	6.866,34	31.724,84	18.124,90
São Felipe	103.574,00	5.100,00	4.561,24	16.801,89	8.729,74
São Félix	95.460,00	6.771,00	10.740,24	24.038,96	9.483,45
São Francisco do Conde	5.323.914,00	160.441,00	4.951,40	2.467.100,35	190.100,24
São Sebastião do Passé	487.337,00	11.561,00	8.600,66	129.133,84	12.659,29
Sapeaçu	104.587,00	6.306,00	11.375,62	21.538,21	7.913,15
Saubara	71.138,00	6.351,00	5.486,47	50.838,02	10.771,07
Varzedo	45.057,00	4.946,00	3.576,30	45.967,53	7.679,69

Fonte: SEI (2017), IBGE através do Sistema de Contas Nacionais (SCN).

Em relação às análises sobre o PIB, seis municípios concentram 88% de toda a riqueza do território. Os destaques neste quesito ficam por conta de São Francisco do Conde (área de atuação da Petrobrás) em primeiro lugar, seguido por Santo Antonio de Jesus e Cruz das Almas. Completam as seis primeiras posições os municípios de São Sebastião do Passé (área

também de atuação da Petrobrás), Santo Amaro e Cachoeira, respectivamente. Já em relação ao PIB *per capita*, os seis municípios mantêm-se no mesmo protagonismo com apenas uma inversão de posições. Cruz das Almas foi ultrapassado neste quesito por São Sebastião do Passé na terceira posição do *ranking*.

Quando a análise se dá ao nível da produtividade dos setores econômicos, podem-se perceber as diferenças de trajetória econômica e de desenvolvimento regional entre os municípios. A produtividade do trabalho no setor agropecuário revelou a liderança de Cruz das Almas, em primeiro lugar, com r\$12.701,18 seguido por Sapeaçu (r\$11.375,62) e São Félix (r\$10.740,24), apesar de, em termos de pessoal ocupado, os três primeiros colocados são Maragogipe com 9.829 pessoas ocupadas na agropecuária, Cabaceiras do Paraguaçu (6.466) e Santo Antonio de Jesus (5.514). Esses números revelam uma aparente contradição. Os municípios que possuem o maior número de pessoas ocupadas no setor agropecuário não são aqueles onde a produtividade do trabalho é maior. Uma possível resposta a este dilema pode estar no nível de mecanização da agropecuária em Cruz das Almas, Sapeaçu e São Félix. O uso maior de mecanização eleva a produtividade do trabalho, conforme apontado pelos economistas clássicos.

Quando se analisam os dados sobre a produtividade do trabalho no setor industrial, confirmou-se a liderança de São Francisco do Conde com r\$2.467.100,35, o que corresponde a quase 76% da geração de riqueza da produtividade do trabalho do setor industrial de todo o território do Recôncavo, indicando que este quesito é fortemente concentrado em São Francisco do Conde devido à presença da Refinaria Landulpho Alves (Petrobrás) em seu território. Em segundo lugar, o município de São Sebastião do Passé possui uma produtividade de r\$129.133,84 por trabalhador e, também, conta com investimentos da Petrobrás em seu território. Em terceiro lugar, está o município de Cachoeira com r\$116.270,61 de produtividade por trabalhador do setor industrial.

Em relação à produtividade do trabalho no setor de serviços, a liderança continua com São Francisco do Conde com R\$190.100,24 por trabalhador, o que corresponde a mais de 51% do total da produtividade do trabalho no setor em todo o território. Esses números reforçam a tese da literatura econômica que versa sobre a capacidade do setor industrial de “puxar” a demanda por serviços nas regiões onde o mesmo está implantado, além do setor de serviços ser fortemente influenciado pelo processo de urbanização. Em segundo lugar, ficou o município de Santo Antonio de Jesus (R\$18.124,90) e, em terceiro, Cruz das Almas

(R\$14.455,50), o que também reforça o caráter dinâmico que o comércio e os serviços exercem nesses dois municípios.

O processo de desenvolvimento econômico regional no Brasil foi (e ainda continua sendo) marcado por forte concentração de renda, além da desigualdade social e econômica. A industrialização, ao privilegiar uma região nacional específica que foi o Sudeste, relegou as outras regiões do país a um processo periférico em nível nacional que já era periférico em nível mundial, ou seja, é a periferia da periferia. Autores como Furtado (1969) e Spinola (2003), para não citar a infinidade de autores que trataram do tema, apontam em seus estudos essa característica marcante e perversa da economia nacional. Ao se realizarem as análises sobre o Território do Recôncavo, a presente investigação destacou, também, as análises sobre a concentração e a desigualdade de renda no Recôncavo. Essas medidas são importantes para identificar como o processo de crescimento/desenvolvimento econômico se deu de forma desigual e combinado neste território.

Assim, para cumprir os objetivos propostos, são utilizados os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e calculados os coeficientes de desigualdade Gini e Theil. De acordo com a ONU (2017), o IDH surge no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Estes foram criados e lançados pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq em 1990 e teve como objetivo elaborar políticas públicas centradas nas pessoas, desviando o foco da renda e da contabilidade nacional. O IDHM é uma medida composta por outros três indicadores: longevidade, educação e renda. O IDHM varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 melhor é o IDHM daquele município. As análises sobre o IDHM são feitas de acordo com determinadas faixas. A faixa compreendida entre 0 e 0,499 é considerado desenvolvimento muito baixo. Entre 0,500 e 0,599 é baixo. Entre 0,600 e 0,699 o desenvolvimento é considerado médio. Entre 0,700 e 0,799 é considerado alto e após a faixa de 0,800 o desenvolvimento humano é considerado muito alto.

Os coeficientes de Gini e Theil também variam entre 0 e 1 e são medidas de desigualdade. Segundo o IPEA (2014), o índice ou coeficiente de Gini foi criado pelo estatístico italiano Conrado Gini em 1912 e mede a desigualdade de renda. Quanto mais próximo de 1, a desigualdade de renda é maior. Zero significa uma completa igualdade de renda.

Já o Índice de Theil é uma medida estatística da distribuição de renda e é calculado em razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda familiar *per capita* média. Se a razão entre

as médias for igual a 1, Theil será igual a zero, indicando perfeita distribuição. Quanto maior a razão entre as médias, maior será o valor para o índice de Theil, e pior será a distribuição de renda. Ao analisar a Tabela 6, verifica-se que o município de Nazaré (0,61) possui a maior desigualdade de renda dentre os municípios do Recôncavo, seguido por Sapeaçu (0,58) e Maragogipe (0,57). Alguns estudos na década de 1970, principalmente Langoni (1973), relacionaram os fatores educacionais como fundamentais para a redução da desigualdade de renda. Menezes Filho (2001) traz uma série de estudos das décadas de 1980 e 1990 que buscaram entender como o fator educação influencia diretamente na redução da concentração e da desigualdade de renda.

No caso específico do Recôncavo em relação a esses três municípios, a análise empírica vai ao encontro da literatura nacional, pois percebe-se, com o auxílio da Tabela 7, que os três municípios tiveram valores baixos no IDHM no quesito educação ficando com os índices de 0,532 no caso de Nazaré, Sapeaçu teve 0,518 e 0,522 para Maragogipe.

Na questão da distribuição de renda medida pelo índice de Theil, o município de Nazaré tem destaque negativo com a pior distribuição de renda (0,70), seguido por Sapeaçu (0,65) e Cachoeira (0,60). Por outro lado, São Félix, Saubara e São Francisco do Conde são os municípios com as menores desigualdades e distribuição de renda no Recôncavo na década de 2010.

Analisando o IDHM do Recôncavo, a partir de suas faixas, tem-se que dois municípios possuem IDHM baixo. Esses municípios são Cabaceiras do Paraguaçu (0,581) e Varzedo com 0,586. Com índice considerado alto, tem-se apenas o município de Santo Antonio de Jesus com IDHM de 0,70. Todavia, todos os outros municípios que compõem o Recôncavo situam-se na faixa considerada média que é de 0,60 a 0,699. Esses números revelam que o Recôncavo quando tomado com um todo, situa-se em média com o desenvolvimento da região Norte do Brasil que tem IDH 0,667 em 2010 e com o desenvolvimento da região Nordeste que é de 0,663 segundo dados do PNUD (2017).

Tabela 6 - População, PIB per capita e IDHM do Território de Identidade Recôncavo e seus municípios no período 2010 a 2014

Municípios	População <sup>1</sup> - 2014	PIB <sup>2</sup> per capita – 2014	Desigualdade – 2010		IDHM – 2010
			Gini	Theil-L	
Recôncavo	639.099	R\$ 15.250	—	—	—
Cabaceiras do Paraguaçu	18.850	R\$ 5.990	0,54	0,58	0,581
Cachoeira	34.394	R\$ 12.491	0,56	0,60	0,647
Castro Alves	27.194	R\$ 10.239	0,54	0,55	0,613
Conceição do Almeida	18.583	R\$ 6.548	0,56	0,59	0,606
Cruz das Almas	63.761	R\$ 12.704	0,55	0,57	0,699
Dom Macedo Costa	4.140	R\$ 6.454	0,55	0,58	0,632
Governador Mangabeira	21.198	R\$ 7.617	0,54	0,56	0,643
Maragogipe	45.928	R\$ 11.920	0,57	0,60	0,621
Muniz Ferreira	7.860	R\$ 5.340	0,51	0,48	0,617
Muritiba	30.691	R\$ 8.053	0,55	0,57	0,660
Nazaré	29.297	R\$ 7.783	0,61	0,70	0,641
Salinas da Margarida	15.171	R\$ 9.646	0,54	0,55	0,617
Santo Amaro	61.559	R\$ 10.517	0,56	0,59	0,646
Santo Antônio de Jesus	100.550	R\$ 17.579	0,54	0,54	0,700
São Felipe	21.548	R\$ 7.612	0,50	0,47	0,616
São Félix	15.049	R\$ 9.569	0,48	0,43	0,639
São Francisco do Conde	38.838	R\$ 73.266	0,50	0,45	0,674
São Sebastião do Passé	45.292	R\$ 15.622	0,53	0,54	0,657
Sapeaçu	17.630	R\$ 8.246	0,58	0,65	0,614
Saubara	12.161	R\$ 8.811	0,49	0,46	0,617
Varzedo	9.405	R\$ 6.965	0,52	0,56	0,586

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e PNUD.

Notas: (1): Estimativa. (2) Em reais.

Continuando a análise sobre os indicadores sociais do Recôncavo, na Tabela 7 encontram-se os valores decompostos do IDHM de todos os municípios do Recôncavo de acordo com a renda, a longevidade da população e a educação. Nos dados relativos à renda, o primeiro colocado é o município de Santo Antonio de Jesus com 0,677 de índice para 2010, seguido de Cruz das Almas (0,659), São Francisco do Conde (0,641), Nazaré (0,637) e São Sebastião do Passé (0,633).

Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano, segundo suas componentes para os Municípios do Território de Identidade Recôncavo (1991, 2000 e 2010)

Item Geográfico	Renda			Longevidade			Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Cabaceiras do Paraguaçu	0,354	0,452	0,525	0,544	0,631	0,763	0,072	0,206	0,490
Cachoeira	0,481	0,546	0,615	0,585	0,675	0,762	0,226	0,372	0,577
Castro Alves	0,452	0,489	0,591	0,638	0,698	0,774	0,150	0,268	0,504
Conceição do Almeida	0,447	0,502	0,578	0,585	0,672	0,805	0,173	0,331	0,479
Cruz das Almas	0,528	0,592	0,659	0,633	0,705	0,796	0,275	0,452	0,650
Dom Macedo Costa Governador	0,429	0,509	0,598	0,631	0,668	0,795	0,128	0,304	0,531
Mangabeira	0,416	0,508	0,594	0,585	0,715	0,754	0,190	0,373	0,594
Maragogipe	0,432	0,491	0,582	0,638	0,698	0,793	0,144	0,277	0,518
Muniz Ferreira	0,425	0,493	0,581	0,585	0,698	0,761	0,192	0,328	0,531
Muritiba	0,482	0,544	0,629	0,551	0,675	0,796	0,262	0,403	0,573
Nazaré	0,494	0,529	0,637	0,561	0,688	0,777	0,243	0,370	0,532
Salinas da Margarida	0,439	0,469	0,575	0,551	0,607	0,729	0,214	0,356	0,561
Santo Amaro	0,511	0,550	0,626	0,551	0,646	0,772	0,231	0,386	0,559
Santo Antônio de Jesus	0,537	0,591	0,677	0,655	0,743	0,815	0,259	0,401	0,622
São Felipe	0,434	0,520	0,565	0,638	0,709	0,787	0,091	0,271	0,525
São Félix	0,483	0,535	0,582	0,550	0,637	0,769	0,220	0,343	0,583
São Francisco do Conde	0,521	0,552	0,641	0,593	0,689	0,812	0,145	0,365	0,587
São Sebastião do Passé	0,528	0,553	0,633	0,631	0,668	0,812	0,193	0,354	0,551
Sapeaçu	0,463	0,519	0,602	0,638	0,709	0,735	0,177	0,319	0,522
Saubara	0,450	0,521	0,563	0,551	0,646	0,738	0,176	0,376	0,565
Varzedo	0,429	0,472	0,581	0,597	0,675	0,753	0,109	0,230	0,461

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e PNUD.

Quando o critério é a longevidade da população, os dados revelam que Santo Antonio de Jesus também lidera nesse quesito com índice de 0,815 seguida de São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé empatados com 0,812. Todavia, a surpresa nesse grupo é o município de Conceição do Almeida que aparece no quarto lugar com 0,805. O quinto lugar é de Cruz das Almas com 0,796.

Como já destacado anteriormente, os investimentos em educação trazem aumento da qualificação dos trabalhadores e, além de outros benefícios econômicos e sociais, contribuem para o aumento da produtividade do trabalho. Os índices relativos à educação, quando decomposto do IDHM, mostraram algumas surpresas positivas. O primeiro lugar é de Cruz das Almas com 0,65 para 2010 seguido por Santo Antonio de Jesus com 0,622. Contudo, alguns municípios se destacaram positivamente não apenas pelo valor absoluto, mas pelo salto qualitativo neste índice. O primeiro destaque é o município de Cabaceiras do Paraguaçu

que saiu de um índice baixíssimo em 1991 com 0,072 para 0,490 em 2010, o que significou um aumento de cerca de 600%. Outro aumento significativo nesse quesito foi observado em Castro Alves que teve um aumento de 236%.

Outro exercício realizado sobre o Recôncavo envolveu a análise da distribuição da renda de acordo com as classes sociais. Para tanto, seguiu-se a metodologia adotada pela Comissão para Definição de Classe Social no Brasil da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República em 2012. Todavia, é preciso ressaltar que o objetivo dos resultados não é fazer um debate sobre classes sociais no Recôncavo, mas apenas analisar como estas se comportam de acordo com os seus rendimentos. Para as análises sobre classe social e renda, levou-se em consideração os seguintes aspectos:

Embora os limites da classe média tenham sido definidos em termos da renda per capita, a maioria dos indivíduos pertencentes às diferentes classes estão inseridos em uma família. Dessa forma, tão importante quanto conhecer a renda per capita é conhecer a renda familiar média dos indivíduos. Consideremos um domicílio com 4 membros, o que no conjunto recebe R\$1.200 por mês. Agora, consideremos 4 indivíduos solteiros, sem filhos que recebem R\$300 por mês. É muito provável que os indivíduos inseridos na família tenham melhores condições de vida que os quatro indivíduos que vivem sozinhos, apesar de a renda per capita em ambos os casos ser igual a R\$300. Portanto, para considerar este aspecto do ganho de bem estar por se estar morando conjuntamente, optamos por utilizar a renda familiar média dos indivíduos em nosso diagnóstico situacional da classe média. (SAE, 2012, p.62).

Quadro 6 - Renda familiar média dos indivíduos segundo a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República

<b>Classe</b>	<b>Renda familiar média (r\$/mês)</b>
Extremamente Pobre	227,00
Pobre	648,00
Vulnerável	1030,00
Baixa Classe Média	1540,00
Média Classe Média	1.925,00
Alta Classe Média	2.813,00
Baixa Classe Alta	4.845,00

Fonte: SAE (2012).

Segundo os dados apresentados na Tabela 8, houve melhoria em todos os grupos de classes sociais entre o período de 2000 a 2010. Na classe Extremamente Pobre houve redução de

mais de 10 pontos percentuais, caindo a participação de 26% para 15,8%. Mais significativa ainda foi a redução no número de pessoas pobres caindo mais da metade de 26,2% em 2000 para 12,6% em 2010. Porém, o somatório do grupo extremamente pobre, pobre e vulnerável somam 50,8% da população do Recôncavo, ou seja, mais da metade da população do território percebem baixas remunerações.

Tabela 8 - População residente, participação e variação percentual, por classe social para o Território de Identidade Recôncavo período 2000/2010

Classes Sociais	2000		2010		Var. % Média	
	População	Part. %	População	Part. %	População	Part. %
Extremamente Pobre	143.124	26,0	96.423	15,8	-3,3	-3,9
Pobre	144.409	26,2	95.795	12,6	-3,4	-5,2
Vulnerável	129.081	23,5	146.728	22,4	1,4	-0,4
Baixa Classe Média	61.567	11,2	90.548	14,3	4,7	2,8
Média Classe Média	32.743	6,0	77.766	18,0	13,8	20,2
Alta Classe Média	20.492	3,7	41.988	7,9	10,5	11,3
Baixa Classe Alta	14.790	2,7	30.370	6,7	10,5	15,1
Alta Classe Alta	3.930	0,7	9.403	2,2	13,9	20,8
<b>Total</b>	<b>550.136</b>	<b>100,00</b>	<b>589.021</b>	<b>100,0</b>	<b>0,7</b>	<b>-</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico: dados da amostra e PNAD, 2000/2014.

Nota<sup>1</sup>: Classe Social conforme a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, SAE/PR.

Nota<sup>2</sup>: População residente, exclusive os valores nulos de renda domiciliar *per capita*.

Por outro lado, o número de pessoas classificadas com média classe média triplicou a participação no Recôncavo saindo de participação de 6% em 2000 para 18% em 2010. O que também é um ponto positivo, visto que significa que há mobilidade social no território. Esse índice de crescimento (três vezes) também atingiu a alta classe alta que saiu de 0,7% em 2000 para 2,2% em 2010. Esses números reforçam a hipótese de que o Recôncavo aproveitou-se muito bem dos programas sociais, de transferência de renda e de valorização do salário mínimo implementados pelo governo federal no início dos anos 2000. Contudo, além de não ser objeto da presente investigação, faltam outros elementos que possam comprovar essa hipótese.



### 6.3.2 As pessoas ocupadas e a estrutura das ocupações no Recôncavo

Após as análises sociais e econômicas do Território do Recôncavo, efetuadas na seção anterior, será necessário realizar as análises sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho no Recôncavo, assim como as ocupações estão conformadas estruturadas, objeto da presente seção.

Ao iniciar a seção, faz-se necessário apresentar quais os conceitos utilizados pelo IBGE quando das pesquisas que são feitas sobre o mercado de trabalho no Brasil, pois estes serão utilizados ao longo da presente seção. Segundo as Notas Metodológicas do IBGE (2014) na realização da Pesquisa por Amostra de Domicílio (PNAD), o conceito de trabalho abrange as diferentes formas de produção de bens e serviços para consumo próprio ou de terceiros. Ainda segundo o IBGE (2014), as formas de trabalho são:

- a) trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;
- b) trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio, que recebe a remuneração pelo trabalho do conjunto do domicílio;
- c) trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo ou uso das pessoas moradoras do domicílio;
- d) trabalho voluntário;
- e) trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas;
- f) trabalho nos afazeres domésticos. Os itens a e b apresentam as formas de trabalho que geram rendimento para o domicílio e que serão adotadas para definir a força de trabalho. Os resultados trimestrais do tema trabalho serão baseados nesse conceito e os anuais, no conceito que abrange todas as formas de trabalho.

Outro conceito importante é Pessoa em Idade para Trabalhar (PIT). Este conceito substitui o antigo conceito de Pessoas em Idade Ativa (PIA) que passou a ser utilizado a partir de 2014 de acordo com a 19ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (CIET) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizada em Genebra. Definem-se Pessoas em Idade para Trabalhar as pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência. As pessoas em idade de trabalhar são classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

As pessoas ocupadas são classificadas como ocupadas na semana de referência que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana. Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. Assim, também são consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a 4 meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também, são consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a 4 meses.

São classificadas como desocupadas na semana de referência, as pessoas sem trabalho (que gera rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Quanto à condição em relação à força de trabalho, as pessoas são classificadas, quanto à condição em relação à força de trabalho na semana de referência, como na força de trabalho e fora da força de trabalho. As Pessoas na Força de Trabalho (PFT) é, também, um conceito modificado pela Conferência de Genebra já citado neste trabalho. A PFT substituiu a PEA que era o conceito de Pessoas Economicamente Ativas. As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nessa semana. Pessoas fora da força de trabalho (PFFT) são classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.

Já a taxa de participação na força de trabalho é o percentual de pessoas na força de trabalho, na semana de referência, em relação às pessoas em idade de trabalhar:  $[\text{pessoas na força de trabalho} / \text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$ . O nível da ocupação é o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar:  $[\text{pessoas ocupadas} / \text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$ . A taxa de ocupação é o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana:  $[\text{pessoas ocupadas} / \text{pessoas na força de trabalho}] \times 100$ . O nível da desocupação é o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas em idade para trabalhar (PIT):  $[\text{pessoas desocupadas} / \text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$ . Já a taxa de desocupação é o percentual de pessoas desocupadas, na semana de referência, em relação às pessoas na força de trabalho nessa semana:  $[\text{pessoas desocupadas} / \text{pessoas na força de trabalho}] \times 100$ .

Tabela 9 - Pessoas ocupadas, desocupadas e pessoas na força de trabalho – Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do território de Identidade Recôncavo – 2000/2010

Item Geográfico	Ocupadas			Desocupadas			Pessoas na Força de Trabalho		
	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média
Brasil	65.629.892	86.353.839	31,6	11.837.581	7.150.820	-39,6	77.467.473	93.504.659	20,7
Nordeste	16.384.648	20.854.301	27,3	3.092.823	2.252.649	-27,2	19.477.471	23.106.950	18,6
Bahia	4.581.594	5.841.078	27,5	1.031.485	714.319	-30,7	5.613.079	6.555.397	16,8
Recôncavo	191.006	242.358	26,9	44.826	35.242	-21,4	235.832	277.600	17,7
Cabaceiras do Paraguaçu	7.680	8.625	12,3	263	436	65,8	7.943	9.061	14,1
Cachoeira	8.959	13.246	47,9	2.146	1.711	-20,3	11.105	14.957	34,7
Castro Alves	6.506	10.191	56,6	1.874	971	-48,2	8.380	11.162	33,2
Conceição do Almeida	6.341	5.166	-18,5	1.408	1.706	21,2	7.749	6.872	-11,3
Cruz das Almas	19.346	22.953	18,6	4.600	4.242	-7,8	23.946	27.195	13,6
Dom Macedo Costa	1.343	1.572	17,1	132	200	51,5	1.475	1.772	20,1
Governador Mangabeira	7.656	9.394	22,7	894	570	-36,2	8.550	9.964	16,5
Maragogipe	14.683	17.839	21,5	2.734	2.044	-25,2	17.417	19.883	14,2
Muniz Ferreira	2.322	2.896	24,7	807	363	-55,0	3.129	3.259	4,2
Muritiba	9.226	10.808	17,1	2.229	2.152	-3,5	11.455	12.960	13,1
Nazaré	8.332	10.902	30,8	3.254	1.519	-53,3	11.586	12.421	7,2
Salinas da Margarida	3.646	6.367	74,6	549	369	-32,8	4.195	6.736	60,6
Santo Amaro	19.777	21.798	10,2	5.459	3.380	-38,1	25.236	25.178	-0,2
Santo Antônio de Jesus	30.174	42.861	42,0	7.084	5.033	-29,0	37.258	47.894	28,5
São Félix	4.141	5.977	44,3	950	888	-6,5	5.091	6.865	34,8
São Felipe	8.658	8.944	3,3	942	687	-27,1	9.600	9.631	0,3
São Francisco do Conde	7.739	11.805	52,5	3.592	3.991	11,1	11.331	15.796	39,4
São Sebastião do Passé	11.702	15.339	31,1	4.214	3.312	-21,4	15.916	18.651	17,2
Sapeaçu	5.094	6.797	33,4	1.052	805	-23,5	6.146	7.602	23,7
Saubara	4.093	4.671	14,1	447	525	17,4	4.540	5.196	14,4
Varzedo	3.588	4.207	17,3	196	338	72,4	3.784	4.545	20,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, Dados da Amostra.

Na Tabela 9, tem-se o número de pessoas ocupadas, desocupadas e as pessoas na força de trabalho com dados de Brasil, Nordeste, Bahia, Recôncavo e todos os municípios de compõem o Recôncavo. Os dados relativos ao número de pessoas ocupadas, desocupadas e o número de pessoas na força de trabalho, que é a soma dos dois números anteriores, revelam o nível de crescimento/desenvolvimento econômico do país e como as políticas econômicas voltadas para a manutenção e a geração do emprego são ou não eficientes. A partir de uma maior inserção nas pessoas no mercado de trabalho, saindo de uma posição de desocupadas

para ocupadas, o nível de consumo dessas pessoas aumenta promovendo um aumento do nível geral de consumo, gerando, também, um efeito multiplicador sobre as demais atividades econômicas em um efeito positivo e virtuoso. Autores como Smith (1983) e Keynes (1988), já ressaltaram o papel do consumo e do mercado de trabalho para o crescimento/desenvolvimento econômico.

Em relação às pessoas ocupadas, a média de crescimento para o período 2000/2010 para o Recôncavo foi de 26,9% um pouco abaixo da média regional (27,3%) e da média estadual (27,5%). Para o Brasil, a média de crescimento foi de 31,6%. Ainda em relação às pessoas ocupadas no Recôncavo, destacam-se o município de Salinas da Margarida com quase 75% de crescimento no período (2000/2010), superando a média nacional em mais que o dobro. Também, destaca-se o município de Castro Alves com um crescimento de 56,6% e, em terceiro lugar ficou o município de São Francisco do Conde com um crescimento de 52,5%. Por outro lado, os municípios que menos cresceram foram São Felipe (3,3%), Santo Amaro (10,2%) e Cabaceiras do Paraguaçu (12,3%) no período 2000/2010.

Em termos absolutos, os municípios que possuíam o maior número de pessoas ocupadas em 2010 eram Santo Antonio de Jesus (42.861 pessoas), Cruz das Almas (22.953 pessoas) e Santo Amaro (21.798 pessoas). Já em relação aos municípios com menores números absolutos de pessoas ocupadas eram Dom Macedo Costa, Muniz Ferreira e Varzedo.

Com relação às pessoas desocupadas, no período 200/2010, observa-se uma redução em todas as áreas geográficas pesquisadas. A redução média nacional foi de quase 40,0%, a média da Bahia foi de -30,7% e a média do Recôncavo foi de -21,4%. Dos municípios que compõem o Recôncavo, os destaques são Muniz Ferreira (-55,0%), Nazaré (-53,3%) e Castro Alves (-48,2%). Todavia, em alguns municípios houve aumento das pessoas desocupadas, a exemplo de Varzedo (72,4%), Cabaceiras do Paraguaçu (65,8) e Dom Macedo Costa (51,5%).

A razão entre o número de pessoas ocupadas e as pessoas na força de trabalho multiplicado por 100, tem-se a taxa de ocupação do mercado de trabalho. Uma taxa de ocupação crescente no mercado de trabalho significa que mais pessoas estão ocupadas, migrando de desocupadas para ocupadas ou mesmo entrando no mercado de trabalho (redução do número de pessoas fora da força de trabalho). Uma ocupação maior redundava, por outro lado, na diminuição da taxa de desemprego. Assim, com esses dois dados foram construídas as taxas de ocupação para cada município do Recôncavo, de acordo com a Tabela 10.

Tabela 10 - Taxa de Ocupação do Brasil, Nordeste, Bahia e Recôncavo

Item Geográfico	Ocupadas		Pessoas na Força de Trabalho		Taxa de Ocupação (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	65.629.892	86.353.839	77.467.473	93.504.659	84,72	92,35
Nordeste	16.384.648	20.854.301	19.477.471	23.106.950	84,12	90,25
Bahia	4.581.594	5.841.078	5.613.079	6.555.397	81,62	89,10
Recôncavo	191.006	242.358	235.832	277.600	80,99	87,30
Cabaceiras do Paraguaçu	7.680	8.625	7.943	9.061	96,69	95,19
Cachoeira	8.959	13.246	11.105	14.957	80,68	88,56
Castro Alves	6.506	10.191	8.380	11.162	77,64	91,30
Conceição do Almeida	6.341	5.166	7.749	6.872	81,83	75,17
Cruz das Almas	19.346	22.953	23.946	27.195	80,79	84,40
Dom Macedo Costa	1.343	1.572	1.475	1.772	91,05	88,71
Governador Mangabeira	7.656	9.394	8.550	9.964	89,54	94,28
Maragogipe	14.683	17.839	17.417	19.883	84,30	89,72
Muniz Ferreira	2.322	2.896	3.129	3.259	74,21	88,86
Muritiba	9.226	10.808	11.455	12.960	80,54	83,40
Nazaré	8.332	10.902	11.586	12.421	71,91	87,77
Salinas da Margarida	3.646	6.367	4.195	6.736	86,91	94,52
Santo Amaro	19.777	21.798	25.236	25.178	78,37	86,58
Santo Antônio de Jesus	30.174	42.861	37.258	47.894	80,99	89,49
São Félix	4.141	5.977	5.091	6.865	81,34	87,06
São Felipe	8.658	8.944	9.600	9.631	90,19	92,87
São Francisco do Conde	7.739	11.805	11.331	15.796	68,30	74,73
São Sebastião do Passé	11.702	15.339	15.916	18.651	73,52	82,24
Sapeaçu	5.094	6.797	6.146	7.602	82,88	89,41
Saubara	4.093	4.671	4.540	5.196	90,15	89,90
Varzedo	3.588	4.207	3.784	4.545	94,82	92,56

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico, Dados da Amostra.

As análises pertinentes às taxas de ocupação, revelaram que houve um aumento substancial dessas taxas no período 2000 a 2010 em todas as regiões pesquisadas. Como já foi mencionado anteriormente, vários estudos demonstram um maior vigor do mercado de trabalho brasileiro no período 2000 a 2010 por uma série de medidas como aumento real do salários mínimo, políticas de transferência de renda, crescimento econômico, dentre outros. No Brasil em 2010, a taxa de ocupação alcançou 92,35% enquanto que o Nordeste alcançou 90,25% e a Bahia obteve índice de 89,10%. No Recôncavo, os municípios que tiveram melhores taxas de ocupação foram Cabaceiras do Paraguaçu (95,19%), Salinas da Margarida (94,52%) e Governador Mangabeira (94,28%).

Apesar de possuir um dos maiores contingentes de pessoas ocupadas, e uma importante refinaria do sistema Petrobrás, o município de São Francisco do Conde possuía em 2010 a menor taxa de ocupação do Recôncavo com 74,73% em função de um alto número de desocupados. Em segundo lugar, estava o município de Conceição do Almeida (75,17%) e, em terceiro, São Sebastião do Passé (82,24%).

Além da taxa de ocupação, que é um importante indicador sobre a dinâmica do mercado de trabalho, outra importante medida é a taxa de participação ou atividade. Esta taxa é encontrada a partir da razão entre as pessoas na força de trabalho e as pessoas em idade para trabalhar multiplicada por 100. A taxa de participação se refere ao nível de inserção das pessoas no mercado de trabalho. Quanto maior a taxa de participação em determinada região ou país, melhor será para o mercado de trabalho.

Para as análises sobre a taxa de participação do trabalho no Recôncavo, construiu-se a Tabela 11. No período 2000/2010 houve um aumento da taxa de participação do Brasil que variou de 56,56% para 57,73% enquanto que no Recôncavo houve uma variação de 53,12% para 55,45%. Os municípios que tiveram os maiores aumentos na taxa de participação em termos absolutos foram Castro Alves que passou de uma taxa de participação de 41,59 em 2000 para 52,02% em 2010, representando um incremento de +10,43 (pontos percentuais) p.p. Em segundo lugar, São Félix com um aumento de +10,29 p.p (45,67% em 2000/55,09% em 2010). Em terceiro lugar, ficou o município de Cachoeira que passou de uma taxa de 45,67 em 2000 para 55,09, o que representa um incremento de +9,42 (p.p).

Em alguns municípios do Recôncavo houve, também, redução na taxa de participação no período analisado (2000/2010). A maior redução foi registrada em Muniz Ferreira (-3,63 p.p), seguido de São Felipe (-3,49 p.p), Cabaceiras do Paraguaçu (-3,27 p.p), Governador Mangabeira (-1,99 p.p) e Nazaré (-0,88 p.p).

Tabela 11 - Taxa de Atividade Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo - 2000/2010

Item Geográfico	Pessoas na força de trabalho		Pessoas em Idade para Trabalhar		Taxa de Atividade (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	77.467.473	93.504.659	136.910.357	161.981.299	56,58	57,73
Nordeste	19.477.471	23.106.950	37.565.736	44.217.039	51,85	52,26
Bahia	5.613.079	6.555.397	10.389.119	11.764.109	54,03	55,72
Recôncavo	235.832	277.602	443.984	500.599	53,12	55,45
Cabaceiras do Paraguaçu	7.943	9.061	11.635	13.941	68,27	65,00
Cachoeira	11.105	14.956	24.315	27.146	45,67	55,09
Castro Alves	8.380	11.162	20.147	21.457	41,59	52,02
Conceição do Almeida	7.749	6.872	15.478	15.472	50,06	44,42
Cruz das Almas	23.946	27.195	43.316	50.247	55,28	54,12
Dom Macedo Costa	1.475	1.772	3.114	3.327	47,37	53,26
Governador Mangabeira	8.550	9.964	13.710	16.504	62,36	60,37
Maragogipe	17.417	19.884	33.167	36.125	52,51	55,04
Muniz Ferreira	3.129	3.260	5.651	6.301	55,37	51,74
Muritiba	11.455	12.960	24.833	24.605	46,13	52,67
Nazaré	11.586	12.422	21.253	23.163	54,51	53,63
Salinas da Margarida	4.195	6.736	8.196	11.140	51,18	60,47
Santo Amaro	25.236	25.178	47.317	49.248	53,33	51,12
Santo Antônio de Jesus	37.258	47.894	63.036	77.628	59,11	61,70
São Félix	5.091	6.865	11.048	12.179	46,08	56,37
São Felipe	9.600	9.631	16.361	17.451	58,68	55,19
São Francisco do Conde	11.331	15.796	20.617	27.712	54,96	57,00
São Sebastião do Passé	15.916	18.651	32.087	35.714	49,60	52,22
Sapeaçu	6.146	7.602	13.282	14.031	46,27	54,18
Saubara	4.540	5.195	8.367	9.477	54,26	54,82
Varzedo	3.784	4.546	7.054	7.731	53,64	58,80

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico, Dados da Amostra.

Quanto aos dados relativos às pessoas ocupadas, e a respectiva estrutura das ocupações no Recôncavo, dispostos na Tabela 12, as análises sobre a estrutura do emprego formal no Recôncavo revelaram que houve um aumento significativo do número de celetistas que eram 50.602 em 2000 e passaram para 75.133 em 2010. Essa variação é de quase 50% (48,14%) em 10 anos. Nesse mesmo período, os estatutários aumentaram em quase 30%, passando de 7.419 em 2000 para 9.631 em 2010. Estes números reforçam as análises feitas por Dedecca (2005),



Cardoso Jr. (2001) e Pochmann (1999), sobre a transição da economia brasileira entre as décadas de 1990 e 2000. Segundo esses autores, após um período de estagnação e desemprego iniciado durante a “década perdida”, o mercado de trabalho se recuperou nos anos 2000, gerando mais postos de trabalho.

Tabela 12 - Pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação – Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo – 2000/2010

Item Geográfico	Estatutário			Celetista			Informal		
	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média
Brasil	3.693.162	4.651.128	2,6	25.827.292	40.810.451	5,8	12.261.534	37.432.622	20,5
Nordeste	885.340	1.080.008	2,2	4.159.340	6.822.835	6,4	3.607.794	10.991.720	20,5
Bahia	200.974	244.834	2,2	1.264.423	1.987.262	5,7	1.122.014	3.064.958	17,3
Recôncavo	7.419	9.631	3,0	50.602	75.133	4,8	39.542	126.807	22,1
Cabaceiras do Paraguaçu	190	164	-1,4	462	902	9,5	909	3.442	27,9
Cachoeira	294	311	0,6	2.920	4.112	4,1	1.536	6.966	35,4
Castro Alves	215	420	9,5	1.433	2.584	8,0	2.036	5.330	16,2
Conceição do Almeida	237	126	-4,7	1.193	1.580	3,2	2.011	2.542	2,6
Cruz das Almas	543	876	6,1	7.834	10.442	3,3	3.588	10.138	18,3
Dom Macedo Costa	81	22	-7,3	153	239	5,6	522	919	7,6
Governador Mangabeira	244	248	0,2	1.212	2.543	11,0	1.283	3.757	19,3
Maragogipe	327	702	11,5	1.604	2.668	6,6	1.426	11.435	70,2
Muniz Ferreira	31	90	19,0	417	412	-0,1	785	2.044	16,0
Muritiba	215	267	2,4	3.435	3.986	1,6	1.608	4.955	20,8
Nazaré	315	263	-1,7	2.493	3.445	3,8	2.121	6.480	20,6
Salinas da Margarida	143	96	-3,3	661	938	4,2	547	4.663	75,2
Santo Amaro	947	541	-4,3	5.761	7.590	3,2	3.640	12.290	23,8
Santo Antônio de Jesus	843	1.571	8,6	10.331	17.519	7,0	6.909	22.019	21,9
São Félix	101	134	3,3	1.402	1.776	2,7	606	3.014	39,7
São Felipe	244	308	2,6	637	1.159	8,2	2.031	6.031	19,7
São Francisco do Conde	1.361	2.284	6,8	2.369	3.822	6,1	1.655	4.739	18,6
São Sebastião do Passé	329	812	14,7	4.474	6.978	5,6	3.236	6.610	10,4
Sapeaçu	403	162	-6,0	1.047	1.355	2,9	942	3.852	30,9
Saubara	317	130	-5,9	521	589	1,3	978	2.993	20,6
Varzedo	39	104	16,7	243	494	10,3	1.173	2.588	12,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, Dados da Amostra.

Porém, contrastando com os números positivos, o número de pessoas ocupadas no setor informal aumentou significativamente passando de 39.542 pessoas em 2000 para 126.807 pessoas em 2010. Em números relativos, o setor informal é maior que o número de pessoas ocupadas com carteira assinada somadas ao número de pessoas trabalhando no regime estatutário. Nunca é demais lembrar que grande parte do setor informal é composta por ocupações precarizadas sem cobertura do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS),

sem acesso a plano de saúde, sem salário mínimo e sem outras garantias sociais advindas da formalização do emprego.

A questão sobre a informalidade no mercado de trabalho se traduz por uma série de negação de direitos sobre a classe trabalhadora, contribuindo para a perda de produtividade, rebaixamento dos salários, dentre outros. Cacciamali (2000), ao tratar da informalidade, destaca:

Aplicando esse conceito ao caso do mercado de trabalho, tal processo mostra-se por meio de um conjunto de fenômenos, entre os quais destaco os seguintes: maiores taxas de desemprego; maior intermitência entre inatividade e participação no mercado de trabalho; maior participação das mulheres e adaptação e surgimentos de ocupações que lhes são adequadas; novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão-de-obra assalariada; práticas de subcontratação ou de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais; contratos não registrados - verbais acordados à margem das leis trabalhistas; maior expansão de trabalhos por conta própria ou de pequenos estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho. (CACCIAMALI, 2000, p.79).

Nas análises intraterritório, no que se referem às pessoas ocupadas no regime estatutário, quatro municípios merecem destaque. O primeiro desses municípios é Muniz Ferreira que teve um aumento de 19% entre 2000 e 2010, seguido de Varzedo com 16,7%, São Sebastião do Passé com 14,7% e Maragogipe com 11,5%.

Quanto aos celetistas, a maior geração de emprego do território ficou por conta de Governador Mangabeira com ampliação de 11% para o período 2000 a 2010, seguido por Varzedo com 10,3% e Cabaceiras do Paraguaçu com 9,5%. Praticamente todos os municípios do território tiveram aumento do emprego com carteira assinada com exceção de Muniz Ferreira que teve uma leve queda de 0,1%.

Quando o quesito é pessoas ocupadas no setor informal, três municípios tiveram destaque negativo. Com 75% de ampliação do número das pessoas ocupadas no setor informal, Salinas das Margaridas ficou em primeiro lugar seguida por Maragogipe com 70,2% e São Felix com 39,7%. O destaque positivo nesse quesito ficou por conta de Conceição do Almeida que teve ampliação de apenas 2,6%. É importante observar mais uma vez que a ocupação no setor informal, em geral, é uma ocupação muito precarizada e não é desejada em nenhum modelo de política econômica ou social.

Além das análises das ocupações segundo a posição na ocupação, a investigação sobre o trabalho no Recôncavo buscou fazer uma correlação entre a estrutura das ocupações e a qualificação dessas ocupações, porém os dados da PNAD só permitem este nível de desagregação para Brasil e Grandes Regiões. Como já ressaltado, a qualificação do trabalho é um dos fatores fundamentais para o crescimento/desenvolvimento econômico. Autores como Castells (2002) e Lundvall (1980) apontam que, na sociedade do conhecimento/aprendizado que marca o século XXI, o fator conhecimento será fundamental para o desenvolvimento das nações.

Dentro desse contexto e na tentativa de identificar as ocupações mais e menos qualificadas no Recôncavo, elencaram-se as 10 maiores ocupações registradas no Recôncavo para o período 2000, 2005, 2010 e 2015 e como estas se comportaram ao longo do tempo (Tabela 13).

Tabela 13 - Estoque de emprego formal, segundo as dez maiores ocupações - Território de Identidade Recôncavo - 2000, 2005, 2010, 2015

Ocupações	2000	Ocupações	2005
Professor - Ens. Fundamental	3.482	Escriturários	4.395
Trab. Manutenção de Edifícios	3.318	Vendedores	4.305
Vendedores	2.728	Trab. Manutenção de Logradouros	3.136
Trab. Serviços Administrativos	1.859	Trab. Manutenção de Edifícios	3.113
Trab. Não Classificados	1.668	Professor Graduado - Ens. Fundamental	2.552
Condutores de Veículos	1.183	Professor - Ens. Médio	2.213
Agentes Administrativos	1.110	Dirigentes do Serviço Público	1.765
Trab. Proteção e Segurança	1.034	Professor N. Graduado - Ens. Fundamental	1.629
Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	981	Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	1.130
Trab. da Construção Civil	897	Agricultores	1.117
Ocupações	2010	Ocupações	2015
Escriturários	9.091	Escriturários	9.076
Vendedores	6.544	Vendedores	7.662
Dirigentes do Serviço Público	3.917	Dirigentes do Serviço Público	4.804
Professores do Ens. Fundamental	3.338	Professor Graduado - Ens. Fundamental	4.349
Ajudantes de Obras Cíveis	3.158	Trab. Carga e Descarga	1.999
Trab. Manutenção de Logradouros	2.088	Trab. Manutenção de Logradouros	1.958
Motoristas de Veículos de Carga	1.564	Trab. Manutenção de Edifícios	1.913
Trab. Carga e Descarga	1.529	Motoristas de Veículos de Carga	1.783
Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	1.383	Caixas e Bilheteiros (exceto de banco)	1.683
Professor N. Graduação - Ens. Fundamental	1.301	Técnicos e Auxiliares de Enfermagem	1.659

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) — Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Nota (1): Inclui pessoas sem instrução.

Em 2000, a ocupação mais importante no Recôncavo foi a de professor de ensino fundamental com 3.482 indivíduos. A partir de 2005, essa classificação teve uma subdivisão para professor graduado e não graduado de ensino fundamental, mas mesmo assim continuou com números representativos. Em 2005, os professores de ensino fundamental graduados foram 2.552 e os não graduados foram 1.629. Adicionalmente, os professores de ensino médio somavam 2.213. Se somarmos as três categorias teremos um total de 6.394 professores no território. Em 2015, o número de professores do ensino fundamental foi de 4.349 pessoas.

Outra categoria de trabalhador presente na ocupação no Recôncavo é a de escriturários. Essa ocupação aparece em primeiro lugar em 2005, 2010 e 2015. Sendo que em 2015 são 9.076 pessoas. Outra ocupação que teve um crescimento importante foi a de vendedores. Em 2000 essa ocupação estava em terceiro lugar com 2.728 indivíduos e em 2015 já eram 7.662 ocupando o segundo lugar e o seu aumento percentual foi de quase 200%.

Na Tabela 14, encontram-se o número de pessoas ocupadas de acordo com o setor de atividade para o ano de 2010. Diferentemente da tabela 13, na qual havia as 10 maiores ocupações do Recôncavo, agrupadas no território com um todo, esta tabela traz as informações de cada município e de cada ocupação encontrada, detalhadamente.

Como são muitas as informações, serão destacadas apenas algumas delas. O total geral de todas as pessoas ocupadas é de 241.002 tendo como referência o ano de 2010. Desse total, cerca de 32% do pessoal ocupado estava na agropecuária, o que corresponde a 76.542 pessoas. Este setor foi o que mais ocupou pessoas em 2010, seguido pelo comércio com 39.783 e pelo setor da construção com 19.224 pessoas ocupadas. Assim, nota-se que o Recôncavo, quando tomado como um todo, ainda mostra resquícios do seu passado agrícola, no qual a agropecuária ainda tem um peso significativo em sua economia. Dentro desse contexto, o município de Cabaceiras do Paraguaçu possuía quase 76% da sua população ocupada na agropecuária. Eram 6.466 pessoas ocupadas com essa atividade. Em números absolutos, Maragogipe possui quase 10.000 pessoas ocupadas neste setor com 9.829 indivíduos. O setor primário representa, ainda, um importante setor no interior do Recôncavo, pois são 76.542 pessoas ocupadas; é quase quatro vezes o somatório de pessoas ocupadas em indústrias extrativas (1.052) e indústria de transformação (17.142 pessoas).

Tabela 14 - Pessoas ocupadas, segundo o setor de atividade econômica – Municípios do Território de Identidade Recôncavo – 2010

Setor de Atividade Econômica	Continua								
	Cab. do Paraguaçu	Cachoeira	Castro Alves	Conc. do Almeida	Cruz das Almas	Dom Macedo Costa	Gov. Mangabeira	Maragogipe	Muniz Ferreira
<b>Total</b>	<b>8.568</b>	<b>13.135</b>	<b>10.123</b>	<b>5.114</b>	<b>22.871</b>	<b>1.549</b>	<b>9.279</b>	<b>17.825</b>	<b>2.839</b>
Agropecuária	6.466	3.808	4.209	1.995	3.487	661	5.188	9.829	1.333
Ind. Extrativa	0	0	106	0	0	0	0	109	0
Ind. de Transformação	63	643	759	458	2.574	55	308	577	283
Eletricidade e Gás	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serv. Ind. Util. Pública	0	0	59	0	223	0	0	121	0
Construção	261	1.018	505	268	1.931	64	739	879	148
Comércio	450	2.692	1.410	474	5.048	194	802	1.903	348
Transporte	83	295	145	147	813	73	232	311	142
Aloj. e Alimentação	102	467	127	91	653	17	156	263	55
Inf. e Comunicação	0	67	0	0	151	0	0	0	0
Ativ. Financeira	0	70	0	49	160	0	75	231	0
Ativ. Imobiliária	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativ. Científica	0	107	102	0	709	0	62	115	0
Ativ. Administrativa	47	215	94	64	265	0	92	170	0
Adm. Pública	283	722	665	421	1.279	85	441	1.068	88
Educação	354	1.004	547	305	1.729	110	415	919	196
Saúde	74	363	223	158	658	51	165	114	43
Arte e Cultura	0	161	53	0	207	26	0	84	19
Outras Atividades	71	328	146	28	711	34	100	145	37
Serv. Doméstico	270	773	762	391	1.590	125	339	767	110
Mal definidas	44	402	211	265	683	54	165	220	37

Continuação

Setor de Atividade Econômica	Muritiba	Nazaré	Salinas da Margarida	Santo Amaro	Santo Antônio de Jesus	São Félix	São Felipe	São F. do Conde	São S. do Passé	Sapeaçu	Saúbara	Varzedo
<b>Total</b>	<b>10.748</b>	<b>10.797</b>	<b>6.323</b>	<b>21.721</b>	<b>42.850</b>	<b>5.933</b>	<b>8.828</b>	<b>11.762</b>	<b>15.220</b>	<b>6.758</b>	<b>4.643</b>	<b>4.116</b>
Agropecuária	3.946	2.421	3.674	5.404	5.514	2.229	4.980	1.358	2.121	3.011	2.033	2.785
Ind. Extrativa	0	0	0	94	0	27	0	149	567	0	0	0
Ind. de Transformação	541	403	111	2.017	4.952	231	318	688	1.584	281	142	154
Eletricidade e Gás	0	0	0	0	125	0	0	63	0	33	0	0
Serv. Ind. Util. Pública	148	57	38	289	405	59	0	108	137	61	49	0
Construção	1.261	825	355	2.209	3.455	583	339	1.436	2.219	278	376	75
Comércio	1.628	2.295	692	3.576	11.487	792	1.052	1.078	2.295	753	506	308
Transporte	246	267	90	825	1.874	289	250	311	700	219	123	40
Aloj. e Alimentação	171	411	129	577	1.358	94	233	163	391	107	76	64
Inf. e Comunicação	0	0	0	0	217	0	0	41	0	0	0	0
Ativ. Financeira	75	132	0	116	450	0	0	81	0	0	0	0
Ativ. Imobiliária	0	0	0	0	163	0	0	0	0	0	0	0
Ativ. Científica	0	90	0	193	752	32	0	59	106	51	0	34
Ativ. Administrativa	99	163	68	236	515	40	0	277	345	102	58	0
Adm. Pública	565	525	284	1.094	1.649	399	567	3.601	595	181	393	357
Educação	629	678	464	1.674	2.238	256	387	434	724	482	396	159
Saúde	173	462	175	544	1.766	295	107	328	461	270	58	0
Arte e Cultura	66	123	0	95	326	39	73	0	0	27	35	0
Outras Atividades	215	480	42	553	1.534	94	60	187	384	79	63	32
Serv. Doméstico	756	934	123	1.398	2.853	396	462	512	1.290	403	242	108
Mal definidas	229	531	78	827	1.217	78	0	888	1.301	420	93	0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, Dados da Amostra.

Apesar de não possuir grande representatividade no território em termos de pessoal ocupado (em termos de geração de riqueza, o setor responde por quase 80% como visto em seção anterior), o setor secundário é importante para alguns municípios. A indústria de transformação ocupa 4.952 pessoas em Santo Antonio de Jesus e é o maior contingente desse subsetor no território. Em segundo lugar está Cruz das Almas com 2.574 pessoas e, em terceiro lugar, está o município de Santo Amaro com 2.017 pessoas. São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé, que possuem unidades de exploração da Petrobrás, não figuram entre os maiores números de pessoas ocupadas nesse subsetor, pois a indústria, conforme

observado pelos economistas neoschumpeterianos, tem sido marcada por um crescimento do produto sem a correspondente geração de emprego devido à automação.

Em relação a comércio e serviços, a liderança nesse quesito é de Santo Antonio de Jesus com 11.487 pessoas ocupadas de um total de 39.783 de todo o Recôncavo. Assim, quase 1/3 de todas as pessoas ocupadas no setor de comércio no Recôncavo está em Santo Antonio de Jesus. Outro município que possui o comércio forte é Cruz das Almas com 5.048 pessoas ocupadas e, em terceiro lugar, destaca-se o município de Santo Amaro com 3.576.

Dentro do setor de serviços, dois subsetores chamaram atenção. O primeiro foi educação; em todo o Recôncavo são 14.100 (5,85%) pessoas ocupadas neste subsetor e os destaques são novamente os três municípios descritos anteriormente. Santo Antonio de Jesus possuía 2.238 pessoas ocupadas, enquanto Cruz das Almas tinha 1.729 e Santo Amaro estava com 1.674. Esses números refletem a importância de um setor estratégico para alavancar o processo de crescimento/desenvolvimento econômico de um território.

Outro número que chamou a atenção, só que negativamente, é o pequeno número de pessoas ocupadas em atividades científicas no Recôncavo. Desde o século XIX há um grande entrelaçamento entre ciência, tecnologia e inovação. As nações mais desenvolvidas do mundo são aquelas que conseguiram interiorizar seus processos científicos e aplicaram esse conhecimento em produtos e serviços agregando valor. Nas nações desenvolvidas, os investimentos em ciência básica são cada vez mais altos e esses investimentos se transformam em tecnologia e inovação. No século XXI essas questões se tornaram mais primordiais. O papel da universidade e dos centros de pesquisa e desenvolvimento são fundamentais no processo de desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, são apenas 2.412 pessoas ocupadas em atividades científicas em toda a extensão do território e estão concentradas no eixo Cruz das Almas/Santo Antonio de Jesus com 60% do pessoal ocupado. Santo Antonio de Jesus possuía 752 indivíduos e Cruz das Almas tinha 709 em 2010.

### **6.3.3 Rendimento e grau de instrução dos trabalhadores no recôncavo**

A presente investigação, também, analisou os aspectos relativos aos rendimentos e o grau de instrução dos trabalhadores no Recôncavo. As análises desta seção se iniciarão pelos aspectos relacionados ao grau de instrução e as taxas de analfabetismo da população do Recôncavo e findarão com as questões relativas ao rendimento das ocupações.

Com o auxílio da Tabela 15 abaixo, observa-se a redução da taxa de analfabetismo em todos os municípios do Recôncavo no período de 1991 a 2010. O município de São Francisco do Conde tem a menor taxa de analfabetismo com 10,1% de sua população. Em segundo lugar está o município de Cruz das Almas com 11,8% e, em terceiro, lugar está o município de Santo Antonio de Jesus com 12%. Os números desses municípios estão acima da média nacional, porém abaixo da média da região. Em termos comparativos, os dados do IBGE (2011) mostram que a taxa de analfabetismo do Brasil para 2010 foi de 9,6%, enquanto que a taxa para a região Nordeste foi de 18,7%.

Outro destaque nessa questão é novamente o município de Cabaceiras do Paraguaçu. Este município já havia tido bom desempenho quando da avaliação do IDHM no quesito Educação. Em relação à taxa de analfabetismo, Cabaceiras do Paraguaçu foi o município que teve a maior redução percentual dentre todos os municípios do Recôncavo. Saiu de uma taxa de analfabetismo de 53,4% para 26,5% significando uma redução de 26,9 pontos percentuais. Ainda é o município com a maior taxa de analfabetismo do Recôncavo, porém reduziu bastante a diferença para os outros municípios.

Tabela 15 - Taxa de analfabetismo da população com 15 anos de idade ou mais - Municípios do Território de Identidade Recôncavo - 1991, 2000 e 2010

Item Geográfico	Taxa de Analfabetismo		
	1991	2000	2010
Cabaceiras do Paraguaçu	53,4	38,2	26,5
Cachoeira	32,8	21,9	16,0
Castro Alves	43,5	30,5	22,7
Conceição do Almeida	44,3	30,3	20,4
Cruz das Almas	26,4	16,8	11,8
Dom Macedo Costa	42,6	27,7	20,8
Governador Mangabeira	40,6	25,8	17,5
Maragogipe	49,0	30,4	22,8
Muniz Ferreira	45,6	29,4	22,5
Muritiba	29,5	21,5	16,8
Nazaré	37,0	23,5	18,4
Salinas da Margarida	28,5	15,6	12,0
Santo Amaro	26,5	17,4	12,7
Santo Antônio de Jesus	27,7	16,8	12,4
São Felipe	46,2	30,7	22,6
São Félix	37,3	23,1	15,0
São Francisco do Conde	28,9	16,8	10,1
São Sebastião do Passé	33,1	19,7	13,7
Sapeaçu	38,5	25,3	15,9
Saubara	33,0	19,2	14,6



Varzedo	50,4	30,7	26,2
---------	------	------	------

---

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda em relação à educação, a Tabela 16 apresenta o estoque de emprego formal segundo o grau de instrução do trabalhador para os anos de 2000, 2005, 2010 e 2015. No Recôncavo como um todo, os índices são favoráveis. O estoque de emprego formal com ensino fundamental incompleto teve uma redução considerável passando de 12.329 no ano 2000 para 7.768 no ano de 2015. O que significa o aumento de pessoas mais qualificadas ou que buscam mais qualificação.

Os destaques da Tabela 16 são as categorias ensino médio completo e superior completo. O estoque de emprego formal com ensino médio completo teve um aumento de quase 4 vezes saltando de 13.104 pessoas no ano 2000 para 50.507 pessoas no ano de 2015. Mais impressionante ainda é o número de pessoas com superior completo. Eram apenas 1.165 pessoas em 2000 e em 2015 já eram 14.948 pessoas. Esses números vão ao encontro do que já foi discutido anteriormente em relação aos investimentos em educação superior no território, sobretudo do setor público, fazendo com que os indivíduos possam expandir as suas qualificações através da educação formal.

Tabela 16 - Estoque de emprego formal, segundo o grau de instrução do trabalhador – Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo – 2000, 2005, 2010, 2015

Tabela 16 – Estoque de emprego formal, segundo o grau de instrução do trabalhador – Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo – 2000, 2005, 2010, 2015

Item Geográfico	Fundamental Incompleto <sup>1</sup>				Fundamental Completo				Ensino Médio Completo				Superior Completo			
	2000	2005	2010	2015	2000	2005	2010	2015	2000	2005	2010	2015	2000	2005	2010	2015
Brasil	8.776.931	7.659.453	7.237.508	5.591.350	6.831.318	8.083.846	9.296.453	8.296.985	7.466.576	12.466.989	20.262.449	24.440.413	3.153.804	5.028.329	7.271.945	9.732.059
Nordeste	1.531.574	1.444.651	1.424.921	1.065.776	921.486	1.147.999	1.463.627	1.267.519	1.418.868	2.394.505	3.898.802	4.846.990	502.922	821.435	1.223.489	1.718.994
Bahia	376.346	364.411	349.099	249.611	235.519	293.577	332.473	280.523	447.234	728.273	1.180.285	1.394.907	118.244	210.729	277.375	387.363
Recôncavo	12.329	15.180	11.534	7.768	7.015	11.213	13.687	9.561	13.104	28.079	46.441	50.507	1.165	4.009	6.712	14.948
Cabaceiras do Paraguaçu	197	242	158	132	53	84	77	92	173	344	526	599	6	22	85	208
Cachoeira	625	596	522	442	229	498	550	370	800	1.582	1.854	1.919	106	242	338	740
Castro Alves	336	479	588	575	183	291	426	650	335	1.076	1.761	2.126	4	116	119	635
Conceição do Almeida	297	405	207	274	195	421	164	254	233	628	857	1.200	8	28	31	126
Cruz das Almas	2.396	3.048	1.482	1.181	1.125	1.543	1.239	903	1.814	3.860	6.450	7.248	182	316	1.405	2.268
Dom Macedo Costa	67	116	110	52	13	42	53	34	36	96	124	168	0	15	25	21
Governador Mangabeira	270	553	331	287	71	168	586	840	248	962	1.053	1.151	14	102	117	275
Maragogipe	380	744	573	177	136	706	769	186	359	1.752	2.543	1.611	9	160	362	319
Muniz Ferreira	167	87	26	25	61	77	21	36	127	167	273	263	2	17	29	156
Muritiba	324	335	347	269	154	220	286	285	412	510	1.029	1.345	16	47	194	380
Nazaré	532	500	417	209	315	328	561	265	798	1.077	1.631	1.560	51	92	227	324
Salinas da Margarida	51	90	45	31	98	131	167	84	161	389	326	360	11	39	121	255
Santo Amaro	996	932	563	257	525	787	478	408	1.409	2.391	3.816	4.970	91	226	243	542
Santo Antônio de Jesus	2.876	3.029	2.576	1.611	2.228	3.265	4.466	3.462	2.819	4.832	8.989	15.866	230	490	1.134	1.465
São Félix	333	324	366	940	122	164	251	202	284	377	652	731	4	25	121	162
São Felipe	205	314	213	171	129	226	156	206	216	387	802	990	1	23	66	125
São Francisco do Conde	1.418	2.393	2.074	513	747	1.252	1.971	482	1.746	5.219	9.679	3.382	345	1.792	1.223	5.438
São Sebastião do Passé	432	651	661	332	420	689	919	474	830	1.897	3.075	3.489	75	229	377	835
Sapeaçu	310	139	91	140	156	151	108	213	233	131	311	723	3	8	455	358
Saubara	28	21	46	62	23	124	306	84	8	235	464	498	0	2	10	198
Varzedo	89	182	138	88	32	46	133	31	63	167	226	308	7	18	30	118

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

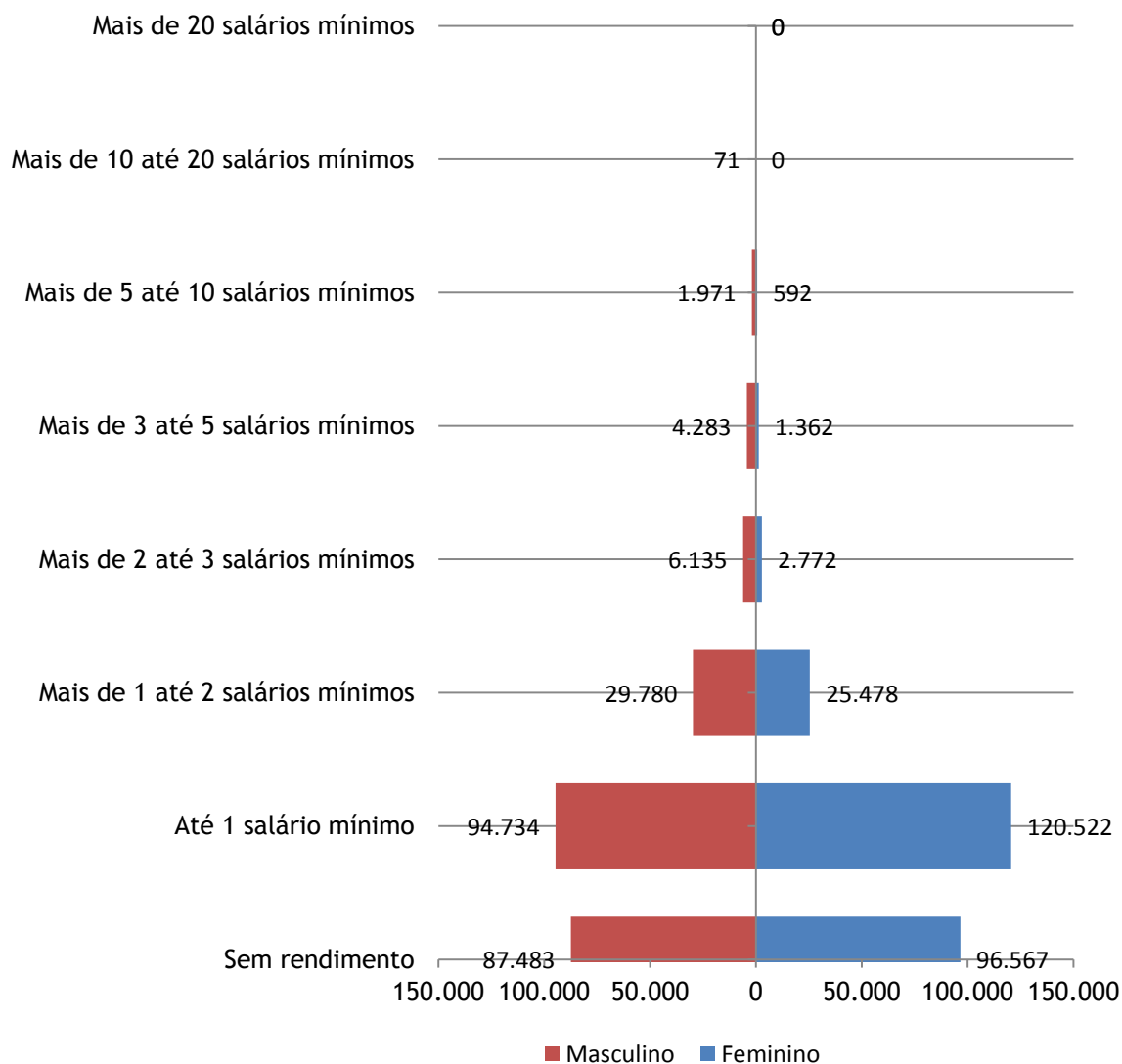
Nota(1): Inclui pessoas sem instrução.

Em relação ao estoque de emprego formal com ensino médio completo, o destaque fica por conta de Santo Antonio de Jesus (mais uma vez) com 15.866 indivíduos seguido por Cruz das Almas com 7.248 pessoas e Santo Amaro com 4.970 para o ano de 2015. Quando o estoque de emprego formal se refere a superior completo a liderança é de São Francisco do Conde com 5.438 pessoas seguido por Cruz das Almas com 2.268 pessoas e Santo Antonio de Jesus com 1.465. É importante salientar que em torno de 36% de todo o emprego formal com nível superior completo encontra-se em São Francisco do Conde.

No que se refere ao rendimento do trabalho, a Figura 16, mostra a distribuição para População em Idade para Trabalhar (PIT) por sexo e classe de renda. Na faixa de sem rendimentos, das 180.050 pessoas, 87.483 são do sexo masculino e 96.567 são do sexo feminino. Há, portanto, uma taxa maior entre as mulheres sem rendimento em relação aos homens. Na faixa seguinte

que envolve pessoas com rendimento de até um salário mínimo, as mulheres também são maioria com 120.522 enquanto que os homens perfazem 94.734 indivíduos. Na outra faixa entre 1 e 2 salários mínimos, os homens são maioria com 29.780 pessoas enquanto que as mulheres são 25.478

Figura 16 - Distribuição absoluta da população em idade de trabalhar, por sexo e segundo a classe de renda - Território de Identidade Recôncavo - 2010



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2010).

Esta análise feita sobre a População em Idade para Trabalhar (PIT), revela o grande problema estrutural acerca da renda no Recôncavo que remonta o tempo do açúcar. Quando se somam as três primeiras faixas (sem rendimento, até 1 SM e entre 1 e 2 SM) tem-se um total de 450.564 pessoas que ganham até 2 salários mínimos. São valores muito baixos e incapazes de gerar efeitos positivos sobre o mercado local. Por outro lado, as faixas com melhores rendimentos entre 5-10 SM são apenas 2.563 pessoas em todo o território dos quais 1.971 são

homens e 592 mulheres. O drama é ainda maior quando avalia-se a última faixa entre 10-20 SM em que apenas 71 homens tem esse rendimento.

Ainda em relação aos rendimentos do trabalho, a Tabela 17 traz o rendimento médio das pessoas ocupadas segundo o grau de instrução para os anos de 2000 e 2010. Em todas as faixas do estudo, seja no ensino fundamental incompleto, fundamental completo, médio completo e no superior completo, os rendimentos das pessoas ocupadas no Recôncavo são menores do que a Bahia, o Nordeste e o Brasil.

No Brasil, o rendimento médio das pessoas ocupadas com ensino fundamental incompleto foi de r\$845,00 em 2000 e de r\$768,00 em 2010. Na Bahia esses números foram de r\$498,00 e r\$487,00 respectivamente. Todavia, no Recôncavo o rendimento foi de apenas r\$178,00 para o ano 2000, o que representou um pouco mais de 20% da média do Brasil e para o ano de 2010 foi r\$455,00.

Tabela 17 - Rendimento médio das pessoas ocupadas, segundo o grau de instrução – Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo – 2000/2010

Tabela 17 – Rendimento<sup>1</sup> médio das pessoas ocupadas, segundo o grau de instrução – Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo – 2000/2010

Item Geográfico	Fundamental Incompleto <sup>2</sup>			Fundamental Completo			Ensino Médio Completo			Superior Completo		
	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média
Brasil	R\$ 845	R\$ 768	-0,9	R\$ 715	R\$ 972	3,6	R\$ 1.314	R\$ 1.369	0,4	R\$ 3.987	R\$ 4.251	0,7
Nordeste	R\$ 455	R\$ 478	0,5	R\$ 393	R\$ 661	6,8	R\$ 985	R\$ 1.060	0,8	R\$ 3.287	R\$ 3.671	1,2
Bahia	R\$ 498	R\$ 487	-0,2	R\$ 412	R\$ 679	6,5	R\$ 1.049	R\$ 1.090	0,4	R\$ 3.665	R\$ 3.965	0,8
Recôncavo	R\$ 462	R\$ 428	-0,7	R\$ 314	R\$ 562	7,9	R\$ 689	R\$ 869	2,6	-	R\$ 2.847	-
Cabaceiras do Paraguaçu	R\$ 250	R\$ 248	-0,1	R\$ 118	R\$ 233	9,9	R\$ 608	R\$ 525	-1,4	-	R\$ 1.125	-
Cachoeira	R\$ 512	R\$ 361	-2,9	R\$ 335	R\$ 477	4,2	R\$ 657	R\$ 932	4,2	R\$ 2.011	R\$ 1.812	-1,0
Castro Alves	R\$ 465	R\$ 370	-2,0	R\$ 262	R\$ 548	10,9	R\$ 643	R\$ 756	1,8	-	R\$ 1.793	-
Conceição do Almeida	R\$ 447	R\$ 409	-0,8	R\$ 287	R\$ 562	9,6	R\$ 578	R\$ 867	5,0	R\$ 3.023	R\$ 3.242	0,7
Cruz das Almas	R\$ 574	R\$ 507	-1,2	R\$ 344	R\$ 598	7,4	R\$ 753	R\$ 892	1,9	R\$ 2.724	R\$ 3.263	2,0
Dom Macedo Costa	R\$ 450	R\$ 579	2,9	R\$ 318	R\$ 471	4,8	R\$ 450	R\$ 536	1,9	-	R\$ 1.691	-
Governador Mangabeira	R\$ 300	R\$ 337	1,2	R\$ 190	R\$ 334	7,5	R\$ 504	R\$ 600	1,9	R\$ 1.352	R\$ 3.418	15,3
Maragogipe	R\$ 361	R\$ 295	-1,8	R\$ 197	R\$ 584	19,7	R\$ 602	R\$ 811	3,5	-	R\$ 1.395	-
Muniz Ferreira	R\$ 382	R\$ 440	1,5	R\$ 314	R\$ 365	1,6	R\$ 784	R\$ 714	-0,9	-	R\$ 1.768	-
Muritiba	R\$ 518	R\$ 472	-0,9	R\$ 379	R\$ 570	5,0	R\$ 613	R\$ 1.155	8,8	R\$ 1.724	R\$ 2.444	4,2
Nazaré	R\$ 371	R\$ 476	2,8	R\$ 345	R\$ 486	4,1	R\$ 661	R\$ 1.142	7,3	R\$ 1.950	R\$ 3.191	6,4
Salinas da Margarida	R\$ 347	R\$ 297	-1,5	R\$ 195	R\$ 297	5,2	R\$ 393	R\$ 643	6,4	R\$ 779	R\$ 1.042	3,4
Santo Amaro	R\$ 570	R\$ 432	-2,4	R\$ 372	R\$ 622	6,7	R\$ 652	R\$ 739	1,3	R\$ 1.812	R\$ 4.369	14,1
Santo Antônio de Jesus	R\$ 552	R\$ 652	1,8	R\$ 444	R\$ 787	7,7	R\$ 864	R\$ 1.034	2,0	R\$ 2.529	R\$ 2.830	1,2
São Félix	R\$ 461	R\$ 376	-1,9	R\$ 322	R\$ 443	3,7	R\$ 798	R\$ 613	-2,3	R\$ 2.053	R\$ 2.156	0,5
São Felipe	R\$ 514	R\$ 331	-3,6	R\$ 261	R\$ 331	2,7	R\$ 513	R\$ 564	1,0	-	R\$ 3.316	-
Sapeaçu	R\$ 445	R\$ 412	-0,7	R\$ 361	R\$ 552	5,3	R\$ 516	R\$ 916	7,7	-	R\$ 2.171	-
Saubara	R\$ 369	R\$ 313	-1,5	R\$ 295	R\$ 376	2,7	R\$ 464	R\$ 563	2,1	-	R\$ 1.053	-
Varzedo	R\$ 326	R\$ 387	1,9	R\$ 227	R\$ 413	8,1	R\$ 361	R\$ 645	7,9	-	R\$ 1.429	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico, Dados da Amostra.

Notas: (1) Real, quantias a preços de 07/2010, via IPCA/IBGE. (2) Inclui pessoas sem instrução.

Na faixa de rendimento médio das pessoas com ensino fundamental completo em 2010, enquanto a média nacional foi r\$972,00, a média do Recôncavo foi de apenas r\$594,00. Na faixa de ensino médio completo e superior completo, as diferenças são ainda maiores. Enquanto que a média no Brasil foi de r\$1.369,00 para o ano 2010, no Recôncavo esse rendimento foi de apenas r\$904,00, o que representa mais de 30% menor que a média nacional. No ensino superior completo, a desvantagem do Recôncavo é maior em relação ao Brasil e à Bahia. Para o ano de 2010, o rendimento médio das pessoas ocupadas no Brasil foi r\$4.251,00 contra r\$3.965,00 da Bahia e r\$2.749,00 no Recôncavo. Quem trabalha no Recôncavo com ensino superior completo recebe cerca de 35% a menos de remuneração em relação à média do Brasil. Esses números refletem negativamente a capacidade de demanda e de retenção de trabalhadores qualificados dentro do território já que para o trabalhador que tem ensino superior completo é melhor que ele saia do Recôncavo para perceber salários melhores.

Ao se fazerem análises dentro do território, os municípios que pagam melhor às pessoas ocupadas com nível fundamental incompleto para o ano de 2010 foram São Francisco do Conde com r\$784,00 seguido por Santo Antonio de Jesus (r\$652,00) e São Sebastião do Passé (r\$631,00). Esses três municípios ainda continuam em destaque quando se avalia o rendimento médio das pessoas ocupadas com fundamental completo. São Francisco do Conde continua em primeiro lugar com r\$930,00 seguido por Santo Antonio de Jesus (r\$787,00) e São Sebastião do Passé (r\$752,00).

Quando o recorte é ensino médio completo, a composição dos três municípios líderes se altera. A liderança agora é de São Sebastião do Passé que tem um rendimento médio de r\$1.185,00. Os municípios de Muritiba e Nazaré são boas surpresas nesse quesito. Muritiba tem rendimento médio de r\$1.155,00 e Nazaré tem r\$1.142,00. Os três municípios citados possuem rendimento superior à média estadual (r\$1.090,00) e também maior que a média do Nordeste (r\$1.060,00).

Por fim, as análises concernentes aos rendimentos médios das pessoas ocupadas com nível superior completo também revelaram gratas surpresas. Era de se esperar que, com esse nível de qualificação, os municípios de São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé em função das atividades da Petrobrás e os municípios de Cruz das Almas e Santo Antonio de Jesus por causa do crescimento vigoroso do comércio pudessem impactar positivamente. Contudo, os municípios que melhor remuneraram em 2010 as pessoas ocupadas com ensino superior completo foram Santo Amaro, Governador Mangabeira e São Felipe,

respectivamente. Santo Amaro se destacou com rendimento médio de r\$4.369,00. Em Governador Mangabeira foi de r\$3.418,00 e em São Felipe o rendimento médio das pessoas ocupadas foi de r\$3.316,00.

Através da Tabela 18, o rendimento médio das pessoas ocupadas segundo a ocupação dentre os estatutários, celetistas e informais aumentou no período 2000 a 2010. A categoria estatutário teve uma variação positiva de quase 10% passando de um rendimento médio de r\$807,00 para r\$1.583,00 no Recôncavo. Os celetistas passaram de r\$842,00 para r\$1.065,00 e o rendimento médio na categoria informais aumentou de r\$371,00 para r\$573,00 em 2010. Nas três categorias (estatutário, celetista e informal) o rendimento médio do território é mais baixo do que a média nacional, da região Nordeste e, também, do Estado da Bahia.

Tabela 18 - Rendimento<sup>1</sup> médio das pessoas ocupadas, segundo a posição na ocupação - Brasil, Nordeste, Bahia e municípios do Território de Identidade Recôncavo - 2000/2010

Item Geográfico	Estatutário			Celetista			Informal		
	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média	2000	2010	Var. % Média
Brasil	R\$ 1.920	R\$ 2.933	5,3	R\$ 1.695	R\$ 1.631	-0,4	R\$ 711	R\$ 1.139	6,0
Nordeste	R\$ 1.351	R\$ 2.458	8,2	R\$ 1.278	R\$ 1.328	0,4	R\$ 442	R\$ 689	5,6
Bahia	R\$ 1.230	R\$ 2.316	8,8	R\$ 1.309	R\$ 1.384	0,6	R\$ 424	R\$ 700	6,5
Recôncavo	R\$ 807	R\$ 1.583	9,6	R\$ 842	R\$ 1.065	2,7	R\$ 371	R\$ 573	5,4
Cabaceiras do Paraguaçu	R\$ 364	R\$ 1.092	20,0	R\$ 788	R\$ 795	0,1	R\$ 217	R\$ 374	7,2
Cachoeira	R\$ 1.089	R\$ 1.395	2,8	R\$ 895	R\$ 909	0,2	R\$ 356	R\$ 570	6,0
Castro Alves	R\$ 897	R\$ 1.020	1,4	R\$ 627	R\$ 871	3,9	R\$ 300	R\$ 441	4,7
Conceição do Almeida	R\$ 903	R\$ 2.301	15,5	R\$ 734	R\$ 846	1,5	R\$ 288	R\$ 635	12,1
Cruz das Almas	R\$ 929	R\$ 2.978	22,1	R\$ 903	R\$ 1.059	1,7	R\$ 413	R\$ 739	7,9
Dom Macedo Costa	R\$ 581	R\$ 1.727	19,7	R\$ 449	R\$ 734	6,3	R\$ 277	R\$ 659	13,8
Governador Mangabeira	R\$ 820	R\$ 1.654	10,2	R\$ 620	R\$ 949	5,3	R\$ 301	R\$ 425	4,1
Maragogipe	R\$ 703	R\$ 936	3,3	R\$ 720	R\$ 1.202	6,7	R\$ 401	R\$ 338	-1,6
Muniz Ferreira	R\$ 603	R\$ 1.173	9,5	R\$ 530	R\$ 964	8,2	R\$ 250	R\$ 456	8,2
Muritiba	R\$ 954	R\$ 1.799	8,9	R\$ 640	R\$ 936	4,6	R\$ 403	R\$ 756	8,7
Nazaré	R\$ 778	R\$ 1.717	12,1	R\$ 744	R\$ 1.326	7,8	R\$ 353	R\$ 527	4,9
Salinas da Margarida	R\$ 678	R\$ 1.363	10,1	R\$ 464	R\$ 870	8,8	R\$ 330	R\$ 347	0,5
Santo Amaro	R\$ 786	R\$ 1.672	11,3	R\$ 800	R\$ 1.067	3,3	R\$ 394	R\$ 614	5,6
Santo Antônio de Jesus	R\$ 888	R\$ 1.948	11,9	R\$ 965	R\$ 1.101	1,4	R\$ 434	R\$ 796	8,3
São Félix	R\$ 699	R\$ 1.532	11,9	R\$ 883	R\$ 801	-0,9	R\$ 331	R\$ 427	2,9
São Felipe	R\$ 561	R\$ 1.978	25,3	R\$ 1.106	R\$ 810	-2,7	R\$ 235	R\$ 330	4,0
São Francisco do Conde	R\$ 980	R\$ 1.027	0,5	R\$ 973	R\$ 1.405	4,4	R\$ 552	R\$ 732	3,3
São Sebastião do Passé	R\$ 828	R\$ 1.475	7,8	R\$ 928	R\$ 1.191	2,8	R\$ 462	R\$ 601	3,0
Sapeaçu	R\$ 414	R\$ 3.095	64,8	R\$ 732	R\$ 1.007	3,8	R\$ 312	R\$ 497	5,9
Saubara	R\$ 491	R\$ 607	2,4	R\$ 704	R\$ 757	0,8	R\$ 254	R\$ 396	5,6
Varzedo	R\$ 349	R\$ 1.194	24,2	R\$ 445	R\$ 821	8,5	R\$ 265	R\$ 468	7,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — Censo Demográfico, Dados da Amostra.

Dos municípios que compõem o Recôncavo, o maior rendimento médio na categoria estatutário foi observado em Sapeaçu com r\$3.095,00 para 2010. Em segundo lugar tem-se Cruz das Almas com r\$2.978,00 e Conceição do Almeida com r\$2.301,00. Dentre os celetistas, observa-se que São Francisco do Conde tem o maior rendimento médio com r\$1.405,00. Logo em seguida está Nazaré (r\$1.326,00) e Maragogipe (r\$1.202,00). Em relação ao setor informal, o Recôncavo tomado como um todo teve um crescimento médio de 5,4% nos rendimentos para o período 2000-2010. Em termos de crescimento relativo, os destaques foram observados em Dom Macedo Costa com 13,8% de crescimento seguido por Conceição do Almeida (12,1%) e Muritiba (8,7%). Em termos absolutos, o maior rendimento médio das pessoas ocupadas no setor informal em 2010 foi em Santo Antonio de Jesus com r\$796,00. Em segundo lugar foi Muritiba (r\$756,00) e, em terceiro, Cruz das Almas (r\$739,00).

## 7 CONCLUSÕES

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo geral discutir as transformações pelas quais a categoria trabalho passou ao longo desses últimos 500 anos. Vimos ao longo da pesquisa que o trabalho foi se modificando desde as grandes plantações de cana-de-açúcar passando pelo trabalho na produção de farinha e fumo. Além disso, analisamos também as modificações que a indústria de petróleo trouxe para o Recôncavo.

A título de recordação, a investigação tinha o seguinte problema de pesquisa: Levando-se em consideração as mudanças ocorridas nos diversos processos de trabalho porque passou o Recôncavo desde o período da escravidão, quais são as características do trabalho formal no Recôncavo no século XXI?

E as hipóteses que se buscou comprovar foram:

- a) Os trabalhadores no Recôncavo têm baixa qualificação;
- b) Os salários pagos pelas empresas localizadas no Recôncavo são baixos;
- c) A divisão social do trabalho no Recôncavo produziu espaços diferenciados e desiguais.

Em relação à primeira hipótese, a mesma foi comprovada em parte. A investigação mostrou que a taxa de analfabetismo vem declinando em todos os municípios do Recôncavo, mas ainda é mais alta que a média nacional (8,3%) e mais alta que a média da região Nordeste (16,9%). Além do analfabetismo, as ocupações de emprego formal mais frequentes no Recôncavo não são de funções de alta qualificação. Ocupações como escriturários e vendedores não demandam alta qualificação e, nas análises sobre as 10 maiores ocupações, em diferentes momentos ao longo do tempo, essas ocupações sempre apareceram nas primeiras colocações.

Por outro lado, as análises sobre as ocupações no Recôncavo mostraram números positivos quanto às questões relacionadas à qualificação, principalmente acerca do setor educacional. Esse subsetor mostrou-se como potencial de crescimento. São 14.100 pessoas ocupadas no setor educacional em todo o território do Recôncavo, representando cerca de 6% de todo o pessoal ocupado no território, o que demonstra que este território tem potencial para modificar a estrutura da região, já que os investimentos públicos e privados na região tendem a aumentar. Apesar de estarem concentrados em quatro municípios, o setor educacional pode promover um efeito transbordamento para todos os outros municípios que compõem o Recôncavo, alterando as taxas de analfabetismo e atraindo empreendimentos que demandem ocupações mais qualificadas, tornando-se, assim, em um efeito virtuoso.



A segunda hipótese da pesquisa (os baixos salários pagos no território) foi comprovada. A pesquisa demonstrou que a remuneração média dos trabalhadores no Recôncavo é muito abaixo da média do estado da Bahia, da região Nordeste e da média Nacional em todas as faixas pesquisadas que foram ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio completo e superior completo.

A pesquisa além de identificar que os salários pagos em todas as faixas de escolaridade, identificou um drama ainda maior; os baixos salários na parte mais qualificada da estrutura das ocupações que é a faixa de ensino superior completo. Os baixos salários nessa categoria de trabalhadores fazem com que o território acabe por expulsar as pessoas melhores qualificadas. Devido à maior possibilidade de mobilidade, as pessoas melhores qualificadas são atraídas para regiões que pagam melhores salários. Assim, para o território há uma dupla perda, já que não amplia sua base de trabalhadores qualificados e não consegue prover uma massa crítica capaz de liderar o processo de crescimento econômico, devido ao problema de retenção desses trabalhadores.

A pesquisa demonstrou, também, que uma parte considerável da população em idade para trabalhar do Recôncavo tem rendimentos muito baixos. Quando são somadas as pessoas sem rendimento mais as pessoas que recebem até dois salários mínimos, tem-se um total de 450.564 pessoas que ganham até 2 salários mínimos. A literatura nacional, a exemplo de Spinola (2003) discute que, com valores de salários tão baixos, a região não consegue desenvolver um mercado local forte que traga efeitos a montante e a jusante sobre as empresas locais. Assim, não há efeito multiplicador da renda como demonstrado pela teoria keynesiana. Tendo como parâmetro o que ocorreu com o café em São Paulo, a massa salarial paga nos cafezais foi de suma importância para o desenvolvimento das outras indústrias no município paulista, espraiando os efeitos positivos.

Aliado aos baixos salários, a pesquisa revelou que no período 2000-2010 houve um crescimento muito grande do setor informal no Recôncavo; são mais de 120.000 pessoas nessa situação. Como um dos aspectos da pesquisa foi analisar a dinâmica recente do trabalho no Recôncavo, a principal conclusão nesse aspecto é que o território ainda é de baixo dinamismo. A parcela de trabalho informal ainda é um problema sério no território, apesar do avanço do emprego estatutário.

Por fim, a divisão social do trabalho é a base histórica da diferenciação dos espaços e dos níveis de desenvolvimento de uma sociedade e aponta como estão conformados os estágios de

desenvolvimento das forças produtivas. Nesse aspecto, o desenvolvimento do capitalismo sobre os espaços produz diferenciação entre esses espaços naquilo que Trotsky (1967) chamou de desenvolvimento desigual e combinado. Com o Recôncavo não foi diferente. No desenvolvimento deste território, alguns municípios se sobressaíram enquanto outros não.

Um das primeiras dificuldades encontradas na realização da pesquisa foi encontrar elementos que remetessem a uma certa homogeneidade do Recôncavo. Essa homogeneidade nunca existiu na verdade. O Recôncavo é múltiplo tanto economicamente quanto culturalmente. Quando exploramos esse Recôncavo através da investigação, revelaram-se três “**recôncavos**”; três espaços diferenciados, muitas vezes não contíguos.

O primeiro Recôncavo, é o tradicional e histórico no qual as atividades agropecuárias ainda tem um peso grande em suas economias. São os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

O segundo Recôncavo, é aquele em que as atividades relativas à indústria de petróleo tem maior peso. São os exemplos de São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé. Nesses municípios as rendas auferidas pelo petróleo permitem uma elevação dos seus respectivos PIB's que destoam do restante do território o que os fazem liderar alguns quesitos de crescimento econômico. Foram vistos, também, ao longo da investigação que a produção de riqueza no setor industrial está concentrada em mais de 70% nesses dois municípios.

O terceiro Recôncavo, é o que podemos chamar de Recôncavo moderno. São municípios que o setor de serviços e comércio são os principais vetores de crescimento. Dentro do setor de serviços, saúde e educação são destaques nesse Recôncavo. Fazem parte deste território os municípios de Santo Antonio de Jesus, Cruz das Almas, Santo Amaro e Cachoeira. Esses municípios estão, aos poucos, modificando a base de sua economia de agrícola para baseada em comércio e serviços. Além disso, os investimentos educacionais, a exemplo da UFRB, podem alterar a estrutura científica do território.

À guisa de conclusão, esta investigação mostrou que o trabalho no Recôncavo modificou bastante a sua natureza e assumiu outras características. Existem no território ocupações qualificadas convivendo com ocupações sem qualificação. As ocupações manuais, típicas de um Recôncavo iminentemente agrícola, estão sendo modificadas por ocupações mais especializadas, notadamente no setor de comércio e serviços. Além disso, as ocupações

ligadas ao setor educacional experimentaram crescimento considerável. Todavia, mesmo com o crescimento deste tipo ocupação, com as mudanças em curso da natureza do trabalho, o rendimento do trabalho no Recôncavo ainda continua baixo, se comparado a outras regiões, tornando-se um sério entrave ao seu processo de crescimento/desenvolvimento econômico.

A título de recomendações, as análises feitas pela presente pesquisa, ao trabalhar com dados secundários, não permitiram maior aprofundamento de algumas questões relativas às características do trabalho no Recôncavo, especificamente àquelas relacionadas ao setor educacional. Os dados revelaram um Recôncavo pouco conhecido que cresceu nas atividades relacionadas ao setor educacional. São muitos os trabalhadores nesse setor. Assim, as futuras pesquisas sobre essa temática poderão aprofundar os conhecimentos relativos às ocupações na educação no Recôncavo, suas características e impactos sobre a geração de renda neste território.

## REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Gustavo. A ascensão do primo pobre: O tabaco na economia colonial da América Portuguesa – um balanço historiográfico. **Saeculum**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p.22-37, jun. 2005.
- AGUIAR, Manoel Pinto de. Notas sobre o enigma baiano. **Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 123-136, out./dez. 1972.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentio de. A crise dos anos 80: estado e economia. **Revista Tempos Históricos**, São Paulo, v.13, p.39-69, 2009.
- ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. **Memória sobre a cultura do Tabaco**. Salvador. Bahia: [s.n.], 1835.
- ALMEIDA, Paulo Henrique de. **A Manufatura do fumo na Bahia**. 1983. 192f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas, 1983.
- ALMEIDA, Rômulo. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 19-54, out./dez. 1977.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Lisboa: Officina Real, 1711.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Unesp, 1996.
- AZEVEDO, E. B. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.
- AZEVEDO, Thales. Problemas Sociais da exploração do petróleo na Bahia. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 190-213.
- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- BORBA, Silza Fraga Costa. **Industrialização e exportação de fumo na Bahia: 1870-1930**. 1975. 328f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais. UFBA. Salvador, 1975.
- BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas. Unicamp. 2004.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 27-58
- BRASIL. ONU. **Taxa de analfabetismo no Brasil: analfabetismo**. 2017. Disponível em: <www.onu.org.br>. Acesso em: 20 maio 2017
- BREITBACH, Áurea Correia de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. 1988. 93f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Fundação de Economia e Estatística. Rio Grande do Sul, 1998.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000.

CALDAS, José Antonio. **Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o prez(en)te ano de 1759**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951. Edição fac-similar.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Hedra, 2009.

CARDOSO JR., José Celso. Crise e desregulação do trabalho no Brasil. **Revista Tempo Social**. São Paulo, v.13, p. 31-59, 2001.

CASTELLS, Manuel . **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX**. Salvador: FIEB, 2008.

CHESNAIS, François . **A mundialização do capital**. São Paulo: Saraiva, 1996.

COSTA PINTO, L.A. Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 101-184

CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. **Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1872-1902**. 2004. 279f. Tese (Doutorado em Economia)- Instituto de Economia. Unicamp. Campinas, 2004.

DEDECCA, C.S – Notas sobre o mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1, p. 94-111, jan.-mar./2005.

DI LAURO, Aluztane *et al.* Territórios de Identidade no Brasil: Uma Análise Teórica e Metodológica no Estado da Bahia. In: EGAL 2009. **Anais...** 2009.

ENGELS, Friederich. **Origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

FERLINI, Maria Lúcia. **A civilização do açúcar séculos XVI a XVIII**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo; Salvador: Hucitec ; Edufba, 1996.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Nacional, 1986.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008.

GOMIDE, Denise Camargo. O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais. **Revista HISTDBR**, Campinas, 2013.

GORENDER, Jacob. **Escravidão colonial**. São Paulo: Perseu Abramo, 1978.

- GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia: Análise&Dados**, ano 10, n.1, p. 87-98, jul. 2000.
- HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HEGEL, G. W. F. **O Sistema de vida ética**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2014.
- KEYNES, J.M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção os Economistas).
- LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.
- LINHARES, Maria Yeda. **História do Brasil** (Org.). São Paulo: Campos, 1990.
- LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, v.18, 1995. (Tradução de Henrique Carneiro 1998).
- LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 1975.
- LYRA, Henrique Jorge Buckingham. **Colonos e colônias – uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XX**. 1982. Dissertação (Mestrado)- UFBA. Salvador, 1982.
- MARIANI, Clemente. Análise do problema econômico baiano. **Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 4, p. 55 -121, out./dez. 1977.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural. 1984. Livro primeiro, Volume I, Tomo 1, (Coleção Os Economistas).
- MATTA, Eurico R. **Casa Pia Colégio dos Órfãos de São Joaquim**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 1999.
- MEDEIROS JR., Hécio. Divisão territorial do trabalho e produtividade regional fluminense nos anos 2000. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf>>.
- MEDEIROS JUNIOR, H.; GRAND JUNIOR, J. Distribuição dos empregos formais na cidade do Rio de Janeiro: uma análise exploratória. In: SEMANA IPPUR: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2010. Disponível em: <[http://www.ippur.ufrj.br/download/semana\\_pur\\_2010/completos](http://www.ippur.ufrj.br/download/semana_pur_2010/completos)>.
- NARDI, Jean Baptiste. **O fumo no Brasil-Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1980.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2001.

OLIVEIRA, Tiago. **Trabalho e padrão de desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro**. 2015. 269f. Tese (Doutorado em Economia)-UNICAMP. São Paulo, 2015.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azucar**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 217-242

PEREIRA, Nuno Marques. **Compêndio Narrativo do Peregrino da América**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1988. Tomo I (Coleção Afrânio Peixoto).

PINHO, Wanderlei. **História de um Engenho**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **Suerdieck: Epopéia do gigante**. Salvador: Biblioteca Nacional, 2011.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. Estimativas sobre o volume do tráfico Transatlântico de escravos para a Bahia, 1582-1851. ANPUH - SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** 2005.

RIBEIRO, Ellen Melo dos Santos. **Abastecimento de Farinha da cidade de salvador: aspectos históricos**. 1982. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. Salvador, 1992.

SAMPAIO, Marcos Guedes. **A Abolição do tráfico de escravos e os impactos no comércio da cidade do Salvador (1850-1870)** 77f. Monografia (Bacharelado em Economia)- UFBA, Salvador, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, Milton. A Rede Urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 101-184

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEAGRI. **Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia**. Disponível em: <[www.seagri.ba.gov.br](http://www.seagri.ba.gov.br)>. Acesso em: 10 maio 2017.

SEPLAN. **Territórios da Bahia**: territórios da Bahia. 2017. Disponível em: <www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 3 maio 2017.

SEMERARO, Giovanni. A concepção de “trabalho” na filosofia de Hegel e de Marx. **Revista Educação de Filosofia**. Uberlândia. 27, n.53, p. 87-104, jan./jun. 2013.

SEMERGHINI, Maria Inês Carpi. **Trabalho e totalidade na Ontologia do Ser Social de Gyorgy Lukács**. 2000. 200f. Tese (Doutorado em Filosofia)- Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo, 2000.

SERPA, Angelo; MONTEIRO, Júlia. Políticas de desenvolvimento territorial e cultural: Articulação de escalas geográficas e regionalização institucional no Estado da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR - QUEM PLANEJA O TERRITÓRIO? ATORES, ARENAS E ESTRATÉGIAS, 16., 2011, Rio de Janeiro. **Anais..** Rio de Janeiro: ANPUR/UFRJ/UFF, 2011. p. 120

SILVA, Elisabete Rodrigues da. **Fazer charutos: uma atividade feminina**. 2001. 203f. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. Salvador, 2001.

SILVA, Elisabete Rodrigues da. **As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo baiano**. 2011. 254f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. Salvador, 2011.

SILVA, Felipe; MENEZES FILHO, Naércio; KOMATSU, Bruno. Evolução da produtividade no Brasil: comparações internacionais. **Policy Paper**, n.15, 2016.

SILVA, Francisco C.T. da. Conquista e colonização da América Portuguesa. O Brasil Colônia 1500/1750. In: LINHARES, M.Y. **História Geral do Brasil**. São Paulo: Campus, 1990.

SIMÕES FILHO, Afrânio Mário. **Política de abastecimento na economia mercantil: O celeiro público da Bahia (1785-1866)**. 2011. 246f. Tese (Doutorado em História)Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA. Salvador, 2011.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. São Paulo: Nacional, 1937.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Coleção os Economistas).

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SORMANI, Horácio A. Formación social y formación espacial: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. **Estudios Sociales Centroamericanos**, ano 6, n.17, p.147-173, mayo-ago. 1977

SOUZA, Nali de Jesus de. **Curso de Economia**. São Paulo: Atlas, 2004.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1971.

SOUSA, Tomé de. **Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil**. Almerim, 17/12/1548. Lisboa: AHU, códice 112, fls.1-9, 1548.



SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: UNIFACS, 2003.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo. O desenvolvimento da agroindústria canieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Revista Estudos Avançados**, v.5, 1991.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

TERRITÓRIOS DA BAHIA. **Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia**. Disponível em: <<http://territoriosdabahia.org.br/>> Acesso em: 18 jun. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967. v.1.

VICENTE DO SALVADOR, Frei. **História do Brasil: 1500-1627**. Edição revista por Capistrano de Abreu em 1918. Curitiba: Juruá, 1918.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: [s.n.], 1969.